



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ASSOCIAÇÃO PLENA EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
DOUTORADO EM ASSOCIAÇÃO PLENA EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE**



PRODEMA



ROBERTO WAGNER XAVIER DE SOUZA

**A HERMENÊUTICA DO BEM VIVER: SENSIBILIZAÇÃO, SOLIDARIEDADE E
ABERTURA INTERDISCIPLINAR.**

**SÃO CRISTÓVÃO / SE
2019**

ROBERTO WAGNER XAVIER DE SOUZA

A HERMENÊUTICA DO BEM VIVER: SENSIBILIZAÇÃO, SOLIDARIEDADE E
ABERTURA INTERDISCIPLINAR.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente, como requisito
parcial para a obtenção do título de Doutor em
Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade
Federal de Sergipe.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria José Nascimento Soares
Coorientadora: Prof^ª Dr^ª. Flávia Moreira Guimarães Pessoa

SÃO CRISTÓVÃO / SE
Fevereiro/2019

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S729h Souza, Roberto Wagner Xavier de
A hermenêutica do bem viver: sensibilização, solidariedade e abertura interdisciplinar / Roberto Wagner Xavier de Souza; orientadora Maria José Nascimento Soares. – São Cristóvão, 2019.
132 f.: il.

Tese (doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Meio Ambiente. 2. Sustentabilidade ambiental 3. Relação entre gerações. 4. Hermenêutica (Direito). 5. Direito Ambiental. I. Soares, Maria José Nascimento, orient. II. Título

CDU: 502/504:349.6

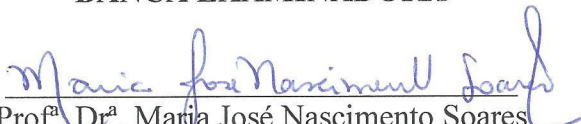
ROBERTO WAGNER XAVIER DE SOUZA

**A HERMENÊUTICA DO BEM VIVER: SENSIBILIZAÇÃO, SOLIDARIEDADE E
ABERTURA INTERDISCIPLINAR.**

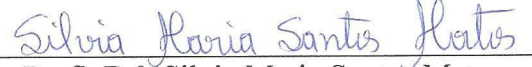
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente,
como requisito final para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento e Meio
Ambiente da Universidade Federal de Sergipe.

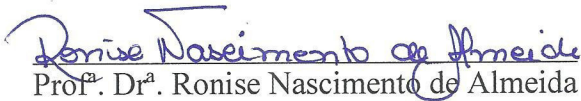
Aprovado em 27 de fevereiro de 2019.

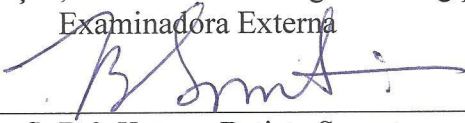
BANCA EXAMINADORA


Prof.^ª. Dr.^ª. Maria José Nascimento Soares
PRODEMA/UFS
Orientadora


Prof.^ª. Dr.^ª. Clara Angélica Gonçalves Cavalcanti Dias
Departamento de Direito/UFS
Examinadora Externa


Prof.^ª. Dr.^ª. Silvia Maria Santos Matos
PESQUISADORA/FAPITEC/SE – PRODEMA/UFS
Examinadora Externa


Prof.^ª. Dr.^ª. Ronise Nascimento de Almeida
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe/PRODEMAUFS
Examinadora Externa


Prof.^ª. Dr.^ª. Karyna Batista Sposato
Departamento de Direito/UFS
Examinadora Externa

Este exemplar corresponde à versão final da Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Profª. Drª. Maria José Nascimento Soares
Orientadora – PRODEMA / UFS

Profª. Dra. Flávia Moreira Guimarães Pessoa
Coorientadora – PRODEMA / UFS

É concedido ao Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pelo Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Tese e emprestar e vender tais cópias.

Roberto Wagner Xavier de Souza

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe.

Profª. Drª. Maria José Nascimento Soares

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe.

Profª. Dra. Flávia Moreira Guimarães Pessoa

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Roda da destruição.....	63
FIGURA 02 – Abrangência das Gerações de Direitos Fundamentais.....	105

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Comparação entre a ecologia rasa e a ecologia profunda.....	34
---	----

Dedico este trabalho:

Aos Xavier de Souza, Hércules-quasímodos, “Sansões-Davi” que lutam pelo que crêem, transformam, perseveram, mas também carregam o acreditar como impulso e certeza da vitória, em verdade e pela verdade.

Aos ausentes, cujos ensinamentos se tornaram legado, dádiva e valor... “saudade é forma de ficar”.

Aos professores que transformam e transcendem o plano material.

Aos abnegados, audaciosos e perseverantes seres que habitam este planeta.

À Natureza por nos acolher e propiciar a vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus: Pai, Filho e Espírito Santo, pela existência, o dom da vida, por me conceder a Graça de na diversidade encontrar a unidade, superar limites, perseverar e pela capacidade de resiliência. À minha família, em especial minha mãe, pai (*in memoriam*) e aos meus irmãos, sobrinhos e primos. Suscitam em mim o verdadeiro sentido do ser *natural*.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Maria José Nascimento Soares, pelo apoio, cumplicidade, acolhimento, paciência e pelo dom maternal com que me acolheu nos últimos passos dessa longa caminhada. Ela faz *jus* ao nome de Maria, pois soube ser fiel e se fazer serva do Senhor. Professora o seu *Fiat* personifica a verdade de Aparecida a Guadalupe.

À minha coorientadora, Prof^a. Dr^a. Flávia Moreira Guimarães Pessoa pelas contribuições, incentivo e por acreditar que da pedra bruta ainda poderia brotar algum tesouro.

À Banca formada por pessoas do mais alto gabarito, simplicidade e valor... A força de vocês e solicitude vão além do potencial. Meu carinhoso muito obrigado.

Aos professores e funcionários “prodemianos” por suscitar em mim a interdisciplinaridade, ainda que não possa conceituá-la plenamente, concedendo a oportunidade de fazer ciência (consciência) e sensibilizar o âmago da existência. Cada palavra, atitude e zelo refletem o significado do *ser*.

Aos meus colegas e amigos de PRODEMA, em especial, Andréa Freire, Andréa Sarmiento, Eduardo Pina, Ben Ayres e André. Despertam a grandeza do conhecimento; são doutores da justeza e do agregar. Reforçamos o sentido da união, do sonhar e do viver.

Aos colegas e amigos da UFS pela compreensão, companheirismo e solicitude, em especial, Ednalva (minha chefe), Prof. Ângelo (Magnífico), Professores Marcionilo, Valter, Manoel e Fernando Every; Rose, Abel, Leo Lessa, Milena, Rairam, Aline, João, Luana, Cibele, David, Paulo, Deodata, Fátima, Vaninha, Karla, Neila, Mércia, Prof. José Lima. Os colegas da Ebserh: Romualdo, Kikuchi, Ana Libório e a todos colegas da PROGEP e GR.

Ao Futuro, à essência que move o Universo, esse estranho a “caminhar por entre nós”. Diviniza-nos, pobres humanos nessa aventura do viver. Vivemos como se nunca deixássemos de ser, pois a cada dia há uma nova chance de saber e eternizar o Amor. À Esperança que salva a todos e é a última a fenecer. À Fé que nos proporciona um novo amanhecer. A você minha amada, onde quer que você esteja (ou quem você seja!). Jamais deixarei de acreditar, pois o amor que carregamos potencializa o “Notting Hill” de cada coração humilde a esperar, o buscar da unidade que um dia faremos e um novo Ser... A vivenciar!

“A necessidade é a melhor mestra e guia da natureza. A necessidade é terna e inventora, o eterno freio e lei da natureza”.

(Leonardo Da Vinci)

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa se concentra no delineamento da análise de como a Hermenêutica do Bem Viver, fundamento teórico (conjunção dialética) lastreado pelas ideias da hermenêutica constitucional concretista, da hermenêutica diatópica e da hermenêutica filosófica gadameriana, poderá proporcionar um caminho interdisciplinar e abertura hermenêutica socioambiental concretista que auxilie na solução de conflitos ambientais. Como objetivos específicos: i) propor a afirmação do senso ambiental como forma de superar o aspecto normótico das crises e transições paradigmáticas acerca da Natureza, de forma interdisciplinar e dialógica; ii) discutir uma releitura da solidariedade ambiental intergeracional (das gerações ancestrais às futuras gerações) com seu aspecto vinculativo e axiológico; iii) analisar os fundamentos do *Bem Viver* como proposta alternativa ao desenvolvimento que se ampara no paradigma antropocêntrico. Trata-se de uma pesquisa exploratória-teórica (fundamental), por enfatizar a descoberta de ideias e discernimentos, desenvolvida através do procedimento e método bibliográfico de coleta de dados em materiais escritos e do método de abordagem dedutivo-dialético clássico, com caráter interdisciplinar, valendo-se de elementos da hermenêutica jurídica e filosófica, bem como da ética, da cultura e da política. Os resultados apresentados demonstram que a sensibilização ambiental é uma forma de debelar a prevalência de uma visão instrumental, ou simples conflito, diante das diversas concepções da natureza, enfatizar o envolvimento ativo da sociedade civil até os poderes constituídos por intermédio de consensos que venham a legitimar um pressuposto fático e suscitar o estabelecer do senso ambiental, desencadeando graus de responsabilidade e comprometimento. Por conseguinte, é apresentada uma releitura da solidariedade ambiental intergeracional e conjunção hermenêutica, a partir da convergência cultural, ecológica, política e normativa, de maneira que subsidie uma nova concepção que revigore o paradigma sócio-jurídico e ambiental na configuração do Estado Socioambiental de Direito. Como modelo teórico e conciliatório a Hermenêutica do Bem Viver traz uma postura concretista que pode melhor articular entre os atores envolvidos com a temática ambiental: estatais, não-estatais e diversos segmentos que participam da formulação e implementação de políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Sensibilização ambiental. Solidariedade socioambiental intergeracional. Conjunção hermenêutica.

ABSTRACT

The overall objective of this research is the delineation and analysis of how the Hermeneutics of Good Living, a theoretical foundation (dialectical conjunction) backed by the ideas of concrete constitutional hermeneutics, diatopic hermeneutics and Gadamerian philosophical hermeneutics, could provide an interdisciplinary path and concretist socioenvironmental hermeneutic opening that assists in the solution of environmental conflicts. As specific objectives: i) propose the affirmation of the environmental sense as a way of overcoming the normative aspect of crises and paradigmatic transitions about Nature, in an interdisciplinary and dialogical way; ii) discuss a re-reading of intergenerational environmental solidarity (from ancestral generations to future generations) with its binding and axiological aspect; iii) to analyze the foundations of Good Living as an alternative proposal for development that is based on the anthropocentric paradigm. It is an exploratory-theoretical (fundamental) research, for emphasizing the discovery of ideas and insights, developed through the procedure and bibliographic method of data collection in written materials and the method of classical deductive-dialectical approach, with an interdisciplinary character, using elements of legal and philosophical hermeneutics as well as ethics, culture and politics. The results show that environmental sensibility is a way of overcoming the prevalence of an instrumental vision, or simple conflict, in the face of diverse conceptions of nature, emphasize the active involvement of civil society to the powers constituted by means of consensuses that legitimize a factual assumption and to provoke the establishment of the environmental sense, triggering degrees of responsibility and commitment. Therefore, a reinterpretation of intergenerational environmental solidarity and hermeneutical conjunction, based on cultural, ecological, political and normative convergence, is presented in a way that supports a new conception that reinvigorates the socio-juridical and environmental paradigm in the configuration of the socio-environmental State of Law. As a theoretical and conciliatory model the Hermeneutics of Good Living brings a concretist posture that can better articulate among the actors involved with the environmental theme: state, non-state and several segments that participate in the formulation and implementation of public policies.

KEYWORDS: Environmental sensibility. Intergenerational socio-environmental solidarity. Hermeneutic conjunction.

RESUMEN

El objetivo general de esta investigación se concentra en el delineamiento del análisis de cómo la Hermenéutica del Bien Vivir, fundamento teórico (conjunción dialéctica) lastre por las ideas de la hermenéutica constitucional concretista, de la hermenéutica diatópica y de la hermenéutica filosófica gadameriana, podrá proporcionar un camino interdisciplinario y apertura hermenéutica socioambiental concretista que auxilie en la solución de conflictos ambientales. Como objetivos específicos: i) proponer la afirmación del sentido ambiental como forma de superar el aspecto normótico de las crisis y transiciones paradigmáticas acerca de la naturaleza, de forma interdisciplinaria y dialógica; ii) discutir una relectura de la solidaridad ambiental intergeneracional (de las generaciones ancestrales a las futuras generaciones) con su aspecto vinculante y axiológico; iii) analizar los fundamentos del Bien Vivir como propuesta alternativa al desarrollo que se ampara en el paradigma antropocéntrico. Se trata de una investigación exploratoria-teórica (fundamental), por enfatizar el descubrimiento de ideas y discernimientos, desarrollada a través del procedimiento y método bibliográfico de recolección de datos en materiales escritos y del método de abordaje deductivo-dialéctico clásico, con carácter interdisciplinario, valiéndose de elementos de la hermenéutica jurídica y filosófica, así como de la ética, la cultura y la política. Los resultados presentados demuestran que la sensibilización ambiental es una forma de debatir la prevalencia de una visión instrumental o un simple conflicto, frente a las diversas concepciones de la naturaleza, enfatizar la implicación activa de la sociedad civil hasta los poderes constituidos por intermedio de consensos que vengán a legitimar un presupuesto fáctico y suscitar el establecimiento del sentido ambiental, desencadenando grados de responsabilidad y compromiso. Por consiguiente, se presenta una relectura de la solidaridad ambiental intergeneracional y la conjunción hermenéutica, a partir de la convergencia cultural, ecológica, política y normativa, de manera que subsidie una nueva concepción que revigore el paradigma socio-jurídico y ambiental en la configuración del Estado Socioambiental de Derecho. Como modelo teórico y conciliatorio la Hermenéutica del Bien Vivir trae una postura concretista que puede articular mejor entre los actores involucrados con la temática ambiental: estatales, no estatales y diversos segmentos que participan en la formulación e implementación de políticas públicas.

PALABRAS CLAVE: Sensibilización ambiental. Solidaridad socioambiental intergeneracional. Conjunción hermenéutica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. CONCEPÇÕES E ABORDAGENS: em meio as primeiras ideias.....	24
1.1 Abordagens e Convergências acerca do meio ambiente	25
1.1.1 Antropocentrismo	27
1.1.2 Biocentrismo.....	29
1.1.3 Ecocentrismo	30
1.1.4 Ecologia profunda - Ecosofia (<i>Deep Ecology</i>)	32
1.2 A natureza como sujeito de direito	36
1.3 Do direito ao Meio Ambiente aos deveres para com a Natureza	41
2. SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL: conflitos e perspectivas.	51
2.1 Senso Ambiental.....	51
2.2 Normose: um entremeio patológico que naturaliza dissensos.....	57
2.3 Caminhos para a sensibilização socioambiental.....	65
2.3.1 Consenso impositivo	65
2.3.2 Consenso persuasivo	68

3. SOLIDARIEDADE AMBIENTAL: uma releitura interdisciplinar e intergeracional.....	72
3.1 A solidariedade socioambiental intergeracional.....	75
3.2 Riscos e compartilhamento.....	77
3.3 Participação solidária.....	82
4. A HERMENÊUTICA DO BEM VIVER	94
4.1 O Bem Viver: uma alternativa bem possível.....	96
4.2 Um novo caminho e abertura socioambientais.....	104
4.2.1 A Hermenêutica menos hermética: a abertura constitucional	106
4.2.2 Da Hermenêutica gadameriana à diatópica: da tradição à cultura.....	109
4.2.3 A concretização da Hermenêutica do Bem-Viver: Justiça Socioambiental.	112
CONCLUSÃO.....	120
REFERÊNCIAS	125

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estado Socioambiental de Direito, também definido como o Estado de Direito Ambiental, é o novo marco jurídico-constitucional que converge para a concretização dos três pilares ideológicos do Estado Moderno: liberdade, igualdade e fraternidade. A fraternidade se revela na configuração da solidariedade, a qual objetiva satisfazer de forma plena os auspícios de vida digna e saudável para toda a comunidade humana.

A solidariedade ambiental ou socioambiental, sob o aspecto mais universal, pode ser estendida, caracterizada e concretizada levando em consideração todas as espécies, territórios e gerações. Ela pode se apresentar como a nova expressão e extensão da equidade e da justiça interespecies a conglobar a sensibilidade ambiental, o conteúdo sistêmico e os caracteres culturais. Os princípios ambientais que estão em plena consonância com essa construção dela se valem e propiciam a concretização de normas, atos e técnicas para a proteção ambiental.

A presente investigação científica é uma continuidade da pesquisa realizada no curso de mestrado na rede PRODEMA/UFS, através da qual se concluiu que a Natureza é passível de possuir direitos na qualidade de sujeito de direito como um ente coletivo, desde que representada.

O estudo em voga se justifica pela necessidade de se estabelecer no campo sócio-jurídico e político, diante das concepções e caracterização da natureza, de um fundamento teórico capaz de, sob o viés intergeracional, do enfoque cultural, político, social e ecológico auxiliar na análise de riscos, na interpretação, compreensão e solução de conflitos ambientais.

A pesquisa tem por intuito estabelecer uma releitura do princípio solidariedade socioambiental intergeracional, adotando uma postura concretista junto à conformação do Estado Socioambiental de Direito e suas implicações. Objetiva-se demonstrar que a releitura desse princípio pode vir a estabelecer um método orientador hermenêutico, com base nas idéias da hermenêutica constitucional concretista, da hermenêutica diatópica, paralelamente ao aspecto diacrônico das normas, tradições e costumes da hermenêutica gadameriana.

Dessa forma, a solidariedade ambiental propiciará a afirmação de valores sistêmicos, integrativos e geracionais, perpassando pela esfera política e administrativa, sem deixar de fazer o contraponto e convergência entre as concepções de meio ambiente.

A solidariedade não passa necessariamente pelo crivo de algum poder constituído, mas subvenciona as medidas, normas e decisões que algum deles possam vir a desempenhar, legitimados por valores sociais, ambientais e culturais. Gadamer (2001) entende que a luta pela proteção legal dos animais e da natureza são exemplos de solidariedades genuínas que oferecem esperança para o futuro.

A solidariedade ambiental intergeracional, alçada sob o enfoque concretista, pode propiciar a melhor articulação dos atores envolvidos com a temática ambiental: atores estatais, não-estatais e diversos segmentos que participam da formulação e implementação de políticas públicas. Como princípio estruturante, legitima e pressupõe um nível elevado de comprometimento e interação sistêmica para com os fatores bióticos existentes, além de desencadear um forte grau de responsabilidade e integração interdisciplinar.

A construção principiológica tende a debelar a prevalência de uma visão instrumental, ou simples conflito, ao enfatizar o envolvimento ativo, desde a sociedade civil até os poderes constituídos, mediante formulação de cooperação e consensos impositivo e persuasivo reafirmando o senso ambiental compartilhado por Souza (2013).

Desse modo, alcançar a ressignificação e sensibilização ambiental, além do controle antrópico sobre o patrimônio material e imaterial, sem descurar dos elementos formadores do Estado é uma tarefa que tende a correlacionar valores e atitudes, para que o Estado não legitime seu próprio fenecer.

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, nos moldes do art. 225¹ da Constituição Federal de 1988, como bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida se volta para a defesa e preservação para as presentes e futuras gerações. No entanto, a norma constitucional não faz menção à preservação da herança cultural e ecológica das gerações ancestrais, como também não as renega.

O estudo traz como problema de pesquisa os entraves e obstáculos à consecução do Estado Socioambiental de Direito e Justiça Socioambiental, pela necessidade de um modelo ou abertura hermenêutica que possa contemplar comprometimento e riscos eminentes, a que

¹ Art. 225 da CF de 1988 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

está sujeita a Natureza e a integração e caracterização da interdependência contínua das gerações, para com o modelo de desenvolvimento posto pelo paradigma antropocêntrico.

Assim, o estudo propugna como hipótese que uma nova abertura hermenêutica, amparada pela releitura da solidariedade ambiental intergeracional concretista, proporcionará soluções para que esse princípio possa fundar, além do seu caráter ético, uma nova concepção cultural, ecológica, política e normativa a redefinir um ponto de convergência entre as concepções da natureza e seu conteúdo atemporal, espacial e sistêmico.

Como objetivo geral propõe-se delinear a Hermenêutica do Bem Viver, fundamento teórico (conjunção dialética) lastreado pelas ideias da hermenêutica constitucional concretista, da hermenêutica diatópica e da hermenêutica filosófica gadameriana, como forma de proporcionar um caminho interdisciplinar e uma abertura hermenêutica socioambiental concretista que auxilie na solução de conflitos ambientais corroborado pela participação *sine qua non* dos atores sociais envolvidos.

Como objetivos específicos: i) propor a afirmação do senso ambiental como forma de superar o aspecto normótico das crises e transições paradigmáticas acerca da Natureza, de forma interdisciplinar e dialógica; ii) discutir uma releitura da solidariedade ambiental intergeracional (das gerações ancestrais às futuras gerações) com seu aspecto vinculativo e axiológico; iii) analisar os fundamentos do *Bem Viver* como proposta alternativa ao desenvolvimento, o qual se ampara no paradigma antropocêntrico.

Desta forma, a pesquisa tem como finalidade subsidiar uma nova concepção convergente, confrontando as concepções antropocêntrica e ecocêntrica e revigorar o paradigma sócio jurídico e ambiental no âmbito do Estado Socioambiental de Direito, em composição com os princípios norteadores desse Estado, atrelando-se a ideia da responsabilidade, comprometimento e a interdependência (interespecies e intergeracional).

Como método de abordagem principal foi utilizado o dedutivo-dialético clássico. No entanto, conforme Bunge (1969), a abordagem do tema se valeu de uma pluralidade de regras que visem a melhor construção da tese, pois cada método se enquadra a um tipo de problema e cada classe de problemas requer um conjunto de métodos e técnicas especiais.

Para Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa pode ser caracterizada, eminentemente, como exploratória por enfatizar a descoberta de idéias e discernimentos; bibliográfica-teórica, fundamental, pois a coleta de dados foi executada mediante análise da documentação junto às fontes normativas, administrativas, doutrina, nos elementos e estudos alinhados ao Bem Viver em paralelo aos elementos do desenvolvimento sustentável. Ademais, houve uma apreciação

dos princípios atinentes, que promanam da doutrina internacional e nacional (Constituição Brasileira, Boliviana, Equatoriana; entre outras normas).

Como modelo teórico, conciliatório e de abertura: a Hermenêutica do Bem Viver traz uma postura concretista que pode melhor articular entre os atores envolvidos com a temática ambiental: estatais, não-estatais e diversos segmentos que participam da formulação e implementação de políticas públicas.

Devido à natureza do trabalho, tanto por apresentar-se interdisciplinar, como possuir um enfoque eminentemente ancorado nas ciências sociais, em que os resultados não podem ser dimensionados como nas ciências exatas, não se pode determinar de forma objetiva os resultados obtidos.

O conteúdo axiológico e semântico, tanto da pesquisa bibliográfica quanto do estudo exploratório, independente do perfil apresentado, contribuirá para uma melhor elucubração e gerará parâmetros no melhor exercício do direito, na prática social e no exercício político. Auxiliará, também, na afirmação de bases teóricas para debelar a prevalência de uma visão instrumental, ou simples conflito, diante das diversas concepções da natureza. Há a ênfase acerca do envolvimento ativo da sociedade civil até os poderes constituídos por intermédio de consensos que venham a legitimar um pressuposto fático e suscitar a sensibilização desencadeando graus de responsabilidade e comprometimento.

O presente estudo traz um novo delineamento teórico e especulativo. Esse delineamento comportará a construção da solidariedade ambiental intergeracional concretista, atrelando a classificação da natureza em um ponto de convergência entre as concepções de meio ambiente (antropocentrismo, biocentrismo, ecocentrismo, entre outras), o que poderá caracterizar e (re)definir uma nova política ambiental.

Em suma, a apresentação desse princípio poderá aglutinar metas e elementos de participação solidária, em comum com a governança ambiental, comportando subsídios para uma melhor gestão ambiental. Por conseguinte, apresenta-se uma releitura da solidariedade ambiental intergeracional (princípio que caracteriza responsabilidade e comprometimento entre as presentes e futuras gerações) e conjunção hermenêutica (caracteres das hermenêuticas filosófica gadameriana, diatópica e concretista) a partir da convergência cultural, ecológica, política e normativa, de maneira que subsidie uma nova concepção a revigorar o paradigma sócio jurídico e ambiental na configuração do Estado Socioambiental de Direito.

Para que sejam alcançados os objetivos, este relatório da tese foi segmentado conforme se detalha nos parágrafos a seguir.

A *Introdução* traz a metodologia, os aspectos formais e as fontes de onde promanam as ideias, conteúdos, os objetivos principal e específicos que nortearam a construção dos capítulos da presente tese. No *Capítulo primeiro*, Concepções e abordagens: em meio as primeiras ideias, tem-se um panorama das concepções da natureza: antropocentrismo, biocentrismo, ecocentrismo e a ecologia profunda (deep ecology) também conhecida como ecosofia. Há a apresentação das perspectivas e possibilidades da Natureza ser caracterizada como sujeito de direito, os direitos e deveres para com a natureza e a *Bill Biotic of Rights*.

O *Capítulo segundo*, Sensibilização Ambiental: conflitos e perspectivas, detalha o processo de sensibilização ambiental, os conflitos e as perspectivas de alcançar aquela. Para tal é revisitado o senso ambiental, trabalhado por Souza (2013) e apresentado o conceito e detalhamento acerca da *normose*, também conhecida como a patologia da normalidade. Portanto, são apresentados caminhos para a sensibilização socioambiental, dentre eles o consenso impositivo e o consenso persuasivo, esse se aproximando da ideia da solidariedade ambiental, mais especificamente, o enfoque socioambeintal.

O *Capítulo terceiro*, Solidariedade Ambiental: uma releitura interdisciplinar e intergeracional, traz uma releitura interdisciplinar do princípio da solidariedade (socio)ambiental intergeracional, tendo como marco inicial as gerações ancestrais, contemplando a ideia de risco proposta por Beck (2010) e compartilhamento, bem como é traçada a possibilidade da participação solidária, cujo viés é mais inclusivo do que a participação democrática, pois essa estabelece critérios para participação e assunção do poder de decisão, enquanto aquela empodera todos os atores sociais. A participação solidária carrega forte traço de legitimidade, sem olvidar das responsabilidades e como as decisões podem ser tomadas, em especial por meio de atos de gestão e das políticas públicas ambientais, em um processo que muito se alinha aos caracteres da governança ambiental.

O *Capítulo quarto*, A Hermenêutica do Bem Viver, explana os contornos e delineamentos acerca da Hermenêutica do Bem Viver. Para tal, tem-se a exposição do que se caracteriza como o Bem Viver, uma proposta alternativa ao desenvolvimento infinito, diante de uma base natural finita. Segue-se com as expressões da hermenêutica constitucional concretista, da hermenêutica filosófica e ontológica gadameriana e a hermenêutica diatópica para a concatenação de uma hermenêutica socioambiental concretista do Bem Viver. Conclui-se com um recorte da Justiça Socioambiental como leitura decorrente da prática da Justiça Ambiental, demonstrando os princípios que diretamente se dirigem ao ideário de justiça, revigorando o desenvolvimento sustentável e sua concatenação com o Bem Viver. Por fim, são apresentadas as respectivas referências que ancoraram o referido estudo.

1. CONCEPÇÕES E ABORDAGENS: em meio as primeiras ideias.

1. CONCEPÇÕES E ABORDAGENS: em meio as primeiras ideias.

As crises ecológica e paradigmática vêm se instaurando desde que o ser humano passou a dominar processos de manipulação dos recursos naturais e tentar compreender as consequências das ações e intervenções no meio ambiente de que dispõe, sem deixar de produzir em larga escala para atender demandas de mercado. O auge das crises ganha contornos mais robustos com o desmatamento, a destruição sistemática das espécies, a manipulação genética, as intervenções nos processos ecológicos e, precisamente, com a crise da representação da natureza e das relações para com ela.

A dificuldade em delinear os contornos mais tênues das crises, consequências, sua origem e desenvolvimento passam pela não compreensão ou até mesmo a não sensibilização e conhecimento da importância dos recursos naturais disponíveis nos processos ecológicos que determinam a continuidade, o equilíbrio e a qualidade de vida.

A inter-relação entre a cultura, as manifestações religiosas, a ética e o meio ambiente denotam algumas das diretrizes que permeiam a sociedade refletindo diretamente nas práticas científicas. Essas carecem mais do que o estabelecimento de indicadores, a serem (re)alimentados continuamente pelos valores sociais, normativos e políticos.

A afirmação de quais referenciais éticos são sopesados e admitidos, dirige-se à concepção de como o Estado vai, paralelamente, desencadear suas ações, políticas públicas e definir os princípios, objetivos, bens, direitos e obrigações necessários à integração e apropriação da natureza, com o fito de legitimar como, o que proteger e para quem.

As relações a que se filiam os atores envolvidos na problemática socioambiental perpassam pelas abordagens, conceitos éticos e ambientais advindos do paradigma dominante, bem como daqueles que advêm dos questionamentos oriundos da crise e transição paradigmática.

A forma pela qual se colimam esses valores e diretrizes vão conduzir à configuração e à agenda política do Estado, uma vez que é função desse, como o protetor e fiador das liberdades, concretizar direitos e estabelecer deveres seja entre os indivíduos que lhe integram, seja para com o meio ambiente de que se dispõe, seja por meio de sanções ou regulamentos. A base natural e territorial em que a soberania e a finalidade do Estado são desempenhadas depende também de como o povo que nesse território vive concebe o meio ambiente, desde a ética até as perspectivas de sustentabilidade².

Dessa forma, compreender e sistematizar cada conceito ou abordagem ética que dá sustentação, por vezes ideológica, aos valores mais relevantes, aos bens e direitos a serem protegidos, auxiliará na formação de uma base sólida e perene para a construção de um modelo convergente e dialético na conformação de um Estado Socioambiental de Direito, uma vez que, também, corporifica o caráter interdisciplinar e o viés participativo, deslindando quais as possibilidades e perspectivas de um método que auxilie na tomada de decisões.

1.1 Abordagens e Convergências acerca do meio ambiente

A pré-compreensão acerca da caracterização do meio ambiente como um campo delimitado, seres ou um todo sistêmico reputa a abordagens éticas que, ainda que antagônicas,

² Sachs (2002) entende que existem oito dimensões da sustentabilidade que devem ser levadas em conta: *Social* - um patamar razoável de homogeneidade social, com distribuição de renda justa, emprego, qualidade de vida e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais. *Cultural* - mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre tradição e inovação), elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno. *Ecológica* - relacionada à preservação do potencial do capital natural e a limitação do uso dos recursos não renováveis. *Ambiental* - respeito e realce da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais. *Territorial* - configurações urbanas e rurais balanceadas, melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e desenvolvimento ambientalmente seguro para áreas ecologicamente frágeis. *Econômica* - desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, segurança alimentar, modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional. *Política (Nacional)* - democracia definida, apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento no Estado de um projeto nacional, com coesão social. *Política (Internacional)* - eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, garantia da paz e promoção da cooperação internacional, co-desenvolvimento Norte-Sul baseado no princípio da igualdade (compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco), controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade, sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional, eliminando o caráter commodity da ciência e tecnologia.

conduzem às interseções e acordos acerca da necessidade de se proteger e manter um equilíbrio ecológico mínimo. Isso sem olvidar do objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável e uma melhor qualidade de vida. Essa qualidade de vida possui um aspecto mais abrangente, pois não se afasta do mínimo existencial ecológico.

A discussão latente acerca da proteção e cuidado para com a natureza encontra pontos de convergência ao se estabelecer que a crise ecológica pode acarretar em sérios riscos como, macular o desenvolvimento econômico e, por conseguinte, trazer conflitos e problemas sociais a ponto de colocar em colapso o bem estar social ou ainda, como dizem os povos ameríndios, o Bem Viver³.

A diferenciação entre as abordagens acerca do meio ambiente circunda a discussão entre o valor intrínseco e o valor instrumental com nascedouro em questões éticas e resultando em demandas socioambientais. É nesse núcleo onde as correntes que serão discriminadas, posteriormente, tendem a disputar um estatuto ético e moral, servindo de alicerce para a profusão e desencadeamento do conteúdo dessas correntes na seara política.

O valor intrínseco de alguma coisa independe do que essa possa proporcionar, sendo um fim em si mesmo. Dworkin (2003) esclarece que o valor intrínseco denota que algo é valioso em si e *per se*, mas não como caminho para se alcançar outra coisa. Vidal (2010) acentua que o valor intrínseco pode repousar nas qualidades estéticas, complexidade organizacional e estatuto moral. O estatuto moral admite considerações morais ou respeito pelos seus próprios direitos. A discussão remonta ao critério ético de forma reflexiva, pois o valor intrínseco poderá se constituir em requisito para estabelecer deveres morais.

O valor instrumental é observado quando algo se constitui no ambiente para alcançar determinado fim. Esse, pode-se dizer, se opõe ao valor intrínseco. Capra (2006) traz como exemplo a forma de apropriação da natureza, a qual teria valor de uso para que o ser humano alcance certos fins, no âmbito de uma tradição cartesiana e kantiana⁴.

Em meio a esse dissenso, Vidal esclarece que:

³ O Bem Viver, como explicitado por Murad (2016) é uma alternativa aos conceitos convencionais de desenvolvimento. É um resgate à dimensão comunitária da existência, o “bom conviver”. O bem viver se apresenta como alternativa ao desenvolvimento posto pelo paradigma dominante (antropocêntrico), mas também tende a resgatar valores e práticas advindos das gerações ancestrais. Será melhor explanado no capítulo 4 da tese.

⁴ Para Kant, “[...] os seres cuja existência depende, não em verdade de nossa vontade, mas da natureza, têm contudo, se são seres irracionais, apenas um valor relativo como meios e por isso se chamam coisas, ao passo que os seres racionais se chamam pessoas, porque a sua natureza os distingue já como fins em si mesmos” (1974, p. 229).

Pode ser defendida a posição de que a natureza não tem valor fora de seu uso para o homem, porque sua finalidade consiste em atender a satisfação humana. Essa posição se apóia na concepção de que, para algo ter valor, precisa de um sujeito que o valorize.

[...]

Haverá os que discordam dessa visão antropocêntrica e defendem que a natureza tem valor intrínseco, independente de sua utilidade para o homem.

[...]

Deve ser introduzido nesta discussão o conceito de estatuto moral ou considerabilidade moral. Algo tem estatuto moral se for passível de merecer considerações morais ou respeito por seus próprios direitos. Sua importância moral independe de ser um meio para algo, um instrumento (VIDAL, 2010, p. 133-134).

Quando se busca encontrar e definir o estatuto ou considerabilidade moral, têm-se correntes ou cosmovisões da ética ambiental que abarcam compreensões acerca de quem ou a quê se confere estatuto ou considerabilidade moral. O embate consiste em definir as entidades que a possuem, como se atribui e se há um escalonamento ou hierarquia. Vidal (2010) pontua que ainda que há seres que podem ter valor intrínseco e instrumental sem ter valor moral.

Os obstáculos e entraves residem em uma lógica que traça limites, linhas quase que abissais, para consolidar uma síntese que represente um ponto de convergência entre as cosmovisões. Trata-se de um preceito paradigmático de afirmação de prioridades e relevâncias, impeditivo a um consenso, diferentemente, do que propõe o Senso Ambiental⁵.

As cosmovisões de maior destaque e forte embate axiológico (valor) são: o antropocentrismo, o biocentrismo e o ecocentrismo, além da ecosofia ou ecologia profunda.

1.1.1 Antropocentrismo

O antropocentrismo é a corrente político-filosofica que apregoa que o ser humano é o centro e a desembocadura de todos os valores, interesses e propósitos. Ela é corroborada inclusive pela matriz cartesiana, em especial quando Descartes (2010) rejeita outros seres do universo moral, aludindo, inclusive, que os animais não passam de máquinas.

⁵ A idéia de Senso Ambiental, que será melhor explanada nos próximos capítulos, é destacada por Souza (2013), partindo-se do Novo Senso Comum apregoadado por Santos (2009). Souza (2013) defende uma releitura jurídica que possibilite à Natureza ser caracterizada como sujeito de direito, não necessariamente uma pessoa (física ou jurídica), mas que possa ser representada, especialmente, por uma coletividade, pós o estabelecer de consensos.

Segundo Callicott *et al* (1998) o antropocentrismo encampa que as normas morais ou prescrições éticas aplicam-se apenas aos seres humanos, ainda que integrem entidades não humanas, relacionadas ao ambiente. Ao ser humano é reconhecido o mérito inerente ou valor intrínseco (estatuto moral), como centro do universo (*Apud* PARREIRA, 2008).

Essa visão no seu aspecto tradicional remonta não só à preocupação utilitarista da natureza, mas confere ao mesmo tempo o estatuto moral ao ser humano. A Constituição Brasileira de 1988 adotou o antropocentrismo alargado, pela perspectiva difusa, de ser direito de todos e não se vincular diretamente a ninguém, de macrobem, bem de enorme relevância, e que se deve resguardar esse valor intrínseco às gerações vindouras.

Leite (2010) compreende que o antropocentrismo pode ser desmembrado em economicocentrismo e em antropocentrismo alargado. Ao passo que o economicocentrismo reduz o bem ambiental a valores para o proveito econômico pelo ser humano, o antropocentrismo alargado, mesmo possuindo o ser humano como centro das discussões a respeito de ambiente, prediz novas visões acerca do bem ambiental. Há um elo entre a preservação ambiental e a garantia da dignidade da pessoa humana. Surgem considerações que estampam a ideia de autonomia do ambiente como condição *sine qua non* para garantir a sobrevivência da espécie humana.

Jonas (2006) concebe um maior prisma ao antropocentrismo alargado ao deslindar que a ação das gerações humanas atuais deve assegurar a possibilidade de uma existência digna às gerações futuras mediante a salvaguarda da qualidade de vida. A responsabilidade a respeito das gerações futuras proporciona um espectro teleológico para que se confira às gerações vindouras, mas ainda não existentes, um planeta habitável e que não se altere as condições biológicas da humanidade.

Carvalho e Santana (2009) reconhecem como inconciliável a ideia de um antropocentrismo puro, tanto pela necessidade de um ambiente ecologicamente equilibrado para a subsistência do planeta, como pelos riscos iminentes a que estão sujeitas todas as formas de vida, em especial a humana.

A sensibilidade perante a vida, mais ampla, conduz a necessidade de alargar o estatuto moral aos outros animais, como também a todos os seres vivos, no âmbito de sua relevância e capacidade. Desse modo, Ost (1995) acena que a igualdade de direito, não é igualdade de fato ou de tratamento, mas o que se busca é a igualdade de consideração.

1.1.2 Biocentrismo

O biocentrismo é a concepção que anseia qualificar todas as formas de vida como igualmente importantes. Ela é um alargamento quantitativo e qualitativo ao que se atribuía no zoocentrismo, quando somente os animais seriam detentores de um estatuto moral.

Carvalho e Santana (2009) destacam que essa corrente categoriza que todos os seres vivos da natureza (humanos, não-humanos, sencientes e não sencientes)⁶ possuem valor intrínseco e mérito inerente.

Callicott *et al* (1998) define o biocentrismo como corrente que confere estatuto moral a todos os seres vivos e o dever de não ignorar esse atributo, quando a ação antrópica tende a modificar ou interferir com outras formas de vida (*Apud* PARREIRA, 2008).

Taylor (1986), idealizador da corrente biocentrista, destaca que esse modelo ético leva em conta deveres morais que pressupõem o conflito de interesses. Destaca ainda que "[...] somos desafiados a praticar, ou a deixar de praticar certos atos, caso eles tragam benefícios, ou causem prejuízos a coisas vivas [...] Cumprir os deveres éticos ambientais implica por vezes sacrificar certos interesses humanos" (TAYLOR, 1986, p.9-10).

Um dos primeiros pontos de convergência entre o antropocentrismo e o biocentrismo é reconhecer a natureza como algo distinto do homem, seja por um juízo dialético acerca das duas correntes, seja porque uma expande sensivelmente a esfera de considerabilidade moral da outra. No entanto, é extremamente difícil firmar um ponto de vista aglutinador que de maneira imediata, voluntária ou quase que instintiva faça com que o ser humano deixe de se reconhecer como superior e independente da natureza.

De forma substancial são trazidas as contribuições de Peter Singer:

Levar uma ética além dos seres sencientes, e fazê-lo plausivelmente, é uma tarefa difícil. Uma ética que tenha por base aos interesses de criaturas sencientes parte de premissas bem conhecidas. As criaturas sencientes tem vontades e desejos. [...] Ao abandonarmos os interesses de criaturas

⁶ Não-Humanos são todos os seres animais não pertencentes ao gênero humano. Seres sencientes são todos os seres capazes de sentir sensações e sentimentos, percepções acerca do espaço e do meio ambiente em que estão inseridos. Há um estado de consciência, diferentemente dos seres não sencientes.

sencientes como nossa fonte de valor, onde encontraremos valor? O que é bom ou mau para as criaturas não sencientes, e porque isso tem importância? [...], o limite entre objetos naturais vivos e inanimados fica mais difícil de defender. Seria realmente pior abater uma velha árvore do que destruir uma bela estalactite que levou muito mais tempo ainda para atingir a forma atual? (SINGER, 2006, p.292-293).

Representar os interesses daqueles a quem se confere um estatuto moral e consequentemente jurídico, ainda que não tenha a capacidade de reivindicá-los por si próprios é tarefa controvertida nas questões ambientais. A considerabilidade moral conferida presume conflito ético e moral perante os que empreendem uma ação. Para a maioria das pessoas humanas, os seres sencientes não humanos não possuem valor intrínseco em si mesmos e um mérito inerente por não serem dotados de racionalidade, quiçá alma.

A classificação e categorização dos elementos bióticos não denotam a descaracterização do grau de importância e influência dos elementos abióticos. O biocentrismo compreende esses fatores como instrumentais ou elementos estruturantes para a manutenção da vida, assim como o antropocentrismo faz com os seres não-humanos. Fora desse contexto, não há de se falar em análise ou complexo sistêmico. Eis uma das principais críticas ao biocentrismo que de maneira paradigmática tende a ser suplantada por uma outra corrente; o ecocentrismo.

1.1.3 Ecocentrismo

O ecocentrismo é uma das correntes mais recentes que compreendem o meio ambiente de forma mais sistêmica e integrada, objetivando elevar a considerabilidade moral aos elementos que compõem um conjunto, o ecossistema ou a “casa comum”⁷.

A Ética da Terra, como também é conhecida essa cosmovisão apregoada por Leopold (1989), entende que os seres humanos são parte do complexo sistema que é a Terra. Todos os elementos do sistema têm valor e são interdependentes. Para Callicott *et al* (1998), o ecocentrismo ou holismo ético atribui mérito inerente ou valor intrínseco às entidades ambientais não individuais (*Apud* PARREIRA, 2008).

⁷ A expressão casa comum foi amplamente difundida em 2015 e 2016, especialmente, logo após a publicação da encíclica do Papa Francisco *Laudato Si'* e da Campanha da Fraternidade Ecumênica da Igreja Católica Romana, no Brasil, a qual teve como *slogan* “Casa comum, nossa responsabilidade”.

Torna-se perceptível que há uma inversão, quase que completa, daquilo que é posto pelo paradigma dominante antropocêntrico e voltado para as demandas de mercado. A inversão se apresenta quando surge um caráter de relevância a todos os componentes. Há o objetivo de consolidar o desenvolvimento sustentável integrando ser humano e natureza.

O ecocentrismo aponta para os conflitos de interesses e como devem ser solucionados, não de forma individual, mas como o valor de cada elemento integrante e sua importância perfazem a preservação do equilíbrio do todo. Alterações que ponham em risco a preservação do equilíbrio de um dado ecossistema deve, em nome do todo, ser suprimida para que sejam afastados ou minorados os danos e restabelecido o que é sustentável.

A consolidação da concepção ecocêntrica não pode ser desvinculada das matrizes política, social e econômica. A tentativa de se alcançar uma solução para os problemas ambientais de forma fragmentada ou compartimentalizada denota o grau de dificuldade encontrado pelo holismo ético. A dificuldade reside no sistematizar e legitimar de forma mais efetiva a relevância de todos os constituintes do meio ambiente (ecossistemas), bem como pela ampliação da visão estritamente biocêntrica, muito mais a antropocêntrica.

O ser humano para sobreviver carece da natureza, e essa só é conhecida ou existe, graças àquele que a define. Ele é o único ser capaz de pensá-la. Não há como separá-los, pois, integram um todo que não se afasta, quer pela impossibilidade de existência material e equilíbrio psíquico humano, ou ainda, pela estreita afinidade de causa e consequência que ambos geram por meio dos fatos (natureza) e atos (humanos), desde o fenômeno natural até as relações sociais (SOUZA, 2013).

Uma teoria abrangente dos seres vivos se funda na síntese de dois estudos: o estudo das substâncias (estrutura) e o estudo da forma (padrão). A estrutura pode ser medida ou pesada, os padrões não o podem, devem ser mapeados e observados qualitativamente.

O Estudo do padrão é de extrema importância para a compreensão dos sistemas vivos e suas propriedades sistêmicas. Assim, “[...] o que é destruído quando um organismo vivo é dissecado é o seu padrão. Os componentes ainda estão aí, mas a configuração de relação entre eles – o padrão – é destruído e desse modo o organismo morre” (CAPRA, 2006, p.77).

A relação entre estrutura e padrão demonstra junção em rede. Há um caminho cíclico, o qual Capra (2006) denomina de realimentação. Existem laços de realimentação, dentro desta rede de comunicação. Um erro de ligação dentro da rede traz consequências que se estendem por toda ela, retornando à fonte de onde o erro veio. Desse modo, uma concepção ética,

centralizada em apenas alguns elementos, compreende parcialmente as relações, além de tratá-las como lineares.

Por isso no século passado, Leopold (1989) suscitou uma nova ética que motivasse a consciência ecológica mais robusta. Eis a importante contribuição de Arne Naess⁸, quando fundou a escola filosófica da Ecologia Profunda, diferenciando-a da ecologia rasa.

1.1.4 Ecologia profunda - Ecosofia (*Deep Ecology*)

A crise paradigmática a que está submetido o paradigma dominante, de matriz antropocêntrica, vem se acentuando desde o fim da segunda metade do século XX. Mesmo com uma postura mais alargada que resguarde direitos às gerações futuras, reconheça a não perenidade dos recursos naturais e a necessidade de haver um equilíbrio ecológico sustentável; o paradigma posto já não consegue corresponder a todas as demandas de ordem ambiental, como também não supera de forma integral questões anacrônicas.

Um novo paradigma ou concepção surge, de origem holística, que se volta para suplantiar as lacunas do antropocentrismo e estreitar ligações entre o biocentrismo e o ecocentrismo, a conceber um todo sistêmico integrado e que reconheça, como destaca Capra (2006), a interdependência fundamental de todos os fenômenos, eis a Ecologia Profunda.

Naess (1989) distingue dois movimentos que denomina Ecologia Superficial ou Rasa e Ecologia Profunda. Os termos superficial e profunda não tratam de uma escala de valores, mas questionamentos e indagações que vem a provocar a reflexão e aprofundá-la, com o objetivo de compreender as causas da crise ambiental.

O superficial está relacionado com pensamentos comuns, pouco envolvidos, lineares e que não adentram no cerne da natureza, buscando maior integralidade. Para Camargo “[...] a ecologia rasa é antropocêntrica, ou centralizada no ser humano, enquanto a ecologia profunda concebe o mundo como uma rede de fenômenos fundamentalmente interconectados e interdependentes” (2007, p. 50). E Capra (2006) explica que:

⁸ Arne Naess é um filósofo Norueguês criador do movimento filosófico conhecido como Ecologia Profunda, idealizado depois da publicação de um artigo intitulado “*The shallow an the deep, long-range movement. A summary*” em 1973 no periódico *Inquiry*.

A ecologia rasa é antropocêntrica, ou centralizada no ser humano. Ela vê os seres humanos como situados acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, e atribui apenas um valor instrumental ou de “uso” à natureza. A ecologia profunda separa seres humanos – ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural. Ela vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida (CAPRA, 2006, p. 25-26).

Na abordagem superficial a ênfase é sobre os recursos para humanos, e que esses não serão esgotados de forma que o mercado poderá conservá-los à medida que se tornarem raros. Há uma crença de que a tecnologia encontrará substitutos. Essa abordagem não considera animais, vegetais e objetos naturais com valor inerente quando desatrelados do humano. A abordagem profunda se preocupa com recursos e *habitat* para todas as formas de vida, onde nenhum objeto, fator biótico ou abiótico é concebido apenas como recurso (HOEFEL, 1996).

Naess (1989) descreve que a crise ecológica revê o papel da humanidade, como também questiona e combina a preocupação ambiental com o crescimento econômico, reafirmando o desenvolvimento sustentável. O termo “profundo” aplicado à ecosofia (ecologia filosófica) conota o quanto se deve mergulhar na busca da raiz dos problemas, não devendo se restringir aos limites do problema como saída para a obtenção de soluções mais fáceis de serem aceitáveis e legítimas.

A ecologia profunda questiona de forma radical os fundamentos do paradigma dominante, os modos de vida modernos, a prática científica e os processos industriais voltados às demandas materialistas, de mercado e de capital. Sob uma perspectiva ecológica, a ecologia profunda conjuga as gerações futuras e a teia de relações interdependentes e interconectadas em que todos os seres se encontram. Isso aproxima o ser humano do estudo da casa, do lar, o *oikos*⁹. Há um objetivo latente de conciliar cosmovisões e avançar para um prisma e abrangência integrativos.

A tabela 01, a seguir, compara a ecologia rasa, vinculada ao paradigma antropocêntrico dominante e a ecologia profunda proposta por Arne Naess. A comparação se faz necessária para que de forma didática se possa compreender como as bases da ecosofia (ecologia profunda) diferem no grau de considerabilidade da ecologia rasa.

⁹ *Oikos* palavra grega que significa “casa”, “ambiente habitado” ou ainda “família”.

TABELA 01 – Comparação entre a ecologia rasa e a ecologia profunda

ECOLOGIA RASA	ECOLOGIA PROFUNDA
Domínio da natureza	Harmonia com a natureza
Ambiente natural como recurso para os seres humanos	Toda a natureza tem valor intrínseco
Seres humanos são superiores aos demais seres vivos	Igualdade entre as diferentes espécies
Crescimento econômico e material com base para o crescimento humano	Objetivos materiais a serviço de objetivos maiores de auto-realização
Crença em amplas reservas de recursos	Consciência de que o planeta tem recursos limitados
Progresso e soluções baseados em alta tecnologia	Tecnologia apropriada e ciência não-dominante
Consumismo	Fazendo o necessário e reciclando
Comunidade nacional centralizada	Biorregiões e reconhecimento de tradições das minorias

Fonte: Camargo (2007, p. 50)

Os princípios básicos e de caráter não dogmático, da Ecologia Profunda, podem representar pontos de intersecção para o estabelecimento de uma confluência axiológica.

Os pontos de intersecção e de partida são basicamente:

- i) o bem-estar e o florescimento de seres vivos humanos e não-humanos têm valor intrínseco, independente das utilidades destes para com aqueles;
- ii) a riqueza e a diversidade das formas de vida, incluindo as culturas humanas, são valores em si mesmas;
- iii) os humanos não têm nenhum direito de reduzir essa riqueza e diversidade, a não ser para satisfazer necessidades vitais;
- iv) o florescimento da vida humana e das culturas é compatível com uma população humana substancialmente menor, pois o florescer da vida não-humana exige essa diminuição;
- v) a presente interferência humana atual no mundo não-humano é excessiva, e a situação está piorando rapidamente;

- vi) as políticas precisam ser mudadas de forma a afetar estruturas econômicas, tecnológicas e ideológicas básicas modificando, profundamente o estado de coisas atual;
- vii) a mudança ideológica em países ricos será basicamente a de apreciar a qualidade de vida, em detrimento a busca de alto padrão material em busca de um desenvolvimento sustentável;
- viii) aqueles que subscrevem os pontos precedentes têm a obrigação de tentar implementar, direta ou indiretamente, as mudanças necessárias, por meios não violentos. (ROTHENBERG *apud* HOEFEL, 1996)

Percebe-se que a ecologia profunda não nega o que é superficial, mas demonstra que as soluções modelares apresentadas pela ecologia rasa e todas as formas de compreensão estanques e especializadas, as quais tendem a não adentrar de forma sistêmica nas matrizes dos problemas e questionamentos, são frágeis. Eis uma das refutações mais constantes, pois a busca pelo desenvolvimento sustentável não deve se ater apenas a um alto padrão, mas à perenidade de suas variáveis e elementos, tais como a qualidade de vida.

Ferry (2009) defende que a ética baseada em normas é humanista e antropocentrista, assim uma ética normativa anti-humanista é uma incoerência. Ele mostra algumas tarefas de mérito enfrentadas pela ecologia profunda como, combater a visão cartesiana (estritamente racional e voltada para causas e consequências) e o viés utilitarista, os quais desagregam em sentido a natureza. Para ele a ecologia profunda não atenta para o fato de que toda a natureza e o valor que a ela é ou pode ser reputado e atribuído lhes foram concedidos pelo ser humano.

Os ecologistas profundos abdicam da clássica ideia de parcialidade dos direitos humanos e frisam o valor intrínseco da natureza, assim como os defensores da Ética da Terra ao englobarem os animais, os povos e toda a natureza (solo, água, minerais, plantas, animais). Seria o ambiente portador de direitos, sem descaracterizar o indivíduo em prol da preservação da integridade do sistema, como regra. Para proteger o indivíduo, deve-se proteger o sistema inteiro, pois dele, aquele é integrante e sem aquele não subsiste (SOUZA, 2013).

Os valores provenientes do antropocentrismo, biocentrismo e econcentrismo, envoltos por uma conjectura dialética e trilhando para uma inspiração baseada na ecologia profunda, vieram a eleger uma nova construção axiológica. Essa aguçou a crise e iniciou a transição paradigmática. Uma construção que ressignifica e redefine bases epistemológicas lecionando

de forma extensiva a compreensão da natureza diante de valores éticos, culturais, políticos, sociais e ecológicos: A natureza como sujeito de direito.

1.2 A natureza como sujeito de direito

O imperativo de um paradigma emergente não provém de um processo descabido e sem precedentes. O deslindar e alargamento das concepções ou cosmovisões apontadas, anteriormente, denotam como os processos de degradação da natureza, carência de valores e soluções modelares foram desencadeando profundas modificações desde a prática científica até a formalização de direitos e deveres para com a natureza. A atribuição de estatuto moral, como também a disseminação e legitimação de novos valores, foi sendo pautada no resgate da tradição e costumes ancestrais, agora reconsiderados pela ciência.

No âmbito da crise paradigmática, os contornos de paradigma emergente almejam por atos que desencadeiam reflexivamente e modo fundamental o propiciar do gozo do direito à vida. O valor e princípio vida revigora-se com *novel* interpretação, abrangência, concatenando fatores bióticos e abióticos em uma inter-relação sistêmica. Há a salvaguarda de todos os fatores inerentes à consecução e manutenção da vida, desde a formação da matéria até aos substratos mantenedores, especialmente, à formatação do padrão, da estrutura e do *anima*.

Para Souza (2013), compreendem um conjunto: os constituintes da natureza, os elementos químicos e os seres de maior complexidade. Eles abarcam um todo que necessita do aparato social e jurídico-normativo. Esses não tendem apenas a conceder sentido ou valor, mas conduzir à análise sistêmica, constante e construtiva, ao recepcionar a natureza com seus ecossistemas dentro de um pensamento que vai integrar o uso ou usufruto de seus fatores.

Os fatores bióticos reputam-se desde os seres vivos mais simples, na teia da vida¹⁰, até os seres vivos mais complexos capazes de enxergar e pensar as relações no âmbito dessa teia, o ser humano. A apreensão desse entendimento se manifesta no conduzir de novos fios e entrelaçamentos que lhes sustentarão, harmonizando interesses às necessidades mais urgentes.

Os seres são constituídos em matéria disposta na natureza em várias formas ou padrões, cujos elementos estruturantes são muito similares. Os fatores abióticos não

¹⁰ Capra (2006) compreende que todos os seres e elementos estão conectados por laços em uma rede.

representam apenas a qualidade de bem ou aquilo que lhe falta. Cada componente integrante é necessário para a manutenção do equilíbrio e perenidade à existência dos seres (SOUZA, 2013).

Souza (2013) destaca ainda que, a ciência jurídica desconsidera e descaracteriza um conjunto de seres, meios e estados que os constituem em todo ecossistêmico como sujeito, ao passo que atribui direito ao ser que não está se quer em formação. São resguardados direitos àquele que mesmo em formação, venha a existir nos moldes do enquadramento legal, adquirindo o *status* concreto e sendo passível de integrar um estatuto moral.

No ápice da diferenciação, antítese e convergência das correntes éticas que classificam o meio ambiente, resta a dupla possibilidade de classificação, no âmbito jurídico, da natureza: bem de direito e sujeito de direito. Quando bem de direito, é bem ambiental que a todos se dirige e a ninguém se conecta univocamente. Se reputado como sujeito de direito, induz a uma nova compreensão ou categoria de sujeito, o qual se apropria de valores intrínsecos.

Sarlet e Fensterseifer (2011) provocam a reflexão acerca da dignidade para além do ser humano, implicando no reconhecimento de deveres pelos seres humanos, para com os animais não humanos e a vida em geral. Destacam-se princípios que denotam responsabilidade e dever jurídico. Eles reiteram que:

o reconhecimento da dignidade das futuras gerações humanas, assim como da dignidade dos animais não humanos e da Natureza em si, surge como mais um elemento a formatar e ampliar a noção (e o alcance da proteção e reconhecimento pelo Direito) de dignidade humana característica da tradição ocidental [...]. A reflexão proposta traça novas direções e possibilidades para as construções no campo jurídico, com o objetivo de fortalecer – e, de certa forma, desvelar – cada vez mais o elo vital entre ser humano e Natureza [...] (SARLET; FENSTERSEIFER, 2011, p. 41).

Princípios como o da precaução, que destaca a responsabilidade para com as gerações futuras, ao passo que o princípio da solidariedade, na dimensão intergeracional, do qual se trará a releitura neste estudo, propõe o resguardo de condições existenciais em relação ao outro que há de emergir e ser concebido¹¹; revigoram o conceito de “outro”, tão destacada pelo *Welfare State* (Estado de bem-estar social), ampliando abrangência e sentido, com fulcro a se estruturar o Estado Socioambiental de Direito.

¹¹ Um capítulo doravante apresentará uma proposta e releitura do princípio da solidariedade (socio)ambiental intergeracional com o objetivo de subsidiar e estabelecer um método ou modelo concretista de análise no âmbito do Estado e da coletividade.

Considerando-se que a natureza não tem valor fora da concepção de valor e uso pelo ser humano, ela precisa de um sujeito traga mérito e traduza esse valor. Assim, essa capacidade é atributo humano, desde a capacidade de avaliar e decidir sobre o uso da natureza, como pela responsabilidade de quem pode e deve representar sujeitos e ponderar acerca de bens, relações e objetos.

A ciência jurídica se edifica sobre os interesses daqueles a quem se confere um estatuto jurídico, tendo capacidade ou não de reivindicá-los por si próprios. A figura da representação jurídica aponta para a possibilidade de que independente do sujeito, esse pode ter direitos resguardados e deveres que lhes garantem aqueles direitos. Eis então, a dupla responsabilidade, representar aquele sujeito pela capacidade do representante e porque o que se representa é primordial para o equilíbrio ou a vida de ambos.

Souza (2013) reitera que a resistência em se aceitar essa premissa, não se descarta por da abordagem antropocêntrica, bem como não se vincula à ecocêntrica ou ecossistemicocêntrica (relações e ambiente), uma vez que na lógica de consideração de ser imprópria a ética não-antropocêntrica. Pois, “[...] Ela no seu cerne é antropocêntrica, já que não pode haver qualquer sistema de valor desarraigado dos seres humanos, os quais são os únicos que podem atribuir ou realizar juízos de valor” (SOUZA, 2013, p.94).

Desse modo, não há uma negação do viés antropocêntrico, pois está imerso no biocêntrico e esse consequentemente no ecocêntrico, observando-se sob a perspectiva da abrangência de elementos, como conjuntos contidos ou elementos pertencentes a um conjunto maior. Há projeção quanto à inclusão e a maior profundidade quanto aos valores e aquilo que se cogita conceder considerabilidade moral e jurídica. Souza (2013) defende que o estatuto moral leva em consideração a potencialidade e a continuidade da existência de outrem ou ainda a interdependência em cadeia, sem descaracterizar os conflitos de interesse moral.

A defesa do valor, livre do contexto, acerca do que é sujeito não se altera, independente daquele a quem se inclui no conjunto (pertença), aqueles a quem se caracterizará portador de estatuto moral e jurídico. Similar ao que ocorreu com o escravo negro, ainda há inércia de um racismo biológico injustificado. No sistema escravocrata negro, fato histórico-cultural, era a eles atribuída a natureza jurídica de objeto e sobre os quais se tinha a posse, descaracterizando-lhes a “humanidade”. O processo de resignificação ocorreu quando lhes foi assegurada liberdade, sendo declarados como sujeitos livres (SOUZA, 2013).

A atribuição de valor a um conjunto sistêmico ou a um ser que se insira no conjunto, sujeito de direito, não necessariamente é uma pessoa, mas possui a considerabilidade moral e jurídica palpáveis. O nascituro, juridicamente, não é pessoa, mas é sujeito, da mesma forma o animal mundialmente protegido por leis que lhe garantem a vida e continuidade.

Elevar a natureza ao *status* de sujeito não tem o condão de alterar a concepção que o direito atribui ao termo sujeito, mas aglutinar e redirecionar o liame entre a técnica científica, as concepções éticas, morais e sociais para com a natureza e o direito. Nesse diapasão Larrère ao relembrar Serres (1995), vem destacar que:

As afirmações sobre o contrato natural, sobre a natureza tornada sujeito são melhor compreendidas quando nos damos conta de que a natureza para Serres, é o que a ciência diz dela em um determinado momento. O que caracteriza a natureza, atualmente, é sua globalidade [...]. A novidade reside na globalidade, que anula as divisões, os recortes, e impõe o contrato (LARRÈRE, 2012, p. 24-25).

Larrère (2012) enfatiza o pensamento de Latour (1993), o qual destaca que as ciências não fazem apenas aceder aos objetos, como também inventam um coletivo capaz de se colocar no ponto de vista do objeto, como em outras formas de contrato permitem que o humano se coloque no lugar dos sujeitos. O contrato natural de Serres coloca a Natureza como aquilo que o estado atual da ciência coloca em relação direta e objetiva.

Ost (1995) acentua que a atribuição de direitos às entidades não convencionais¹² não é o essencial, mas assegurar uma tomada de consideração jurídica, a qual é decorrência direta, como já aludido, da considerabilidade moral. Do contrário, estar-se-ia a legitimar políticas e normas que aprofundavam discriminações sob o argumento de diferenças de ordem natural objetiva, sem a observância do valor inerente.

Ferry (2009) discorda da possibilidade de se atribuir qualquer personalização jurídica à natureza, uma vez que esse se filia à corrente antropocentrismo alargada. Para ele, aquela atribuição vem a negar a cultura moderna, especialmente a conquista do direito perante o reino natural da força e a herança do Iluminismo, o qual se contrapõe às tradições e às evidências naturais. Destacadamente alinha que:

¹² Ost (1995) classifica como entidades não convencionais embriões, gerações futuras, espécies, rios, montanhas, entre outros fatores.

Essa afirmação dos direitos da natureza, quando a adquire a forma de instituição desta última em sujeito de direito, implica a rejeição de um certo tipo de democracia: a que herdada da Declaração dos Direitos do Homem se inscreveu em nossas sociedades liberais social-democratas. [...] A idéia de que se poderia “acrescentar” um “contrato natural” à Declaração dos Direitos do Homem é filosoficamente pouco rigorosa. É evidente que há descontinuidade dos dois contratos: no âmbito do humanismo jurídico, a natureza não poderia dispor de outro status que não fosse o de objeto e não de sujeito. (FERRY, 2009, p.220)

Tal assertiva encontra receptividade maciça dos juristas tradicionais, os quais encampam a defesa de que a atribuição de direitos é apropriada apenas aos seres humanos. De outro modo, Carvalho (2009) cita que os defensores dos direitos dos animais advogam que o direito deve se estender aos animais sensoriais, domesticados ou selvagens. A defesa não tem o intuito de coligar igualdade de direitos entre o humano e o não-humano, mas a perspectiva de consideração em conjunto das características comuns entrelaçadas e de compartilhamento com o humano e suas necessidades naturais.

Há dois fortes entraves para se atribuir à natureza a qualidade de sujeito passível de receber deveres cumpridos por outrem a si. O primeiro seria como a natureza exerceria para si proteção e defesa de uma dignidade ecológica. O segundo, como fazer uma ligação entre o valor para com o direito de um ente ou sujeito de direito que não se consegue delimitar e quais os deveres para com esse numa relação bilateral de atribuir direitos e exigir deveres; relação que define o papel do direito e sua função social.

Souza (2013) sublinha que o primeiro entrave consiste em como se pode valorar, prescrever, subsidiar, amparar e revestir sobre o aparato jurídico a tese da considerabilidade da natureza, tomando-se o enfoque da dignidade ecológica. A solução que melhor se amolda é encontrada na figura jurídica da representação, onde um terceiro, que possua capacidade jurídica de ação, venha a exercer atos jurídicos em nome daquele que virá a representar.

A natureza não pode ser enquadrada como a pessoa jurídica, uma vez que existe no plano material, ainda que não se possa determinar como e quando esta adquire considerabilidade moral, por conseguinte um estatuto. A representação jurídica é o instituto que melhor se coloca para a defesa em nome do direito de outrem ou sua potencialidade. Souza (2013) completa que, essa representação por parte daquele que possui legitimidade, racionalidade e consciência, em nome da natureza, seria em *prol* de direito que inclui o ser humano como parte de um todo ecossistêmico.

O segundo entrave se estabelece quando observada a necessidade de inter-relacionar direito-dever para com a natureza. Questiona-se como ela pode cumprir deveres para ser passível de possuir direitos. Aquele que representa outrem, juridicamente, torna-se co-responsável para com quem protege. A dignidade da natureza engloba a dignidade da vida humana e não humana, com todos os seus fatores, além de se pressupor condições existenciais e estados de equilíbrio e permanência. O ser humano responde duplamente no contexto da responsabilidade: pelas consequências dos atos praticados e pela representação legítima, no interesse em proteger a natureza e na capacidade de fato que possui (SOUZA, 2013).

Nesse instante há de se atentar para a convergência dialética, não se trata de atribuir hierarquias a quem se destina um direito ou valor, mas compreender que a simples existência desses obriga ao agente dotado de capacidade e representatividade ter uma conduta preventiva e reconhecer direitos que direta e indiretamente afetam inclusive o representante, os quais deverá também ponderá-los.

Carvalho (2009) destaca que há abordagens distintas de como se deve proceder, se juridicamente apenas ou também haver o realce dos valores da natureza, elevados como prioridade pela comunidade humana. O fato é que o ponto de convergência se encontra no reconhecimento concreto e significativo desses valores. Assim, na esfera jurídica e normativa desponta a tendência em buscar conformação ou uma formulação, a qual, ainda que não reconheça direitos aos animais e plantas, constata que possuam valor intrínseco.

Em suma, quando caracterizados os valores intrínsecos, morais e, possivelmente, jurídicos, há de se laborar no juízo de reconhecimento e ponderação de como lidar com esses valores, conflitos e adequá-los no âmbito do contrato social, ou melhor dizendo, no “contrato natural” de Serres (1995). Essa transição axiológica configuraria a garantia mais extensiva na consecução socioambiental do Estado, os deveres para com a Natureza, a salvaguarda da herança das gerações ancestrais e a continuidade pelas gerações futuras.

1.3 Do direito ao Meio Ambiente aos deveres para com a Natureza

A compreensão acerca do direito ao meio ambiente perpassa às formas de apropriação e entendimento acerca de suas classificações e tipologias: Meio ambiente do trabalho, cultural, artificial (construído) e natural. Na doutrina do direito ambiental há os que o

classificam como Fiorillo (2012) em meio ambiente virtual, digital ou cibernético e o patrimônio genético.

O termo meio ambiente traz uma redundância, muitas vezes despercebida. Cunha Júnior (2014) demonstra que a expressão ambiente já traz em si a ideia de meio. A Constituição Brasileira e as leis que nela encontram fundamento utilizaram os termos sinônimos com o objetivo de reforçar o sentido e alcance da norma.

Silva (2002) explica que a expressão ambiente contempla o conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais. O entrelaçar desses elementos constitui o meio, já que ambiente revela os elementos, enquanto o meio ambiente se dirige ao resultado da interação daqueles. Sagoff distingue natureza¹³ e ambiente, ao descrever que a:

Natureza é tudo que a humanidade não fez. Alguma coisa é natural na extensão de que suas qualidades nada possuem de humano. A Natureza é criação de Deus ou o fantástico registro de bilhões de anos de evolução. Nossa herança evolucionária ecológica empobrece nossa capacidade de entender ou mesmo imaginar sua possibilidade. O ambiente compreende os aspectos do mundo circundante que é útil, e, portanto, de valor por razões de bem-estar. O ambiente é o que a natureza se torna quando cessamos de acreditar nela com objeto cultural religioso e estético e consideramos como suporte para nosso bem-estar, isto é, uma coleção de materiais úteis como fonte de recursos e dreno para dejetos (SAGOFF, 1998, p.47)

Os direitos humanos se relacionam de forma intrínseca e reflexiva com o direito ao meio ambiente. Assim, o meio ambiente é direito, objeto, fundamento imprescindível à existência, meio e funções, para a concretização de direitos basilares. Ele se faz fundamental como direito, pois assegura a saúde, o bem-estar do homem e as condições para o desenvolvimento, garantindo o direito primaz à vida.

O meio ambiente se torna a matriz de orientação para os direitos fundamentais, inclusive no que se refere às formas de como protegê-lo. Essa proteção é o aparato que garante e conduz à qualidade de vida, ampara em forma e conteúdo, materializando o

¹³ Natureza – o mundo material, esp. aquele em que vive o ser humano e existe independentemente das atividades humanas; conjunto de elementos (mares, montanhas, árvores, animais, etc.) do mundo natural; cenário natural; o universo, com todos os seus fenômenos; a realidade, em detrimento de quaisquer artifícios ou efeitos artísticos; combinação específica das qualidades originais, constitucionais ou nativas de um indivíduo, animal ou coisa, caráter inato; conjunto de tendências ou institutos inerentes que regem o comportamento, índole, caráter; caráter, tipo ou espécie; a condição original, natural, não civilizada do homem; o que compõe a substância do ser, essência; tudo quanto existe no cosmos sem intromissão da consciente reflexão humana; conjunto de traços psicológicos e espirituais que caracterizam o ser humano (HOUAISS, 2009).

fundamento em fato concreto. O valor normativo se transmuta em fato social, por intermédio do alicerce ambiental.

A relação entre direitos humanos e o meio ambiente ecologicamente equilibrado fora destacada desde a Conferência de Estocolmo em 1972, sem, contudo, ter sido declarado o direito humano ao meio ambiente. Fora estabelecido o elo entre direitos humanos civis, políticos, econômicos sociais e culturais (CARVALHO, 2009).

A Constituição Brasileira de 1988 foi uma das primeiras, pós 1972, quando na Conferência de Estocolmo se definiu o meio ambiente como bem de uso comum necessário à sadia qualidade de vida. Nesse sentido, Silva (2002) categoriza o patrimônio ambiental como bem de interesse público, seja vinculado ao poder público ou à iniciativa privada, pois deve alcançar um fim público. Assim, “[...] são bens de interesse público, dotados de um regime jurídico especial, enquanto essenciais à sadia qualidade de vida e vinculados, assim, a um fim de interesse coletivo” (SILVA, 2002, p.84).

Para Souza (2013), quantificar esse bem de interesse público serve à atividade econômica, desde a matriz energética ao suprimento de água, às reservas de minério e ao extrativismo vegetal. O ambiente propicia o fundamental, como também o excedente, aquele que se converte em produtos de origem industrial e comercializáveis.

O meio ambiente, sob a ótica do paradigma antropocêntrico dominante, é direito fundamental que se manifesta sob a forma de objeto jurídico ao qual se atribui a classificação de direito difuso¹⁴.

Na Constituição brasileira, o meio ambiente é direito social fundamental. Desse modo, deve o direito ao meio ambiente revestir-se de valor social, pois quando classificado como bem, objeto ou propriedade precisa atender à sua função social, uma vez que os elementos nele presentes são relevantes no contexto social.

Sarlet e Fensterseifer (2011) destacam que o reconhecimento do direito fundamental a um ambiente ecologicamente equilibrado socorre no enfrentamento da crise ecológica, pois amplia direitos civis, políticos e socioculturais, no conjunto da complexidade do direito ao

¹⁴ Nos moldes do inciso I do art. 81 da lei 8.078/1990, interesses ou direitos difusos, são transindividuais, de natureza indivisível, dos quais são titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato. Desta forma, as circunstâncias de fato se dirigem à relação intrínseca entre os direitos fundamentais e sua consecução, nos moldes da Constituição, ratificando a essencialidade material, manutenção e o alcance da sadia qualidade de vida.

meio ambiente, excedendo os direitos de liberdade e sociais. Poder-se-ão, desse modo, destacar a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana.

A dignidade da pessoa humana passa por constante reformulação, “[...] consolida-se a formatação de uma dimensão ecológica – inclusiva – da dignidade humana, que abrange a ideia em torno de um bem-estar ambiental (assim como um bem-estar social) indispensável a uma vida digna, saudável e segura” (SARLET; FENSTERSEIFER, 2011, p. 38).

Emerge o primeiro contrassenso, acerca da valoração da natureza, imbricada ao paradigma atual. Os elementos constituintes, aos quais não se podem reputar considerabilidade social, perderiam o *status* de bens ou patrimônio jurídico e a utilidade prática. Não haveria uma concatenação com o direito à vida, a qual como direito essencial do homem faz parte dos direitos humanos positivados e não de direitos do ambiente, ainda que destes necessite. Para Carvalho:

Não há dúvida de que a vida humana e sua qualidade dependem de condições ambientais saudáveis, capazes de prover alimento, abrigo e os recursos naturais necessários à geração de empregos. Portanto a melhoria da qualidade de vida não pode ser atingida degradando-se o ambiente. A aspiração de desenvolvimento, de segurança e de paz para a humanidade só poderá ser alcançada, de forma sustentável, se for harmonizada com as leis que regem o funcionamento dos ecossistemas e com a capacidade de suporte de Gaia (CARVALHO, 2009, p. 168-169).

Seguindo essa linha de compreensão as constituições e normas, desde o fim do século XX, vem traduzindo de forma explícita e imediata a possibilidade de que a natureza e seus elementos sob um prisma ecossistêmico possam ser destinatários do cumprimento de deveres para sua manutenção, preservação e conservação.

O objetivo é apresentar uma solução modelar satisfatória, sem que com isso se coloque os ordenamentos jurídicos em antinomia, em conflito de normas, que venha a ocasionar conflitos maiores e não se obtenha resultados concretos e efetivos.

Importante é a contribuição de Nash (1993) acerca da sua teoria dos direitos bióticos, demandas moralmente justificadas, defendendo a extensão de direitos às espécies (indivíduos) e populações (coletividades), em representação de organismos não-humanos.

Essa teoria¹⁵ se assenta sobre cinco pressupostos:

I) A demanda de direitos não precisa ser realizada pela parte agravada – seres não-humanos não tem capacidade moral e racional, seriam representados por pessoa jurídica, a exemplo das Organizações Não-Governamentais – ONGs de defesa ambiental;

II) Direitos bióticos seriam tutelados contra humanos – somente os humanos são capazes de praticar justiça ou injustiça (responsabilidades ecológicas humanas);

III) Direitos bióticos se aplicam a indivíduos e a espécies;

IV) Direitos bióticos não representam direitos nem tratamentos iguais aos dos seres humanos – tratamento diferencial quando existem diferenças morais relevantes;

V) Direitos bióticos são direitos naturais – não são positivados ou culturalmente reconhecidos, mas há uma extrema dificuldade em traduzi-los em padrões legais.

Atribuir direitos à natureza pode negar o contrato social, em *prol* de um contrato natural entre o ser humano e a natureza. Ao qualificar a natureza como sujeito, não se deve estabelecer um contrassenso, nem arraigar uma visão estritamente sacralizada ou que divinize a natureza como entidade. Não se pode retroceder de forma que haja negação de princípios basilares como a democracia e eleve o *status* do objeto cognoscível a um sujeito irreal, difícil de identificar ou individualizar e desprovido de capacidade e racionalidade (SOUZA, 2013).

Souza (2013) demonstra que reconhecer o valor objetivo de algo enseja prescrever deveres em função desse. Os destinatários desses deveres poderão ser representados por indivíduos constituídos com racionalidade, capacidade e legitimidade, inclusive para se defender e exigir o respeito a certos interesses.

Por isso que as constituições¹⁶ cujo conteúdo é tido como de vanguarda vislumbram a propriedade do viés cultural e da ética extensiva da natureza. Relêem as bases

¹⁵ Nash (1993) propõe a *Bill of Biotic Rights* a qual possui alguns intentos das espécies e indivíduos não-humanos, tais como: a) o direito de participar da competição natural pela existência, b) o direito à saúde e à integridade dos *habitats*, c) o direito a reproduzir sua espécie sem alterações químicas e radioativas, d) o direito de seguir o rito evolucionário sem o risco de intervenção ou extinção pelos seres humanos, e) o direito a não crueldade humana, f) direito à restauração ou regeneração por métodos de manejo retornando à condição natural, antes da intervenção humana e g) a receptividade do necessário para a sustentabilidade da espécie.

¹⁶ Gavião Filho (2005) cita a constituição da Bulgária de 1971, que protege e salvaguarda a natureza, bem como as riquezas das águas, do ar, do solo e ainda os monumentos de ordem cultural, reputando a responsabilidade ao Estado, iniciativa privada, organizações sociais e ao cidadão. Sarlet e Fensterseifer (2011) citam, a Lei

epistemológicas da tradição, do conhecimento comum, da transmissão pela autoridade, mas sem desmerecer as refutações da ciência. São exemplos concretos de valorização da natureza, desde o caráter estético, normativo e social até o ambiental. Definem, muitas vezes, aqueles que podem ou devem representar o meio ambiente.

Na América Latina são notáveis as contribuições da Constituição equatoriana de 2008 e boliviana de 2009. Ambas tornam concreta e possível a valorização do meio ambiente como detentor de valor em si mesmo, respeitando-se todas as formas de vida.

A Constituição do Equador (artigos 10, 14, 71, 72, 73 e 74)¹⁷ protege o meio ambiente ecologicamente equilibrado, com o respeito integral de sua existência, manutenção, regeneração, ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos. Determina as medidas de proteção e uso regulamentados pelo Estado e reconhece a natureza como sujeito dos direitos a que a Constituição conceda.

Fundamental da Alemanha de 1949, a qual passou por duas reformas constitucionais em 1994 e 2002. A primeira em 1994 incluiu o art. 20a, trazendo a expressão “bases naturais” ao invés de “vida humana”, uma abordagem para além do antropocentrismo puro. Em 2002, numa segunda reforma, foi incluído no art. 20a, a expressão *die Tiere* que significa “e os animais”. A constituição suíça, reformada em 1992, discutiu o reconhecimento da dignidade dos animais, diante da expressão “dignidade da criatura” (*Würde de Kreatur*), sendo completamente incorporado à Constituição Suíça de 2000 mediante a inserção do art. 120 (2).

¹⁷ Constitución Del Ecuador:

[...]

Art. 10.- Las personas, comunidades, pueblos, nacionalidades y colectivos son titulares y gozarán de los derechos garantizados en la Constitución y en los instrumentos internacionales.

La naturaleza será sujeto de aquellos derechos que le reconozca La Constitución.

[...]

Art. 14.- Se reconoce el derecho de la población a vivir en un ambiente sano y ecológicamente equilibrado, que garantice la sostenibilidad y el buen vivir, *sumak kawsay*.

Se declara de interés público la preservación del ambiente, la conservación de los ecosistemas, la biodiversidad y la integridad del patrimonio genético del país, la prevención del daño ambiental y la recuperación de los espacios naturales degradados.

[...]

Art. 71.- La naturaleza o *Pacha Mama*, donde se reproduce y realiza La vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos.

Toda persona, comunidad, pueblo o nacionalidad podrá exigir a la autoridad pública el cumplimiento de los derechos de la naturaleza. Para aplicar e interpretar estos derechos se observaran los principios establecidos en la Constitución, en lo que proceda.

El Estado incentivará a las personas naturales y jurídicas, y a los colectivos, para que protejan la naturaleza, y promoverá el respeto a todos los elementos que forman un ecosistema.

Art. 72.- La naturaleza tiene derecho a la restauración. Esta restauración será independiente de la obligación que tienen el Estado y las personas naturales o jurídicas de Indemnizar a los individuos y colectivos que dependan de los sistemas naturales afectados.

En los casos de impacto ambiental grave o permanente, incluidos los ocasionados por la explotación de los recursos naturales no renovables, el Estado establecerá los mecanismos más eficaces para alcanzar la restauración, y adoptará las medidas adecuadas para eliminar o mitigar las consecuencias ambientales nocivas.

A Constituição da Bolívia de 2009 (artigos 33 e 34)¹⁸ garante a todas as pessoas o direito ao meio ambiente saudável, protegido e equilibrado e a outros seres vivos de desenvolverem-se de maneira normal e permanente, como também (inciso 15 e 16 do art. 108)¹⁹ confere a todos os bolivianos e bolivianas o dever de proteger e defender os recursos naturais para as gerações futuras e proteger e defender o meio ambiente adequado para o desenvolvimento dos seres vivos. Ademais, o artigo 304²⁰ estabelece competências para as

¹⁸ Constitución de la Bolivia - Constitución Política del Estado (CPE) (7-febrero-2009):

[...]

Artículo 33.

Las personas tienen derecho a un medio ambiente saludable, protegido y equilibrado. El ejercicio de este derecho debe permitir a los individuos y colectividades de las presentes y futuras generaciones, además de otros seres vivos, desarrollarse de manera normal y permanente.

Artículo 34.

Cualquier persona, a título individual o en representación de una colectividad, está facultada para ejercitar las acciones legales en defensa del derecho al medio ambiente, sin perjuicio de la obligación de las instituciones públicas de actuar de oficio frente a los atentados contra el medio ambiente.

¹⁹ Constitución de la Bolivia:

[...]

Artículo 108

Son deberes de las bolivianas y los bolivianos:

[...]

15. Proteger y defender los recursos naturales y contribuir a su uso sustentable, para preservar los derechos de las futuras generaciones.

16. Proteger y defender un medio ambiente adecuado para el desarrollo de los seres vivos.

²⁰ Constitución de la Bolivia:

[...]

Artículo 304

I. Las autonomías indígena originario campesinas podrán ejercer las siguientes competencias exclusivas:

1. Elaborar su Estatuto para el ejercicio de su autonomía conforme a la Constitución y la ley.
2. Definición y gestión de formas propias de desarrollo económico, social, político, organizativo y cultural, de acuerdo con su identidad y visión de cada pueblo.
3. Gestión y administración de los recursos naturales renovables, de acuerdo a la Constitución.
4. Elaboración de Planes de Ordenamiento Territorial y de uso de suelos, en coordinación con los planes del nivel central del Estado, departamentales, y municipales.
5. Electrificación en sistemas aislados dentro de su jurisdicción.
6. Mantenimiento y administración de caminos vecinales y comunales.
7. Administración y preservación de áreas protegidas en su jurisdicción, en el marco de la política del Estado.
8. Ejercicio de la jurisdicción indígena originaria campesina para la aplicación de justicia y resolución de conflictos a través de normas y procedimientos propios de acuerdo a la Constitución y la ley.
9. Deporte, esparcimiento y recreación.
10. Patrimonio cultural, tangible e intangible. Resguardo, fomento y promoción de sus culturas, arte, identidad, centros arqueológicos, lugares religiosos, culturales y museos.
11. Políticas de Turismo.
12. Crear y administrar tasas, patentes y contribuciones especiales en el ámbito de su jurisdicción de acuerdo a Ley.
13. Administrar los impuestos de su competencia en el ámbito de su jurisdicción.
14. Elaborar, aprobar y ejecutar sus programas de operaciones y su presupuesto.
15. Planificación y gestión de la ocupación territorial.
16. Vivienda, urbanismo y redistribución poblacional conforme a sus prácticas culturales en el ámbito de su jurisdicción.
17. Promover y suscribir acuerdos de cooperación con otros pueblos y entidades públicas y privadas.
18. Mantenimiento y administración de sus sistemas de microriego.
19. Fomento y desarrollo de su vocación productiva.

autonomias indígenas que podem, inclusive, regulamentar e institucionalizar suas atividades de modo que se proteja o meio ambiente, o patrimônio natural e cultural desses povos.

A afirmação da dignidade, primazia de um Estado Democrático de Direito, é de difícil configuração perante o grau de responsabilidade. O implemento de certas condições ambientais, para assegurar a concretização da vida humana em níveis dignos, cabe formalmente ao Estado. Em termos materiais, desde o indivíduo à coletividade (sociedade) e ao Estado, a todos se imputa o dever. É possível traduzir os valores, das cosmovisões enumeradas outrora, em leis ou iniciar uma ressignificação normativa construtiva que caracterize a natureza para além de objeto.

A temática ambiental, além de complexa, possui como requisitos essenciais o grau de interação e relevância que se projeta sobre a perspectiva da efetividade e possibilidade de concretização de efeitos. A configuração de qual valor intrínseco ou inerente se vai

20. Construcción, mantenimiento y administración de la infraestructura necesaria para el desarrollo en su jurisdicción.

21. Participar, desarrollar y ejecutar los mecanismos de consulta previa, libre e informada relativos a la aplicación de medidas legislativas, ejecutivas y administrativas que los afecten.

22. Preservación del hábitat y el paisaje, conforme a sus principios, normas y prácticas culturales, tecnológicas, espaciales e históricas.

23. Desarrollo y ejercicio de sus instituciones democráticas conforme a sus normas y procedimientos propios.

II. Las autonomías indígena originario campesinas podrán ejercer las siguientes competencias compartidas:

1. Intercambios internacionales en el marco de la política exterior del Estado.

2. Participación y control en el aprovechamiento de áridos.

3. Resguardo y registro de los derechos intelectuales colectivos, referidos a conocimientos de recursos genéticos, medicina tradicional y germoplasma, de acuerdo con la ley.

4. Control y regulación a las instituciones y organizaciones externas que desarrollen actividades en su jurisdicción, inherentes al desarrollo de su institucionalidad, cultura, medio ambiente y patrimonio natural.

III. Las autonomías indígena originario campesinas podrán ejercer las siguientes competencias concurrentes:

1. Organización, planificación y ejecución de políticas de salud en su jurisdicción.

2. Organización, planificación y ejecución de planes, programas y proyectos de educación, ciencia, tecnología e investigación, en el marco de la legislación del Estado.

3. Conservación de recursos forestales, biodiversidad y medio ambiente.

4. Sistemas de riego, recursos hídricos, fuentes de agua y energía, en el marco de la política del Estado, al interior de su jurisdicción.

5. Construcción de sistemas de microriego.

6. Construcción de caminos vecinales y comunales.

7. Promoción de la construcción de infraestructuras productivas.

8. Promoción y fomento a la agricultura y ganadería.

9. Control y monitoreo socioambiental a las actividades hidrocarburíferas y mineras que se desarrollan en su jurisdicción.

10. Sistemas de control fiscal y administración de bienes y servicios.

IV. Los recursos necesarios para el cumplimiento de sus competencias serán transferidos automáticamente por el Estado Plurinacional de acuerdo a la ley.

considerar, as repercussões de ordem material, formal ou programática e quais as consequências para a formatação e reestruturação da herança cultural que se projetará para o futuro dependem do nível de comprometimento das sociedades e como seus anseios se inserem na agenda política dos Estados.

Seguindo a concepção antropocêntrica alargada ou a mais tradicional, como também uma concepção que se dirija aos caracteres sistêmicos e integrados, há um valor ou princípio que se alinha em qualquer das concepções, pois se amolda ao fator responsabilidade, ao comprometimento e a necessidade de uma postura sustentável.

A solidariedade ambiental, em especial o seu viés intergeracional, é o princípio que independente da geração e da dimensão de direitos ou dos valores que se busca ponderar é a pedra angular. Ela se torna o liame entre a nova expressão e extensão da equidade e da justiça interespecies e a sensibilidade ambiental.

Para uma melhor concatenação e expressão desse princípio ético é necessário conjecturar quais os caminhos e entraves para disseminação da sensibilização. A instauração do Senso Ambiental auxiliará na tarefa de conglobar o conteúdo sistêmico da natureza e os caracteres culturais, desencadeando uma nova hermenêutica que traga a consecução da governança e gestão ambientais envoltas por uma *novel* interpretação concretista que contemple desde as gerações ancestrais até as gerações futuras.

2. SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL: conflitos e perspectivas.

2. SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL: conflitos e perspectivas.

A busca por soluções para os conflitos e questões práticas ambientais tornou-se rotina nas sociedades contemporâneas. Os conflitos, muitas vezes, são fruto do choque de interesses, da falta de consciência e racionalidade ambiental, ou ainda, da sensibilidade ambiental acerca da finitude dos recursos naturais disponíveis. Nestes termos,

A destruição crescente da base de recursos da Terra – assim como os desequilíbrios ecossistêmicos que ocasionam esses processos – levou os assuntos ambientais a ocupar um lugar de prioritário na agenda da geopolítica de desenvolvimento sustentável e das ‘metas do milênio’. Isso mostra o caráter global da degradação ambiental e a interdependência das condições de ordem geofísica e ecológica em relação aos processos econômicos, às estruturas institucionais, às relações de poder e às formas de organização cultural, em escala tanto mundial como nacional e local, que acompanham estes processos de mudança (LEFF, 2006, p.406).

Desde as últimas duas décadas do Século XX e início deste, assistiu-se a grandes mudanças tanto no campo sócio-econômico e político quanto no campo da cultura, da ciência e da tecnologia. No entanto, a internalização e assimilação dos efeitos da crise ambiental, juntamente com seus elementos desencadeadores necessitam da apropriação de conceitos e valores que vão além do contexto ecológico e econômico, passam pelo estabelecimento de um novo senso comum, o Senso Ambiental.

2.1 Senso Ambiental

A configuração de um novo saber se conduz na ressignificação e na redefinição do conhecimento. A composição e estruturação de um novo senso, o qual passou pelo crivo do saber científico, diferentemente, do senso comum, e baseado em paradigmas submetidos à chancela dos rigores da ciência, nasce em meio à crise. Essa se estabelece no âmago da reflexão e se torna destaque ao transparecer suas circunstâncias, a exemplo da ambiental.

Em períodos de crise, a ciência fortalece a importância da epistemologia. A reflexão epistemológica e sua consciência teórica afirmam a autonomia do conhecimento científico, sobre as outras formas e práticas do conhecimento (SANTOS, 2003).

O conhecimento atingido carece de legitimidade e difusão abrangentes, tanto por arriscar romper as barreiras temporais e espaciais, como também pelo seu conteúdo axiológico, semântico e utilitário. Estabelece-se a constituição de um novo senso, diferenciado do senso comum originário. O novo senso não deve ser tão somente uma abstração especulativa e inebriada pela tradição e costumes sem bases científicas. Ele anseia por subsídios que vão além do rigor positivista da quantificação. Erige-se a construção de um elo principiológico, teórico e real, de natureza e caráter interdisciplinar²¹.

O fator legitimidade repousa na necessidade de que todas as formas de conhecimento almejam e necessitam obter a conformidade e a aquiescência da sociedade ou daqueles que do conhecimento se valem, apreendem e o praticam. Souza (2013) destaca que a ciência perde em valor e objeto ao não alcançar uma finalidade concreta e potencialmente exequível, bem como por não possuir referenciais lógicos, sistemáticos, teóricos, críveis e plausíveis, os quais demonstrem não apenas o conhecimento empregado, mas as bases que o tomam em comum.

O senso comum é paradigmático, e não um paradigma. Paradigmático, pois ele apresenta soluções para diversos questionamentos de base empírica, mas não se reveste de caracteres científicos, por isso não ser concebido como um paradigma. A validade de suas proposições e soluções vigora até que não consiga suplantat problemas gerais ou corresponder a demandas de ordem social e aplicabilidade comum. A falta de base científica e de não correspondência às demandas que suscitam a prática de valores culturais, religiosos, morais, princípios e modelos; gera referenciais e, dialeticamente, reafirma concepções.

Quando reformulado pela ciência e pelos métodos que lhes são peculiares, o novo senso comum toma como relevantes a ligação entre os valores de origem, a identidade, a prática e o conhecimento científicos, além de resgatar os fundamentos de sua origem. O novo senso é um novo denominador comum que realimenta a consciência social no desenvolver da

²¹ De acordo com Leff: “[...] A interdisciplinaridade implica assim um processo de inter-relação de processos, conhecimentos e práticas que transborda e transcende o campo da pesquisa e do ensino no que se refere estritamente às disciplinas científicas e a suas possíveis articulações. Dessa maneira, o termo interdisciplinaridade vem sendo usado como sinônimo e metáfora de toda interconexão e ‘colaboração’ entre diversos campos do conhecimento e do saber entro de projetos que envolvem tanto as diferentes disciplinas acadêmicas, como as práticas não científicas que incluem as instituições e atores sociais diversos” (2000, p.22). Segundo Costa (2000), a importância da interdisciplinaridade vai além da atividade científica, devendo ser valorizada e referida como um instrumento metodológico essencial capaz de possibilitar a apropriação social dos resultados do avanço do conhecimento científico e tecnológico ambientais.

sensibilização ambiental, tomada pelo viés não de um dogma ou costume herdado, mas de uma característica que o faz ser retroalimentado. A capacidade e veemência do novo senso, permeado por valores ambientais, denota um aspecto que vai além do cientificismo e da aplicabilidade social; desmistifica a natureza e a religa ao saber humano.

Para Santos (2009), o reconhecimento do senso comum, sua anuência e apropriação, não nega a validade do conhecimento científico. A manifestação do conhecimento científico em conhecimento social tem por escopo reestruturar o senso comum em Senso Comum, permeado pela legitimidade de que goza o método, por estar sob o manto de cientificidade.

O senso comum não é um paradigma, pois não se ampara no saber científico. O Novo Senso Comum, obtido pela chancela da experimentação (experiência científica), seria erguido sobre a construção científica, dirigindo-se para as necessidades reais, sociais e ambientais. Esse estaria amparado em um paradigma, que transcende a prática científica pura, bem como auxilia na construção dinâmica do conhecimento, sem desconsiderar fatores culturais, sociais, éticos, reais, ideológicos, políticos e de gestão (SOUZA, 2013).

O desenvolvimento tecnológico e científico deve conduzir à promoção do bem-estar social, paralelamente, na rota de uma ressignificação paradigmática e de valores, afastando-se do mecanicismo e da inconsequência dele decorrente. Esse bem-estar social vai se alinhar às necessidades ambientais e reafirmar a consecução de uma agenda e finalidades socioambientais, as quais não podem estar desvinculadas do saber ambiental desde seu cerne axiológico, o qual advém dos costumes, da tradição e do saber primeiro; o senso comum. Desse modo frise-se que:

o senso comum e a ciência são expressões da mesma necessidade básica, a necessidade de compreender o mundo, a fim de viver melhor e sobreviver. Para aqueles que teriam a tendência de achar que o senso comum é inferior à ciência, eu só gostaria de lembrar que, por dezenas de milhares de anos, os homens sobreviveram sem coisa alguma que se assemelhasse à nossa ciência. Depois de cerca de quatro séculos, desde que surgiu com seus fundadores, curiosamente a ciência está apresentando sérias ameaças a nossa sobrevivência (ALVES, 2001, p. 21).

A Ciência corrobora e denomina o novo senso de conhecimento científico, pois esse coaduna com os métodos que compilam a ciência. Há uma relação reflexiva entre o primeiro senso, o qual não perdeu suas peculiaridades formais, mas terá um conteúdo cientificamente corroborado, testado, falseado e refutado. Há admissibilidade do novo conhecimento perante

o paradigma dominante, mesmo sem negar o caráter racional das outras formas de conhecimento que lhes são diversas.

Não há uma sistemática determinante de que a ciência deve substituir o senso comum. Ela poderá vir a suplantá-lo e redefini-lo para que depois se reconfigure em consenso legitimado e legitimante, já que o senso comum não perdeu seu valor e considerabilidade perante a tradição e autoridade de quem o aplica. Em termos metodológicos, a ciência pode confirmar o senso comum, incrementá-lo, negá-lo parcialmente ou reescrevê-lo mudando sua forma e conteúdo drasticamente, uma vez que passou pelo rigor do método científico.

Um fato social reiterado caracteriza certos atos, os quais poderão traduzir-se em mandamentos, regras ou princípios após o exame desses fatos. Eis o nascedouro das normas, as quais formam e reafirmam consensos. Esses consensos, como doravante serão melhor explanados, legitimam não apenas o que é prescrito pela ciência social que traça seus contornos, mas pela aceitação e aplicação, ainda que impositiva, daqueles a quem diretamente as normas dirigem.

O movimento para a conformação das normas e consensos tende a ser de uma relação espiralar, a qual converge para um entendimento mais profícuo, internalizando o conhecimento e os valores, de forma interdependente e contínua buscando atingir, reflexivamente, a legitimidade. Quando há uma concatenação das reais necessidades, do compartilhamento, dos riscos, da responsabilidade e integração sistêmica, esse caminho espiralar pode ser feito duplamente: adentrando para o interior ou resgatando as motivações e consequências que desencadearam essa convergência.

O paradigma dominante, de viés antropocêntrico restou viciado em não suscitar essa convergência e compreensão. Santos (2009) aponta que há muitos temas, os quais condizem para reflexão epistemológica acerca da crise do paradigma dominante, especialmente, os que se dirigem efusivamente ao conteúdo do conhecimento científico e às motivações de empreendê-lo. A ciência não estaria a serviço das necessidades prementes e reais da coletividade, essa que é responsável pela proteção e tutela do meio ambiente, juntamente, com o Estado (Poder Público). Há um direcionamento que vincula o conhecimento produzido as demandas de um mercado de forma cíclica e não espiralar como fora destacado.

Boaventura de Souza Santos pontua que a ciência se fecha a pluralidade de saberes tornando-se um “[...] conhecimento desencantado e triste que transforma a natureza num autômato, ou, como diz Prigogine, num interlocutor terrivelmente estúpido” (2009, p.53).

Para Santos (2009), o conhecimento ganhou em rigidez o que perdeu em prosperidade, sem negar os êxitos da tecnologia, houve por parte dessa a repressão aos questionamentos acerca do valor humano junto ao saber científico. Foram cortinados os limites da compreensão do mundo, enquanto o mecanicismo corrobora a não instauração de um novo paradigma gerando manifestações incoerentes desde a aplicação da ciência até a organização da investigação científica.

A ciência que não se reestrutura com base nos anseios reais que a justificam, mas que se traduz na produção de um conhecimento que venha a atender, tão somente, uma demanda de mercado, descaracteriza o novo senso que se propôs reescrever. Esse novo senso é o reflexo da legitimidade ora aplicada, que permitiu refutar e refundar sua estrutura e conteúdo. Independente dos métodos utilizados, dos indicadores e hipóteses levantadas, não é apenas o senso comum que se reestrutura, mas a própria ciência e a técnica, as quais se reunirão àquele conhecimento, outrora desconsiderado, que serviu de base dedutivo-dialética e agremiarão a legitimidade como uma herança imaterial.

Souza (2013) destaca que a expressão cotidiana se reproduz na questão ambiental. O paradigma dominante (concepção antropocentrista alargada ou neo-antropocentrista) visualiza a natureza como fator resultante ou consequência a ser tratada sem alterar os motivos e as fontes dos problemas que provocam. Santos (2009) aponta que atribuir o comportamento humano à natureza e vice-versa, anseia respaldar as teorias físico-naturais, criadas em campos específicos, a postularem aplicação no domínio social. Eis a maior marca pós-moderna que se transmite para o paradigma vindouro, “[...] à medida que as ciências naturais se aproximam das ciências sociais estas se aproximam das humanidades” (2009, p.69).

Ao estabelecer um Estado, a ordem jurídica e social que o delineiam, devem estar fielmente alicerçadas em valores, os quais advém senso e consensos estabelecidos. A tradução em atos de gestão, deve ter como desígnio o exprimir das aspirações de seus administrados e ao mesmo tempo considere a base material onde o Estado se estabelece; o território. E é no território, base natural e concreta, que se desenvolvem as relações sociais e culturais. A cada época e costume o conhecimento popular se reveste de legitimidade em virtude da aplicabilidade local e regional.

O Estado Socioambiental, por exemplo, almeja equalizar valores sociais e ambientais de maneira que estejam cada vez mais envoltos em uma coalizão axiológica entre o conhecimento e a sensibilização. Um novo Senso Comum, revisitado pelas ciências ambientais e contemplado de forma interdisciplinar, denota o Senso Ambiental.

A visão mercadológica da ciência faz olvidar que a natureza representa mais que o meio ambiente. A ânsia pela posse, propriedade, uso e aproveitamento dos recursos caracteriza a natureza apenas como meio, sem juízo de valor finalístico. Santos (2003) compreende que a desumanização da natureza e a desnaturalização do homem, provocada pela distinção ontológica entre ambos conduziram às condições para que o ser humano se utilizasse do poder arbitrário, ético e adotasse postura politicamente neutra.

A solidariedade restou relegada ao plano da responsabilização e não à integração sistêmica, uma vez que a sensibilização foi substituída pela racionalidade pura, livre de valores ou heranças culturais. É no âmago desta crise que se projeta a reintegração da natureza no homem enquanto objetivo de conhecimento. A exploração científica da natureza está atrelada à exploração do homem pelo homem.

O estabelecimento de uma crise paradigmática poderá acarretar em um novo (con)senso, que se qualifica por ambiental. Conhecimento massificado, difundido para além de bases costumeiras ou de tradição, mas também bases científicas sólidas e comprometidas com a realidade socioambiental pautada em valores culturais, políticos, éticos e não excludentes. A natureza, conforme Souza (2013), além do direito e da conjectura social, é o prenúncio da atividade científica, a qual deve passar pelo julgo da falseabilidade apregoada por Popper (2007), de maneira que essa atividade se revista de subsídios reais que a abalizem.

A necessidade emergente de se constituir o Senso Ambiental pode prover o redirecionamento e revalorização da ciência, fazendo-a voltar-se para uma sociedade mais solidária, atinente à realidade científico-social e ambiental. No entanto, lembra Santos (2007) que há obstáculos epistemológicos para que se configure uma interconexão de saberes em virtude das dicotomias crônicas estabelecidas, pois:

Sendo certo que a validade universal da verdade científica é, reconhecidamente, sempre muito relativa, dado o facto de poder ser estabelecida apenas em relação a certos tipos de objetos em determinadas circunstâncias e segundo determinados métodos, como é que ela se relaciona com outras verdades possíveis que podem inclusivamente reclamar um estatuto superior, mas não podem ser estabelecidas de acordo com o método científico, como é o caso da razão como verdade filosófica e da fé como verdade religiosa? (SANTOS, 2007, p.5).

A inexistência de um diálogo intercultural, de cotejo a pluriparticipação que conecte os saberes, sejam eles cientificamente corroborados ou não, a atividade e pensamento

humanos não poderão estabelecer linhas e entrelaçamento em rede capazes de equilibrar e aglutinar valores em uma possível transição paradigmática. O conhecimento científico permanecerá estático diante das demandas sociais ou somente servirá para indagar e refutar o senso comum, sem vir a integrar e reconstruir, de maneira reflexiva e dialética na ressignificação do conhecimento.

A concretização de um novo valor decorre da identidade, percepção, sensibilidade e possibilidade na obtenção de referenciais aceitáveis e factíveis. Conceber a integração do ambiente é um processo que provém da participação cidadã, ou ainda da participação solidária, mas também da possibilidade de reinserção das ciências no atendimento às necessidades e anseios prementes.

A modernidade redefine de modo muito particular quais as necessidades e anseios a serem atendidos. O não atendimento a esses denota o apossamento pelas crises das soluções modelares. Como se torna um aspecto comumente observado, as crises paradigmática e ambiental são tidas como normais, perante o contexto, a expressão cotidiana, os danos e as alterações ao meio ambiente. Elas se traduzem em uma cadeia cíclica revestida de normalidade. A essa normalidade que traz como características uma patogênese quase que imperceptível e uma inércia à reflexão e questionamento, denomina-se *Normose*.

2.2 Normose: um entremeio patológico que naturaliza dissensos

Um dos entraves à conformação do Senso Ambiental é a resistência à ligação e conotação sistêmica com a totalidade da Natureza. As atitudes e relações estabelecidas com os elementos que compõem o meio ambiente, arraigadas de uma objetividade que em muito se filia ao paradigma do crescimento e desenvolvimento infinito, distanciam o humano da teia da vida e o inserem numa inércia diante dos riscos potenciais à manutenção desta.

O planeta fica relegado a um cenário físico para as manifestações humanas. Compreender o sentido e o cerne das crises ambiental e paradigmática se torna, desse modo, um objetivo de segundo plano. Para compreender esse quadro de entraves à incorporação da sensibilização ambiental e trazê-la a destaque, faz-se necessário trazer o conceito de *Normose*.

Esse termo, “criado” por Pierre Weil, Jean-Yves Leloup e Roberto Crema (2014), enfatiza o caráter prejudicial de atitudes e costumes que conduzem a um quadro patológico e

patogênico de uma normalidade que não é testada ou falseada²². Há uma crença enraizada e inconsciente de que os hábitos e costumes são estanques e gozam de uma normalidade quase que incontestável. Estabelece-se uma normalidade direta inquestionável não escrita ou explícita, mas uma conduta que gera efeitos opostos ao conceito originário de norma, o qual seria, regulamentar, harmonizar e proporcionar soluções e resultados que beneficiem os atores e sujeitos envolvidos.

Assim, a Normose pode ser considerada como:

o conjunto de normas, conceitos, valores, estereótipos, hábitos de pensar ou agir aprovados por um consenso ou por uma maioria de pessoas de uma determinada sociedade, que levam a sofrimentos, doenças e mortes. Em outras palavras: que são patogênicas ou letais, executadas sem que seus autores e atores tenham consciência da natureza patológica. (WEIL; LELOUP; CREMA, 2014, p. 18).

Importante é a contribuição de Canguilhem (2009) ao deslindar as nuances entre o que é tido como normal e norma:

quando se sabe que norma é a palavra latina que quer dizer esquadro e que *normalis* significa perpendicular, sabe-se praticamente tudo o que é preciso saber sobre o terreno de origem do sentido dos termos norma e normal, trazidos para uma grande variedade de outros campos. Uma norma, uma regra, é aquilo que serve para retificar, pôr de pé, endireitar. ‘Normar’, normalizar é impor uma exigência a uma existência, a um dado, cuja variedade e disparidade se apresentam, em relação à exigência, como um indeterminado hostil, mais ainda que estranho. Conceito polêmico, realmente, esse conceito que qualifica negativamente o setor do dado que não cabe na sua extensão, embora dependa de sua compreensão. (CANGUILHEM, 2009, p. 108)

Ao seguir essa diretriz, Canguilhem (2009) aponta que a razão da finalidade e do uso polêmico do conceito de norma deve ser procurado no cerne da relação normal-anormal, haja vista que não se trata de uma relação de contradição e exterioridade, mas de inversão e polaridade. Diferentemente de uma lei da natureza, uma norma não acarreta necessariamente seu efeito, precisa ser além de aplicável, precisa ser executada.

Uma norma pura e simples não tem nenhum sentido de norma, pois carrega tão somente a possibilidade de referência e de regulação que ela oferece. Ela mantém pela

²² De acordo com Popper (2007) para a ciência não há verdades absolutas ou irrefutáveis. A ciência deve ser falseada, (com) provada as bases que dão sustentação a uma teoria.

circunstância de ser, apenas uma possibilidade como seu objetivo primaz, mas traz em si a dimensão de uma outra possibilidade que seja inversa ao que se busca, uma vedação. As normas buscam instituir o que é normal no âmbito de uma escolha ou preferência, sendo a expressão e instrumento de uma vontade de substituir um estado de coisas insatisfatório por um estado de coisas satisfatório (CANGUILHEM, 2009).

O comportamento normal é mais do que consensual, pois ele transparece valores. Durkheim (1983) classifica os fenômenos sociológicos, sem descurar do viés biológico em: comuns a toda espécie e excepcionais. Os primeiros podem ser encontrados em todos os indivíduos, ou na sua maioria. Os excepcionais manifestam-se nas minorias. Para ele, patológico é algo que foge à normalidade.

Desse modo, a normose se traveste de normalidade, por ter seu aspecto consensual, não excepcional, mas conduz a um estado patológico levando a sofrimentos sem o conhecimento por parte dos autores e atores envolvidos.

A dificuldade de se identificar um aspecto normótico reside no fato de que os seres ou sujeitos capazes de identificar e promover alguma ação terapêutica ou reação antinormótica, encontram-se envoltos de forma tão intensa, que a atitude restauradora da normalidade real e não patológica gera uma dicotomia cíclica²³.

O número de normoses é extenso e pode ser classificado de diversas formas, sendo as mais comuns as normoses gerais e específicas. As gerais atingem todo o mundo ou grande parcela deste. As específicas são as que se dirigem a um certo território, ideologia, tecnologia, segundo Weil (2000), como a *informatose* e a *cibernose*, ou ainda, o aspecto político.

As normoses possuem como característica comum seu caráter autômato e inconsciente. Pessoas aderem a uma coletividade por ideologia, religião, por reiterarem informações (a exemplo das *fake news*²⁴) e pela disseminação de opiniões submersas em um pseudoconsenso, manifesto por uma maioria acrítica (WEIL; LELOUP; CREMA, 2014).

²³ Como exemplo, tem-se a incerteza dos riscos ambientais diante de uma atividade exploradora. Os sujeitos e a coletividade estão vendados pelo ideário do desenvolvimento patogênico e confundidos pela normótica atividade. O uso de tecnologias como os novos celulares *smart phone*, não há informação ou se questiona acerca dos malefícios presentes deste o uso e descarte das baterias, as quais não são mais destacáveis pelo usuário, pois estão soldadas à base dos aparelhos, quicá os riscos provenientes do uso dessas em carga, exceto quando em uma chamada de áudio ou vídeo, cujo risco mensurado é a possibilidade de explosão. O usuário está envolto em um ciclo normótico, pois não deve questionar e sim se adequar ao uso.

²⁴ O termo *fake News* surgiu, aparentemente, na década de 1890 quando no The Buffalo Commercial (Buffalo, NY) a respeito da preferência do público por notícias falsas e especiais publicadas por um sindicato local. Disponível em <<https://www.huffpostbrasil.com/entry/where-does-the-term-fake-news-come-from_us_58d53c89e4b03692bea518ad>> acessado em 22 de novembro de 2018.

O caráter normótico reside em uma normalidade doentia e que se assenta em um acordo, ainda que seja falacioso, mas que se dissemina e ganha um aspecto paradigmático por buscar se manifestar do mesmo modo que a ciência normal e o senso comum legitimados.

As normoses sob o viés ideológico e político ganham tons de uma natureza axiológica por consolidarem uma forma de alienação, propiciando a formação de regimes totalitários ou sistemas de dominação. Não há, em meio às manifestações normóticas, a necessidade de reflexão, abstração ou ainda de questionamento. Utiliza-se de premissas científicas e ideológicas para abonar e reafirmar que uma prática se justifica por seu aplicar.

Do ponto de vista ambiental, uma das primeiras constatações é a instauração do consumismo, o qual de forma patológica, privilegia e suscita necessidades, em sua maioria supérfluas de posse, como forma de se alcançar um padrão de consumo que visa atender uma demanda, um requisito à satisfação.

No entanto, esse entendimento e atendimento a desejos privilegiam o individual em detrimento do grupo e da coletividade. Assim, de maneira dicotômica, anseia-se integrar ao grupo agindo de forma individual, desagregando valores e disseminando a cultura do consumo pelo consumo; um autômato normótico.

A normose tem como característica comum a todas as suas formas um *modus operandi* que dá destaque à forma, independente do conteúdo e dos valores que as atitudes podem conduzir. Weil, Leloup e Crema (2014) entendem ser primordial o papel dos educadores, pois eles podem ter a tarefa de formar autômatos normóticos ou seres humanos plenamente lúcidos. Em suma, “[...] tomar consciência da normose e de suas causas constitui a verdadeira terapia para a crise contemporânea. Trata-se, também, do encontro com a liberdade. Seguir cegamente as normas é tornar-se escravo” (WEIL; LELOUP; CREMA, 2014, p. 20).

Nesse sentido, Crema (2014) alude que há três fundamentos base da normose:

- I) Fundamento Sistêmico
- II) Fundamento Evolutivo
- III) Fundamento Paradigmático

O fundamento sistêmico denota que a normose surge quando o sistema se encontra predominantemente desequilibrado. Ser normal é adequar-se à patologia determinante do *status quo*, o qual “[...] nesse contexto, a pessoa realmente saudável é a dotada da capacidade

de um desajustamento justo, de uma indignação lúcida, de um desespero sóbrio” (WEIL; LELOUP; CREMA, 2014, p. 31).

O viés sistêmico se instaura na ausência de escuta e visão, quando há a prevalência das negações a valores basilares formadores do bem comum e da proteção aos meios necessários à manutenção da vida e do que dela é decorrente. A prevalência de injustiça e da corrupção generalizada são práticas normóticas que afrontam, inclusive, os alicerces do desenvolvimento sustentável, da justiça ambiental e da solidariedade.

O normótico, envolto nesse fundamento sistêmico, não vê e não responde ao óbvio. A normose aparece no contexto contemporâneo como um dos maiores perigos da apatia, diante dos flagelos que envolvem o planeta. Tudo se conduz de maneira linear e incontestável.

O fundamento evolutivo reside na ilusão normótica e darwiniana de que o ser humano evolui a partir do acaso e da necessidade, por mutações casuais e competitividade mecanicista, a exemplo do que ocorre na evolução natural. Contudo, o ser humano não se esgota ou determina apenas com referência aos seus aspectos naturais e constituição física (WEIL; LELOUP; CREMA, 2014).

Leloup (2014), na mesma linha de Campbell (1988), destaca que o humano não nasce humano, ele se torna humano. É um ser do caminho. Os genes humanos podem definir uma série de caracteres e prever suas capacidades, mas não tem um poder definitivo na formação e ampliação desses limites, pois a evolução humana leva em consideração “um gênio” que habita entre os genes. A espécie humana introduziu uma nova qualidade de evolução, a intencional, consciente e voluntária.

A normose incute um juízo determinista, pautado de modo a homogeneizar comportamentos, fundando-se na ideologia da evolução. O suporte normótico tende a negar a saída de trilhos populares e viciados para as improváveis e inventivas trilhas. O ser humano é resultado e consequência da sua própria existência.

O terceiro e último fundamento é o da transição paradigmática; o fundamento paradigmático. Vislumbra-se que “[...] acontece ainda que o mito esgotado ainda prevalece, dominantemente, enquanto um mito emergente desponta na fragilidade possante de tudo aquilo que nasce, trazendo o dom do novo” (WEIL; LELOUP; CREMA, 2014, p. 42).

Conforme os ensinamentos de Kuhn (2011), o surgimento de um novo paradigma se justifica pela não aceitação ou conformação das soluções modelares apresentadas pelo paradigma até então dominante. Em termos singulares, o novo paradigma não nega o paradigma anterior, necessariamente, ele pode ser uma nova e reiterada interpretação, como também abranger mais situações e responder a novos questionamentos.

Crema (2014) traduz que a implantação de um paradigma novo, não é porque os cientistas da antiga visão de mundo abrem mão, desapeadamente, de conceitos anteriores. Aqueles que estão receptivos a novos valores e conceitos, à nova ordem e a um novo aprender a aprender, consolidarão um novo paradigma a florescer. Desse modo:

É por isso que, nos períodos de transição paradigmática, a normose toma vulto intenso e espantoso, consistindo no apego ao velho mito, no fechamento e resistência aos novos horizontes que despontam” (WEIL; LELOUP; CREMA, 2014, p. 42).

Por conseguinte, vislumbra-se que a ciência padece da normose. A dualidade entre determinismos e competitividades, desde as ciências naturais às ciências sociais e até mesmo as que lidam com a *psique*, denotam em que termos uma dimensão unívoca e simplista pode desembocar na falta de sensibilização e aguçar os sintomas normóticos.

A normose do cientificismo é destaque pela unidimensionalidade simplista e pela vinculação binária, a qual reprime e desconsidera outros níveis de realidade, a inteireza e domínio da complexidade, o que numa abordagem transdisciplinar recebe a nomenclatura de *terceiro* incluído. A normose binária é exemplo de exclusão e fanatismo; uma visão fechada à realidade única. A normose adquire uma nuance que se reveste de um viés científico (WEIL; LELOUP; CREMA, 2014).

Após identificar os três principais fundamentos da normose e quais suas principais características, uma das maiores limitações impostas pela normose, de acordo com Pierre Weil (2014) é a dualidade ou a ilusão desta. Ele assevera que a separação sujeito e objeto, observador e observado, conhecedor e conhecido têm sido a causa da formação de uma crença normótica que eliminou o sujeito.

Desse modo, elucidada ele que:

Quando solicitamos às pessoas que nos apontem a natureza, a reação imediata da maioria é a de apontar, com o dedo, para o meio exterior. Este gesto indica uma ilusão de percepção denominada de *dualidade*, em filosofia, que separa o Real, em sujeito e objeto.

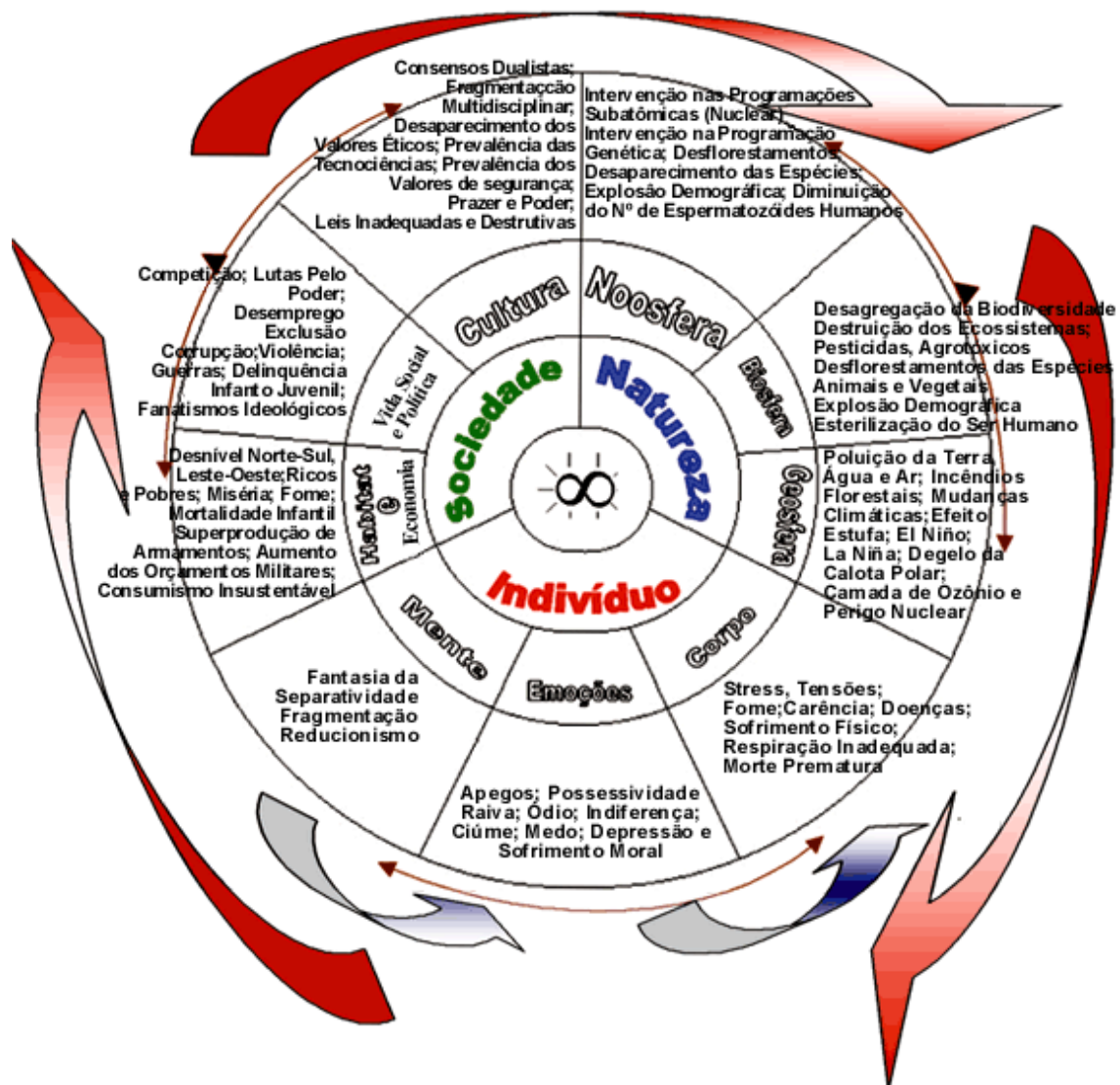
[...]

Podemos indagar até que ponto a fantasia da separatividade, sob a forma de dualismo e da suposta objetividade científica, não constitui a raiz da desumanização da ciência, da tecnologia, da educação e do declínio ético. (WEIL; LELOUP; CREMA, 2014, p. 76-77)

A fantasia da separatividade, a qual está conduzindo a humanidade à autodestruição e a se perceber como sujeitos sólidos que tem contato com objetos exteriores, igualmente, sólidos e permanentes, levou Weil (2000) a representar a roda da destruição.

Há um estado de consciência estanque, derivado do antigo paradigma newtoniano-cartesiano, amparado pelo conceito da dualidade e objetividade científica, os quais conduzem à desumanização da ciência, da tecnologia, da educação, da crise ética e a fragmentação do conhecimento; todos de forma inconsciente (WEIL; LELOUP; CREMA, 2014).

Figura 01 – Roda da Destruição



Fonte: Extraído de Weil (2000, p. 6)

Weil, Leloup e Crema (2014) asseveram que a compreensão e as sensações que são conduzidas mediante os objetos sólidos, levou à classificação em três categorias: agradável, desagradável e neutro. Essas três fizeram por desenvolver três tipos de atitudes básicas: apego, rejeição e indiferença.

A possessividade decorrente do apego aos bens materiais traz um quadro normótico que é uma das principais causas da destruição do meio ambiente. Como consequência direta tem-se a o paradigma do desenvolvimento-crescimento que compreende que os recursos naturais são infindáveis e aptos à exploração indefinida.

As indiferenças sociais, combinadas com a não vinculação do social e o ambiental, instalam normoses socioculturais e socioambientais, as quais avivam e retroagem à separatividade, de forma cíclica, como se pode observar na Figura 01. A atividade normótica insere os indivíduos em uma atitude de “sono” ou encantamento, enquanto os “despertos” ou desencantados sentem-se impotentes diante dos do sobressalto e ameaças ecológicas.

A atitude normótica inscreve a maioria da coletividade em uma atitude de inércia, pois os sintomas provenientes do endosso normótico sobre o indivíduo, a sociedade e a natureza ampliam a responsabilidade de cada um ao cuidar da casa, da morada e do *ethos*²⁵.

A abertura da ciência para a pluralidade de saberes é uma das formas terapêuticas de se combater as normoses socioambientais e, por conseguinte, as socioculturais. A especialização do conhecimento é um reflexo direto do quadro de subconsciência e não sensibilização, pois há a crença na compartimentalização dos saberes como meio de solução a todos os problemas sociais, ambientais, políticos e culturais. O enfoque interdisciplinar traz novos caminhos e possibilidades para se abarcar a complexidade das questões ambientais.

A objetividade científica desencadeou a necessidade da neutralidade da ciência em relação aos demais saberes. Essa necessidade ocasionou um afastamento que veio a desafiar a democratização da ciência, no sentido de que uma vez que ela se reaproxime do senso comum, transmutando-se em um Novo Senso, poder-se-á materializar a ressignificação normoterapêutica interdisciplinar, cultural e política.

No contexto das ciências ambientais, o que se busca é a sensibilização socioambiental de todos segmentos. Por intermédio de caminhos que priorizem a legitimidade não apenas dos métodos a serem aplicados, mas primeiramente aos valores que se agregam e protegem, seja de forma impositiva ou persuasiva.

²⁵ Ethos é uma palavra grega que significa: caráter moral. Ele se dirige aos hábitos ou crenças de uma comunidade, costumes, traços comportamentais que distinguem um povo.

2.3 Caminhos para a sensibilização socioambiental

A afirmação de quais os valores podem permear uma sociedade vai muito além das bases materiais (ambientais) que podem servir de sustento para a coletividade e os bens que se busca tutelar com base na tradição e herança de um povo. Esses valores perfazem o todo sistêmico, que quando legitimados, redefinirão as relações e diálogos interculturais, a agenda política e os objetivos socioambientais a serem concretizados.

A ciência e todas as formas de saber anseiam por legitimidade, não apenas para difundir e persuadir suas práticas, como também consolidar os paradigmas que lhes dão embasamento. A aplicabilidade de uma determinada forma de saber auspicia pela maior abrangência possível, independente dos aspectos culturais e concepções que uma determinada sociedade elegeu através de processos sócio-históricos.

O debate acerca da abertura da ciência incita a inclusão e manifestação participativa dos movimentos sociais. Esses são os principais destinatários e demandantes das soluções modelares e conhecimentos para os problemas ambientais, de saúde, segurança e dos riscos potenciais advindos da tecnologia e da modernidade.

Para que determinado conhecimento seja disseminado e posto em prática de forma que a legitimidade lhe seja requisito mínimo e garantidor, destacam-se dois caminhos possíveis e propositivos: o consenso impositivo e o consenso persuasivo.

2.3.1 Consenso impositivo

O que aqui se denomina consenso impositivo é um meio de introjeção na sociedade de um limite, de um receio ou temor perante as consequências que determinada conduta pode ensejar. A denotação de que determinado entendimento se legitima não necessariamente pelo convencimento, mas pela necessidade de se impor a considerabilidade em respeito a um padrão de comportamento que a todos pode se dirigir e vincular. Essa imposição é na maioria das vezes implícita e se utiliza da coerção como método.

Nas ciências sociais aplicadas, em especial na jurídica, o termo coerção significa “[...] o efeito psicológico da sanção e que tem função preventiva. Age sobre o destinatário como um aviso, de modo que, se não cumprir a norma jurídica, poderá sofrer os efeitos concretos da sanção” (NUNES, 2002, p.187).

Nader (2012) compreende que a coerção é um dos elementos da coação, o psicológico; através desse se exerce a intimidação pelo receio das penalidades que poderão incidir, na hipótese da violação das normas jurídicas.

Rua (2009) denota que a coerção é muitas vezes empregada pelo uso da força, não necessariamente a prática da força, mas simplesmente pela imposição ou presença (força em potência); é o vir a ser da força.

A força impositiva presente na aplicabilidade de uma norma é manifestamente uma forma de sensibilização, mas não necessariamente pelo valor a que se protege. Ela está intimamente ligada às repercussões que o comportamento antinormativo, não consuetudinário e de resistência podem implicar.

As implicações podem variar desde a aplicação de uma penalidade de ordem financeira, à suspensão de um direito, a não participação em uma política pública, ou ainda, a exclusão no processo de tomada de decisão.

Assim, não é necessário que se imponham ou apliquem as consequências, basta que se cogite o processo de sanção. O imperativo da coerção se assentará na hipótese de uma situação não desejada, mesmo que os valores a serem protegidos não sejam aqueles que os atores envolvidos tenham como paradigma modelo.

O consenso impositivo possui aspectos favoráveis à sensibilização quando estiver a serviço de proteger um bem jurídico, social, cultural e ambientalmente relevante, mas também a reconfigurar e robustecer a aceitação de uma concepção. Como exemplo, as concepções acerca das quais se define a abordagem ética e principiológica, como também a que se atribuirá um estatuto moral e considerabilidade para além do usufruto e utilidade da Natureza.

Esse consenso pode instaurar o senso ambiental, em meio à resistência dos atores sociais e dos cientistas conservadores, pois a norma e o princípio, que o norteará, podem impor condutas e comportamentos proporcionais à relevância do bem a ser tutelado. Como exemplo, tem-se o Princípio da Precaução.

Scruton (2016) descreve que o Princípio da Precaução é defendido, destacadamente na Europa, em todos os níveis da política como um guia regulatório, legislativo e científico. Ele relembra que esse princípio já compunha o documento oficial da Conferência de Estocolmo.

Em uma nota de rodapé do documento oficial dessa Conferência²⁶ recomendava esse princípio como ideal para a condução das pesquisas científicas.

Beck (2010) destaca que o avanço científico-tecnológico criou uma nova sociedade, na qual a análise e avaliação dos riscos deve determinar as políticas públicas e atividades mitigadoras a serem desempenhadas. Desse modo, se os riscos são imensuráveis e de resultados imprevisíveis, justifica-se a adoção do Princípio da Precaução.

Esse princípio se tornou um dos baluartes do direito ambiental internacional, com vasta aplicação desde as políticas públicas, ações afirmativas, até a prática científica, quando estabelece limites éticos, morais e normativos. Chegou ao ponto de se tornar implícito em todo ordenamento jurídico e nas relações sócio-políticas, quando se tratar de riscos ambientais cujas consequências se mostrem indefinidas ou não quantificáveis.

Nesta linha pode-se destacar:

O que o Princípio realmente propõe, quando examinado o contexto de sua aplicação, é o seguinte: 'Se você pensa que pode haver risco, então há risco e se há risco proíba-o'. Estamos diante de um princípio que proíbe e permite qualquer coisa. Os seus efeitos são arbitrários e absolutos, e silenciam as argumentações contrárias. (SCRUTON, 2016, p. 98)

Pelo seu caráter doutrinário, relevância e conteúdo teleológico, objetivo a que se destina em virtude dos fatos que o justificam a aplicação; o princípio em questão é um exemplo mais que ilustrativo de como a coerção pode conduzir a um consenso obrigatório.

Scruton (2016) dá como exemplo uma decisão da Suprema Corte da União Europeia, ao invocar o princípio, de que a proibição de venda de alimentos transgênicos na Itália era correta, em virtude da ausência de provas de que alimentos geneticamente modificados não seriam inofensivos ao ser humano e ao meio ambiente.

Em que pese os argumentos favoráveis a essa decisão, ela também veio a legitimar um entendimento, o qual dificilmente virá a ser revertido ou modificado. Desse modo, mesmo que os motivos ensejadores de qualquer decisão judicial sejam refutáveis, um Princípio Ambiental ganha tônus pela sua qualidade e capacidade de vinculação, haja vista a força cogente legitimada perante os poderes instituídos. Um cientista, político ou administrador público não irá contrariar tal entendimento, pois esse goza de coerção fundante.

A coerção não impede entendimentos outros, mas pode inibir a prática ou a consecução de atividades que possam estar em desacordo com uma determinada diretriz. A

²⁶ Declaração sobre o Meio Ambiente Humano inaugurou a agenda mundial de discussões ambientais em 1972.

legitimidade vem pela força de indução, involuntariamente, ao instaurar a cultura e observância de uma matriz de valores definidos em leis, regulamentos, decisões e costumes. Caso esses não sejam perquiridos denotam em consequências limitadoras desde o seio da comunidade até a atividade impositiva do Estado.

O consenso impositivo se faz benéfico quando não há conformidade ou consonância perante os valores postos que orientam à sensibilização ambiental. Os riscos potenciais que afetam a Natureza não são unanimidade perante a comunidade científica, quiçá no meio político, junto às comunidades tradicionais e toda a sociedade civil.

A orientação normativa, procedimental ou consuetudinária é abalizada pelo consentimento e respeito à competência de que seus efeitos têm como finalidade uma solução em si mesma para os problemas da sociedade.

Contudo, pode haver um momento anterior, onde não seja imprescindível o uso dessa força impositiva, que proporcione segurança e esteja eivado de tanta legitimidade quanto a coerção; o reconhecimento de um valor em um movimento perene que pode ser estabelecido através do convencimento e consolidação: consenso persuasivo.

2.3.2 Consenso persuasivo

O significado e correlação direta de persuasão remonta à convencimento, tendo como base a legitimação de um valor por ele mesmo, para além de que algo externo venha a determinar a considerabilidade ou a relevância do valor que se quer afirmar.

Os valores carecem de sujeitos que os possam definir e relacionar. Segundo Hessen “[...] valor é sempre valor para alguém. Valor [...] é a qualidade de uma coisa, que só pode pertencer-lhe em função de um sujeito dotado de uma certa consciência capaz de a registrar” (2001, p.23).

As normas traduzem os valores em mandamentos de vinculação obrigatória, sejam elas concretas (leis e regulamentos) ou abstratas (princípios e costumes). Seguindo essa compreensão, as normas corporificam valores e esses por sua vez podem necessitar das normas para sua expressão, manifestação, destaque e respeito.

Leis (2004) destaca que no começo do período moderno o paradigma cartesiano instaurou um corte entre o homem (possuidor de alma) e a o resto da criação (matéria inerte sem dimensão espiritual). Isso propiciou o processo de dominação ilimitada pelo ser humano

sobre a natureza. Nesse contexto, aguçou-se a perda do vínculo e a cisão de tradições, uma vez que dificilmente o dominador, ao explorar o objeto de sua posse, compreende ter algum compromisso com a permanência, perenidade e existir do que se domina, muito menos reputar-lhe considerabilidade.

O consenso persuasivo tende a resgatar o sentido de vínculo e compromisso nos quais estão presentes em um movimento interpretativo-dialético de hábitos, tradição e conceitos. Até que se desenvolva um caminho satisfatório, poder-se-á visualizar antíteses que ampliem e reforcem entendimentos cujos valores estão envoltos do convencimento à consolidação.

Nesse sentido, a hermenêutica filosófica ontológica de Gadamer (1997) compreende que os valores basilares a serem postos em prática são transmitidos pelos costumes e pela tradição mediante uma autoridade. Essa autoridade não se justifica pelo uso da força, mas se legitima pela propriedade dos valores que carrega; do contrário, compreende-se que o consenso em questão não seria o persuasivo, mas se estabeleceria impositivo.

Gadamer (1997) atenta que como uma força genuína, a razão pode investigar os fundamentos da tradição, pois a racionalidade pode ser buscada dentro dos parâmetros definidos no âmbito da tradição. Ele traz à tona um conceito de tradição proveniente do latim, *tradere*, cujo significado é passar adiante. É uma atividade de transmissão de geração a geração. A razão e o porquê de ser de cada coisa estão em constante reelaboração e reinterpretação. A tradição está inserida na cultura, onde as crenças e a racionalidade fazem parte desse conjunto.

A autoridade está imbuída de conhecimento e de habilidade por levantar questões importantes e merecedoras de consideração. Como exemplo, Gadamer (1997) cita a função do professor, o qual não deve ser um doutrinador ou instrutor dogmático, mas um orientador que tem a capacidade de conduzir dentro das linhas e horizontes do universo cultural posto²⁷.

O ato de possuir autoridade denota o conhecer e o conhecimento é tradição. A propriedade com que se carrega tal característica pode ser alinhada ao convencimento pela internalização e introjeção de um valor mediante a assimilação. Eis o cerne da sensibilização propriamente dita: a confiança de que aquele conhecimento tem uma carga axiológica que vai além das obrigações impostas pela prática social, política ou jurídica.

²⁷ Laraia (2001) adverte que uma compreensão primorosa do conceito de cultura significa a compreensão da própria natureza humana. Ele traz o entendimento de que a cultura pode ser um sistema ou padrão de comportamento cujo objetivo é adaptar o humano aos seus embasamentos biológicos. O homem produz a cultura, mas também é produzido por ela.

Para Eagleton (2005), a cultura transfere do natural para o espiritual e sugere uma afinidade entre eles. Denota um processo material que se transmuta para as questões de espírito, mas também se traduz em uma forma humana significativa.

A confiança possui um sentido moral, pois os seres humanos que não são capazes de sensibilizarem-se pelas dimensões apontadas por Boff (2009) tais como o *pathos* (sentimento, afetividade), o *daimon* (voz interior de consciência e as mensagens da natureza) ou pelo *eros* (vida e paixão), as quais são complementares do *logos* (razão); resta-lhes a tolerância.

Nesse instante, a persuasão poderá se apegar basicamente a não exigibilidade de um ser solidário, mas de atitudes solidárias. O direito, como ciência, prática social e mandamento, direciona para a natureza um direito metasubstancial. Inclui globalmente a todos, denota a solidariedade como valor condicionante à participação democrática, categorizando-a como direito fundamental desde o viés social ao ambiental, ao nível da igualdade e da liberdade.

A consolidação se definirá mediante de um princípio fundamental, ainda que suas bases não sejam suficientemente persuasivas. Ele transmuta e ressignifica a natureza atribuindo novo sentido à sensibilidade no decorrer das gerações: a solidariedade ambiental intergeracional.

3. SOLIDARIEDADE AMBIENTAL: uma releitura interdisciplinar e intergeracional.

3. SOLIDARIEDADE AMBIENTAL: uma releitura interdisciplinar e intergeracional.

Os anseios da modernidade, a configuração do Estado moderno, as demandas sociais e ambientais suscitaram a necessidade de soluções, inovações e modelos teóricos capazes de debelar riscos e ameaças ao planeta. A tecnologia com todo seu aparato e potencialidade é ferramenta de relevância nesse processo.

Os avanços tecnológicos foram se destacando e modificando a interação do homem com a natureza; o qual foi compreendendo que o processo de recuperação era lento quando não, quase que inexistente. Observou-se que determinados processos desencadeados pela atividade humana eram irreversíveis, a relação homem-tempo-natureza denotava o imperativo de correlacionar valores no decorrer nas gerações, além desse estágio de evolução necessitar de uma leitura interdisciplinar.

Desde os tempos primitivos a relação de exploração do homem com a natureza tem sido distinguida. Atesta Edis Milaré que:

Uma coisa é certa: os tempos históricos atestam a presença e as atividades do homem, assim como a ocupação do espaço. Mais que isso, testemunham as alterações por ele impostas ao ecossistema planetário: desta vez, não são apenas as causas físicas naturais; aparecem também as mudanças intencionais produzidas pelo *homo sapiens* (MILARÉ, 2005, p.48).

Torna-se manifestamente claro o caráter histórico das alterações antrópicas na natureza. O ser humano é o único *ser* capaz de pensá-la e buscar mantê-la mediante um planejamento que contemple vertentes tais como: a cultura (relações estabelecidas no meio), os aspectos sociais, a tomada de decisões, a criação e aplicação de normas, o desenvolvimento econômico e o aspecto ético.

A Carta Encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco deixa clara a necessidade de reflexão acerca de uma ecologia integral, onde as dimensões humana, social e ambiental estão interligadas. Reitera que os conhecimentos fragmentários e isolados podem levar a um estado de ignorância, quando não se integram a uma visão mais ampla da realidade.

Nessa mesma Encíclica, Francisco deixa expresso que:

Quando falamos de “meio ambiente”, fazemos referência também a uma particular relação: a relação entre a natureza e a sociedade que a habita. Isto nos impede de considerar natureza como algo separado de nós ou como uma mera moldura da nossa vida. Estamos incluídos nela, somos parte dela e compenetramo-nos. As razões pelas quais um lugar se contamina exigem uma análise do funcionamento da sociedade, da sua economia, do seu comportamento, das suas maneiras de entender a realidade. Dada a amplitude das mudanças, já não é possível encontrar uma resposta específica e independente para cada parte do problema. É fundamental buscar soluções integrais que considerem as interações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais (FRANCISCO, 2015, p. 114).

Portanto, é nítida a superação da separatividade entre o homem e a natureza, uma vez que perfazem uma relação de parte e todo que não se aparta, especialmente, pela impossibilidade de existência material ou equilíbrio psíquico daquele. Assim, essa união se faz no tempo e no espaço, de onde se depreende que a natureza rompe com as barreiras geográficas e de gerações, sejam elas entre seres humanos ou não-humanos.

Bosselmann (2006) lembra que a espécie humana representa uma ameaça para si, como também, para as condições naturais da vida, o que vem a demandar um conceito alargado de solidariedade. Esse deverá incorporar a dimensão ecológica à social.

As modificações do espaço e dos seus elementos integrantes e constituintes se manifestam no decorrer do tempo. É através da tradição, como apregoa Gadamer (2001) que se tem o conduto que faz fluir os elementos da vida social pelo passado, presente e futuro.

A interpretação e posteriormente a compreensão derivam dos referenciais axiológicos trazidos pela tradição, como acordos profundos e que se traduzem em uma forma de solidariedade. Ela estabelece uma plataforma implícita e essencial para o entendimento e o agregar de valores. É uma relação de responsabilidade ou ação entre indivíduos com interesse comum (GADAMER, 2001).

Entretanto, não se pode olvidar da dupla responsabilidade do ser que possua única ou a maior capacidade; o humano. Souza (2013) destaca que a representação jurídica (moral) por parte daquele que possui legitimidade, racionalidade e consciência, neste caso o ser humano, em nome da natureza, seria em virtude de um direito ou conjunto do qual ele também faz *jus* e é parte. Por fim, Souza (2013) descreve que aquele que representa outrem, inclusive

juridicamente, é co-responsável para com o que protege. A quem é atribuída maior capacidade, faz-se lógico que lhe seja vinculada na mesma proporção a responsabilidade.

A dignidade da natureza engloba a dignidade da vida humana e não humana traduzindo-se em condições mínimas existenciais, estados de equilíbrio, conservação e preservação. Diante do grau de responsabilidade, o cumprimento de certas condições ambientais não está exposto somente pelo interesse daquilo ou do quê se protege, uma vez que há seres que não podem exprimir vontade, mas aos quais se deve assegurar a concretização da vida e subsídios para sua permanência; há uma conexão e interação em rede.

Nesse contexto, as relações se desenvolvem em uma rede de interdependências, a qual denota um certo grau de solidariedade e, conseqüentemente, de responsabilidade por parte dos que detêm a racionalidade e capacidade de fato²⁸. A solidariedade perpassa da ética à prática socioambiental. Para Capra (2006), as comunidades ecológicas se conjugam em uma rede de interdependências, a qual requer um sistema eticamente novo.

A solidariedade ambiental visa estender abrangência dos valores que lhe compõem vindo a subsidiar os princípios que de forma finalística irão embasar, projetos, normas, decisões, atos e políticas públicas ambientais. Gadamer (2001) compreende que se faz providente a conscientização de solidariedades, pois é graças a elas é que podemos suplantar as falhas do comunicar.

Em linha de entendimento mais extensiva ao que explana Gadamer, ao que ele chama de conscientização, poder-se-ia traduzir de forma mais integral a sensibilização, em especial a manifesta pelo consenso persuasivo. O processo de sensibilização, exposto outrora, denota que a introjeção de um valor ou sua apropriação perpassa pela assimilação desde o que se sente ao que se racionaliza, do que se objetiva ao que concretamente se executa.

Como um acordo implícito e que se transfere pela tradição, ou ainda pela herança material, o conteúdo manifesto no art. 225 da CF, antes de tratar das futuras gerações, confere a (co) responsabilidade da coletividade e do poder público na defesa do meio ambiente para as futuras gerações. No entanto, o que se resguarda das gerações ancestrais para as presentes e

²⁸ O humano é o único ser que pode dispor, conjugadamente, dos atributos da capacidade de fato e de direito. Tais atributos lhes são imputados principalmente pelo critério da racionalidade. A capacidade de fato faculta ao indivíduo a potencialidade de gozar aquilo que, genericamente, lhe seja vinculado por fatores objetivos, tais como idade, estado e condição mental ou psicológica para expressar ou exprimir vontade. Há de se frisar a distinção entre capacidade de direito e capacidade de fato, aquela é inerente ao sujeito ou pessoa. Quando o sujeito não pode exercer seus direitos, por não ter, ainda que temporariamente, a capacidade de fato, pode ser representado. Souza (2013) caracterizou que a natureza, nos moldes de constituições como a Equatoriana de 2008 e Boliviana de 2009, pode ser sujeito de direito representado pela pessoa humana.

gerações vindouras é uma incógnita que a releitura da solidariedade ambiental intergeracional tende a preencher, sem descaracterizar o comprometimento ou a responsabilização.

3.1 A solidariedade socioambiental intergeracional

A considerabilidade que se remete à dimensão intergeracional denota o princípio (dever) da solidariedade para um rol de responsabilidades de forma que sejam resguardadas condições existenciais, a priori; como também remonta à necessidade de manutenção de uma sadia qualidade de vida, perpassando das ancestrais às futuras gerações.

Carson (2002) denota que não havia previsibilidade pelas gerações antepassadas da necessidade de se estabelecer uma proteção *sui generis*, haja vista que o estágio de degradação ambiental e todas as alterações antrópicas impostas à natureza nunca foram antes observadas ou imaginadas como se apresentam na contemporaneidade.

Desse modo, o amparo às contribuições, valores, herança e condições mínimas existenciais deve ter como norte balizador, também, o que as gerações anteriores não resguardaram, não por falta de observância ou comprometimento, mas por inexistência de subsídios e informações acerca dos riscos, como também de mecanismos para a previsibilidade ou ainda a aplicação concreta, na atualidade, do princípio da prevenção.

Seguindo esse entendimento, não é cediço observar que a conjugação do direito ao desenvolvimento ratificado pela Declaração e Programa de Ação de Viena promulgada na 2ª Conferência Mundial Sobre Direitos Humanos de 1993 e o direito a qualidade ambiental que assegure vida digna, bem-estar e sua manutenção expostos na Declaração de Estocolmo de 1972 trazem a solene responsabilidade de proteger e melhorar o meio ambiente.

Essa proteção visa assegurar a qualidade e perenidade para as presentes e futuras gerações, as quais, inclusive, pode ter como marco temporal e qualitativo os caracteres e herança (material e imaterial) advindos das gerações ancestrais e os indicadores qualitativos e processos passíveis de recuperação e regeneração daqueles.

Os valores e estado ambiental de outrora servem de referenciais para fins de preservação e conservação²⁹, como referenciam necessidades que não foram suplantadas, tanto econômicas e sociais, mas que levaram a estágios de degradação ambiental.

²⁹ Conservação significa proteção dos recursos naturais com utilização racional, uso sustentável. Preservação significa manter a proteção integral, o recurso permanece intacto, intocável e sem interferência da ação humana.

Nessa mesma linha, Gadamer (2001) deixa pressupor que todo caminho percorrido e estabilidade social são fruto de um otimismo não utópico, trilhado pela solidariedade. Ela carrega os valores que por via de consequência são aqueles trazidos pela tradição, muitas vezes envolta de uma autoridade não determinativa, mas com propriedade.

A solidariedade pressupõe comprometimento e não se restringe ao envolvimento ou simples participação dos atores sociais, mas uma verdadeira sensibilização e estado de pertença, uma relação sistêmica e de identidade.

Durkheim (1999) esclarece que a cooperação não produz a sociedade, ao contrário, a cooperação se dá a partir de vínculos, tais como afinidade, ligação a um mesmo solo, culto aos mesmos antepassados, comunidade de hábitos, dentre outros.

O comprometimento se dirige aos efeitos deletérios ao meio ambiente, pois esses podem afetar de forma direta o território, a base do próprio Estado, o qual qualificou e corporificou no âmbito de sua Constituição a tutela da natureza. A responsabilização prevê as sanções ou consequências sócio-jurídicas que suscitarão resposta imediata da coletividade ou do Estado por intermédio dos atos de seus Poderes.

De acordo com Saladin (1994 *Apud* Bosselmann, 2010), o idealizador da reforma constitucional suíça, a questão ambiental se concentra em três princípios éticos: *a)* solidariedade (justiça intrageracional); *b)* respeito humano pelo ambiente não humano (justiça interespecies) e *c)* responsabilidade para com as futuras gerações (justiça intergeracional). Eis o cerne da justiça ecológica, tal qual sucedeu com a Constituição do Equador de 2008, a qual considerou e caracterizou os valores advindos de outras gerações e os projetou para as presentes e futuras, consolidando uma concepção Socioambiental de Direito.

A afirmação de um Estado Socioambiental de Direito³⁰ pode acarretar na redefinição dos papéis do Estado e redirecionar os pilares que o conjugaram: liberdade, igualdade e fraternidade de modo incisivo sobre o território, um de seus elementos constituintes. Nele se estabelecem as relações sociais, se retira o sustento do povo (outro elemento fundante) e se conjugam a identidades cultural e histórica (raízes da soberania, a qual é, também, elemento da formação do Estado).

³⁰Para Sarlet e Fenstenseifer (2008), o modelo contemporâneo de Estado de Direito, o Estado Liberal foi superado pelo Estado Social, este por sua vez foi superado pelo Estado Socioambiental, também conhecido como Pós-Social sem negar e abandonar as conquistas dos demais. O novo modelo de Estado agrega uma dimensão ecológica, além de estar comprometido com a estabilização e prevenção de riscos. Surge o constitucionalismo socioambiental ou ecológico, na correção de desigualdades, manutenção de condições mínimas de bem-estar, proporcionando o desenvolvimento sustentável mantendo os três pilares (econômico, social e ambiental) e dever de tutela ecológica.

Desta feita, a gestão da coisa pública perpassa pelo trato com as conseqüências advindas da modernidade, sem deslindar-se das relações e compromissos assumidos, ainda que tacitamente no passado. A natureza sendo o substrato imprescindível e elemento vital para a existência da humanidade não pode estar à mercê de riscos potenciais ou vir a fenecer de forma que se desconsidere o legado deixado pelas gerações de outrora e o que se deixa para as gerações futuras, pois dele depende a continuidade da vida.

A todo instante são produzidos riscos, cuja potencialidade depende diretamente do grau de interação que o homem constitui com a Natureza. Estabelecer deveres fundamentais de cunho transnacional, com as pessoas da mesma geração, das gerações vindouras e para com a Natureza como um todo, reescreve o intercâmbio cultural, prestando-se atenção às culturas locais, fazendo dialogar com a linguagem técnico-científica e o senso ambiental.

3.2 Riscos e compartilhamento

A qualidade do ambiente influencia diretamente nas condições de desenvolvimento e sobrevivência das espécies. A vida inserida em um contexto ambiental degradado, bem como a inserção dos elementos constituintes, fatores abióticos, tornando-os degenerados ou alterados de forma a modificar suas estruturas e padrões; consubstancia os riscos a que estão à mercê a espécie humana e as demais espécies.

Os efeitos da degradação ambiental estão diretamente relacionados com a potencialidade da existência das futuras gerações onde, segundo Ost (1999), há uma preocupação na construção de pontes existenciais entre as gerações humanas, como forma de debelar o risco de discronia.

A discronia é a perspectiva observada quando há uma defasagem entre as mudanças e o desenvolvimento linguístico em um certo período de tempo. Essa é característica das sociedades pouco solidárias, as quais condizem, por exemplo, com as situações onde o tempo de regeneração da natureza é muito lento e há um descompasso entre as gerações, desde a concepção até a transmissão de valores por meio da linguagem.

O futuro, complementando Ost (1999), não pode ser engajado em atitudes irreversíveis, deve-se preocupar com o presente, pois não se pode comprometê-lo de maneira que se bloqueie o futuro, como também sua relação reflexiva com o passado. Ost (1999)

destaca que a proteção ambiental revela uma situação de “destemporalização” na qual se deve buscar uma sincronia entre o humano e a natureza, entre as gerações presentes e futuras.

No entanto, há a conotação neste estudo de que o aspecto sincrônico precisa residir nos deveres das gerações presentes para com a herança ambiental legada pelas gerações passadas a serem projetadas sob a perspectiva de compartilhamento, responsabilidades e precaução frente aos riscos.

O compartilhamento que aqui se delineia é distinto, uma vez que no âmbito do Estado Socioambiental de Direito, o conceito de outro é alargado para além do Estado Social, protegendo a memória e a herança advindas de uma geração ancestral e a manutenção e proteção para uma geração vindoura. O meio também deve ser propício ao desenvolvimento e manutenção mínima existencial ecológica.

Um acordo tácito é formado pela coletividade e pelo Estado, com vistas a cumprir de forma eficaz e efetiva o mandamento legitimado e inscrito no art. 225³¹ da Constituição Federal em que:

há a necessidade de transcender de um pacto social para um pacto socioambiental em vista de contemplar o novo papel que o Estado e a sociedade desempenham no âmbito do Estado Socioambiental de Direito. Deve-se projetar uma nova postura política (e também jurídica) para a sociedade civil, que, especialmente sob o marco normativo da solidariedade, deverá compartilhar com o Estado (não obstante em menos intensidade) a carga de responsabilidades e deveres de tutela do meio ambiente para as gerações presentes e futuras. (SARLET; FENSTESEIFER, 2008, p. 44)

O acordo estabelecido tende a caracterizar o compartilhamento como meio de prever e tratar os riscos. Contudo, os riscos não identificados ou identificáveis, mediante processos de introjeção (consensos impositivo e persuasivo), trazem a lume uma distinção tida por Beck (2010) como solidariedade da carência e solidariedade do medo.

A solidariedade da carência é caracterizada como um elo de necessidade presente nas diversas sociedades (BECK, 2010). Os passivos ambientais, danos e a dinâmica exploratória da natureza conduzem à insuficiência compartilhada. Entretanto, o que diferencia aquela solidariedade da solidariedade do medo é a insegurança presente nesta.

A modernidade como fenômeno conduziu e conduz a uma gama de dicotomias. Nessa conjuntura, a dicotomia latente é entre a segurança e o risco (medo). A solidariedade por

medo surge como uma força política, imersa nas imprevisibilidades decorrentes da modernidade. A modernidade faz crer que há sempre um novo, “[...] pois quando as reivindicações da razão substituíram as da tradição, elas pareciam oferecer uma sensação de certeza maior do que a que era propiciada pelo dogma anterior [...]” (GIDDENS, 1991, p.40).

Giddens (1991) acentua que os riscos são individuais e coletivos, especialmente, ao se referir aos ambientes de risco. Os riscos são estruturas dicotômicas e desencadeadoras de uma construção dialética, a qual instiga a importância social e política do conhecimento. Surge o conceito trazido por Beck (2010), imbricado de novas fontes de conflito e consenso: as consequências futuras imprevisíveis oriundas dos caracteres da modernidade constituem a sociedade de risco. Desse modo,

Riscos não se esgotam, contudo, já em efeitos e danos já ocorridos. Neles exprime-se, sobretudo, um componente futuro. Este baseia-se em parte na extensão futura dos danos atualmente previsíveis e em parte numa perda geral da confiança ou num suposto ‘amplificador do risco’. Riscos têm, portanto, fundamentalmente que ver com antecipação, com destruições que ainda não ocorreram, mas que são iminentes e que justamente, nesse sentido, já são reais hoje [...] (BECK, 2010, p. 39).

A crise ambiental é também resultado da falta de compreensão dos riscos ambientais existentes, desde a esfera local até a global, uma vez que, os problemas ambientais não são problemas do meio ambiente, mas problemas que se dirigem completamente, em sua origem e nos resultados sociais, aos problemas e relações do ser humano com o mundo (BECK, 2010).

A visão utilitarista desagrega os valores sociais e ambientais, especificamente os ligados ao meio ambiente cultural. Há a clara tentativa de se afastar a sensibilização perante os riscos, por meio de uma homogeneização cultural e consequente perda de sua variedade. Não se devem negligenciar as culturas locais na gestão dos riscos, pois como lembra a Encíclica *Laudato Si'*:

As soluções meramente técnicas correm o risco de levar em consideração sintomas que não correspondem às problemáticas mais profundas. É preciso assumir a perspectiva dos direitos dos povos e das culturas, dando assim provas de compreender que o desenvolvimento de um grupo social supõe um processo histórico no âmbito de um contexto cultural e requer

³¹ Art. 225 da CF: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

constantemente o protagonismo dos atores sociais locais a partir de sua própria cultura (FRANCISCO, 2015, p. 119).

O grau de legitimidade conferido ao alerta de risco ou do seu grau de abrangência está diretamente ligado ao nível de introjeção e sensibilização. A certeza dos efeitos confirma a força do alerta³². Caso uma comunidade não comungue com a perspectiva e repute pouca compreensão acerca do tipo de risco a ser enfrentado, não há de se falar em perda de compartilhamento. A não assunção do risco não caracteriza negligência, ao contrário, demonstra que nem a ciência e a política³³ conseguiram suscitar uma mínima sensibilização.

Beck (2010) retrata que os riscos implicam em situações reais e irreais. As situações reais são os resultados concretos das ameaças, tais como: novas doenças, poluição, perda da biodiversidade, dentre outros. As irreais são as ameaças projetadas no futuro, onde as ações, frente à destruição a que se pode conduzir, são inócuas frente aos resultados potenciais e latentes. É necessária uma convergência temporal e espacial, como também a avocação da coletividade, como passível de representação essa convergência.

É nessa linha de entendimento que “[...] os riscos da modernização são ‘reconhecidos’ – e isto quer dizer muito, não apenas o reconhecimento a respeito deles, mas o conhecimento coletivo a respeito deles, a crença neles e a exposição política [...]” (BECK, 2010, p. 94).

A equalização de um processo político, de uma dinâmica nova onde os atores sociais se tornam protagonistas em meio à crise ambiental, faz transparecer que não há tão somente o reconhecimento dos riscos, mas a internalização daqueles de que são sujeitos integrantes.

Esse processo denota os efeitos colaterais dos riscos eminentes sobre a saúde, a flora, a fauna e os seres humanos. A sensibilização alcança efeitos sociais, econômicos e políticos desde quando os efeitos ecológicos são além de críveis, eles são causas diretas daqueles.

A política governamental tende a instaurar o que Beck (2010) chama de estado de exceção, onde se justificam formas de intervenção que transformam em fenômeno cultural o perigo, dando-lhe o aspecto de normalidade. Essa pode ser compreendida como a *normose*

³² Frise-se que, quando se tem a necessidade de levar o alerta a uma comunidade tradicional ou ainda àquelas comunidades tidas como aborígenes, deve-se observar qual o valor relevante e primordial a ser considerado. Para essas comunidades, a terra não é um bem econômico, mas um dom divino e que os antepassados nela descansam; um espaço sagrado. A Constituição Equatoriana de 2008 perquiriu valores ao apelar à sabedoria das culturas ancestrais. Nela há a reverência e celebração ao *Pacha Mama*, Terra Mãe e provedora.

³³ Latour (2004) faz essa discussão acerca do papel da Ciência e da Política e qual o papel da Ecologia Política para buscar uma conciliação. A seguir, essa questão será desenvolvida no contexto da participação solidária.

anteriormente definida. A sociedade de risco é uma sociedade *catastrofal* onde as ameaças se tornam rotineiras e cotidianas.

A sociedade de risco tem seus perigos ampliados, os quais condizem a desafios novos à democracia. Corrobora-se a defesa diante dos perigos através da instauração do estado de exceção, de um totalitarismo que provoca efeitos mais perniciosos e põe em severa crise o sistema político-democrático. Isso se torna transparente desde o reconhecimento do compartilhamento dos efeitos da crise ambiental, em suas vertentes; dando como pseudo-solução a revogação do poder de polícia do Estado (BECK, 2010).

Natureza e sociedade se vêem entremeadas na rede sistêmica de relações e interdependências. O compartilhamento vai desde o individual ao coletivo. Para Beck:

Problemas ambientais não são problemas do meio ambiente, mas problemas completamente – na origem e nos resultados – sociais, problemas do ser humano, de sua história, de suas condições de vida, de sua relação com o mundo e com a realidade, de sua constituição econômica, cultural e política. [...] No final do século XX, vale dizer: natureza é sociedade, sociedade (também) é “natureza”. Quem quer que hoje em dia fale da natureza como negação da sociedade, discorre em categorias de um outro século, incapazes de abarcar a nossa realidade (BECK, 2010, p.99).

Na esteira de seu reconhecimento público e coletivo, pode-se perceber que a introjeção por intermédio de um consenso impositivo é eficaz e pode obter a efetividade, pois nesse ínterim, não houve a sensibilização pelo conteúdo axiológico do que se pretende proteger, na sua manifestação persuasiva. Ao contrário, o processo de compartilhamento se dará pela incursão da força coercitiva que pauta e regulamenta toda a sociedade, o poder do Estado.

O Estado por ser a reunião de elementos essenciais como: povo, território e soberania (sem olvidar da finalidade) tende a regulamentar os valores que anseia proteger, ainda que esses não sejam corporificados por cada um dos integrantes da sociedade, mas delibera e ordena o respeito e a relevância por meio de sua força coercitiva.

Rousseau (2007) define que os associados que compõem a sociedade e o Estado recebem coletivamente o nome de povo. Para Dallari, “[...] o povo é o elemento que dá condições ao Estado para formar e externar sua vontade” (2007, p.99).

Ao seguir essa diretriz, a participação ou o exercício democrático tem forte inter-relação com a solidariedade, pois há um elo epistemológico entre elas. A participação, seu caráter deliberativo exercido no espaço político democrático, estabelece condições que legitimam cada integrante no processo de escolha ou decisão.

A solidariedade, tomada pelo seu viés socioambiental, se torna via de inclusão, ao trazer ideais de pertença (pertencimento), compartilhamento, reciprocidade e responsabilidade. Ela pode se configurar como estado *sui generis* que credencia todos que tem ligação direta e indireta com o ambiente em que estão inseridos. Há a conjugação das diferenças, cujo liame se atribui pela colocação de todos os seres de maneira “ecossistemicocêntrica”³⁴.

3.3 Participação solidária

Para que se possa compreender como a solidariedade socioambiental intergeracional pode se inter-relacionar com a participação, seu aspecto político-democrático, culminando com o valor responsabilidade, deve-se antes de tudo demonstrar que a necessidade de se conduzir a um processo participativo é o alcance da concretização de um princípio base: o princípio do bem comum.

A Encíclica *Mater et Magister* do Papa João XXIII (1961), caracteriza que o bem comum compreende o conjunto das condições sociais que propiciam e garantem ao ser humano o desenvolvimento completo da personalidade.

Para Telles Júnior (2003a), o único bem rigorosamente comum é a ordem jurídica. É o único bem onde “[...] todos os participantes da sociedade desejam necessariamente, e que nenhum pode dispensar” (2003a, p. 30). Ainda segundo Telles Júnior (2003a), quando alguém escolhe viver em sociedade opta por viver em conformidade com uma ordem jurídica, de tal forma que o bem comum denota a ordem jurídica da sociedade política.

Desse modo, o bem comum é um fim, um objetivo, uma forma determinada de organização social, onde todos estão reunidos em sociedade política para representar uma ordem posta, concebida pela coletividade. No entanto, não é um bem usufruído de forma equitativa pelos seus integrantes.

O bem comum pode ser definido sob o viés do interesse público, como aquilo que pode beneficiar a sociedade como um todo. Pode ainda ser entendido como o conjunto de bens imateriais (felicidade, paz, bem-estar, dentre outros), como também o ideal de um estado

³⁴ Termo decorrente das contribuições da visão ecocêntrica, onde o ecossistema, (composto pela casa, pelos seres e as relações que se estabelecem) é tido como o cerne da concepção de Natureza – Ecossistemicocêntrico.

de coisas, as quais se dirigiriam de forma direta, como por exemplo, às condições socioambientais e o mínimo existencial.

Cada bem comum, nesse contexto, depende do que a sociedade atribui valor. Em cada época, geração ou ciclo histórico mudam-se os caminhos a se trilhar em virtude da qualidade dos fins a que se almejam. Há uma nítida correlação entre o que a sociedade anseia e que possa ser suplantado, no âmbito do meio ambiente e da natureza, na busca daquilo que se quer reputar como valor a ser cominado.

Seguindo esse raciocínio, o princípio do bem comum é objetivo, pois decorre da natureza das coisas, está intimamente relacionado à solidariedade e deve ser buscado pelo Estado, o garantidor da igualdade e das liberdades. A coletividade participa dessa tarefa como forma de maximizar a efetividade das atividades do Estado, uma vez que a premissa da fonte de legitimação do ente se encontra na própria sociedade.

Quando há conflito e o bem comum pode estar ameaçado, o equilíbrio dos interesses deve ser ponderado pelo Estado, mediante seus poderes. Os interesses provêm de grupos sociais ou de valores defendidos como primordiais, os quais representam, predominantemente, as concepções a que uma determinada sociedade se filia.

No conjunto dessas concepções encontram-se as de cunho ambiental, acerca dos valores reputados como centrais na natureza, concepções essas abordadas outrora diante da discussão quanto ao valor de uso e da considerabilidade moral e jurídica. Sufragar quais os bens jurídicos têm maior relevância pode, no âmbito da gestão ambiental, ocasionar celeumas de grande impacto e aguçar riscos diante do que se dirigirá à prevenção ou à precaução.

O enfoque emancipatório, cujo objetivo seja trazer a uma noção cooperativa, além de estabelecer uma *novel* dignidade que conglome os seres integrantes da natureza, em seu aspecto coletivo e sistêmico; pode estabelecer um método ponderador. Esse tenderá de forma reflexiva alinhar a igualdade e as liberdades numa relação intrínseca com a solidariedade intergeracional; um novo caminho hermenêutico.

Entretanto, para que se consiga chegar a uma nova alternativa ao desenvolvimento e que se compreenda como e quais os processos de decisão podem ser executados, há o imperativo de se assimilar como a participação solidária se perfaz em dever e necessidade.

A partir dos elementos constituintes do Estado: povo, território, soberania e finalidade há uma reflexão crítica e impositiva dos deveres e direitos que se materializam nas normas e ações. Essas podem estar amparadas pelos valores provenientes das concepções e valores acerca da natureza, como explanados no primeiro capítulo. A existência dos seres, bens e

relações estabelecidas no âmago da sociedade, em determinado ambiente, deslindam-se de forma que não haja uma dicotomia insólita e inconclusiva.

A sociedade é quem confere ao Estado o aporte para produzir e aplicar a lei. Por conseguinte:

O fim da lei é o bem comum. A lei deve ser escrita não em vista de um interesse privado, mas a favor da utilidade comum dos cidadãos. Portanto é necessário que as leis humanas sejam proporcionadas ao bem comum (AQUINO, 2005, p. 594).

A manifestação concreta do Estado se traduz na forma como esse protetor das liberdades transcreve o fruto dos auspícios da vontade coletiva. Como destacado anteriormente, os seres que não possuem a capacidade de fato são representados, mas também àqueles que possuem essa capacidade, delegam e conferem a outrem a representação. Essa atitude além de vinculada ao caráter da responsabilidade, traz a definição primeira da solidariedade, incluir e proteger os integrantes de um mesmo conjunto, independentemente de suas reais capacidades.

Por intermédio da participação, seja na escolha do direcionamento do Estado, dos representantes do elemento povo, na exposição das normas que vão regulamentar as relações sociais, os bens jurídicos e sujeitos que se buscarão tutelar; a solidariedade se traduz na mais alta vertente de legitimação abrangente e inclusiva da participação democrática.

A participação política e democrática de todos remete a uma construção de valores oriunda da antiguidade clássica, mas especificamente, da Grécia antiga. A solução de conflitos se fazia mediante a persuasão, o convencimento, o debate e a discussão de ideias, os quais eram empregados como forma de conter o uso da força e da violência.

O legado deixado por aquela civilização para as gerações futuras, nas quais se inclui a contemporânea, foi o modo pelo qual a política se desenvolveu. A igualdade formal entre as pessoas e a manutenção de direitos no cerne da sociedade tem um elo axiológico de caracterização dos cidadãos perante o Estado, para o qual aqueles cedem parte da liberdade em busca de proteção.

Segundo Todorov (2012), no regime democrático o poder pertence ao povo e por ele é exercido, em que a população inteira elege seus representantes para que sejam elaboradas leis e por um período de tempo determinado, os eleitos possam gerir a coisa pública na consecução do bem comum.

A democracia representativa como é conhecida na contemporaneidade (modernidade) aos poucos se vê mitigada pelo descrédito a que estão submetidos os representantes da vontade popular. Demonstra-se que há a um afastamento e distanciamento dos que legitimamente podem escolher seus representantes. Suscita-se que os diretamente interessados possam estabelecer padrões, limites, as necessidades reais e por fim interpretar no cerne de cada comunidade como uma norma ou mandamento pode ser aplicado e produzir efeito.

O exercício da cidadania por meio da participação e consulta popular refletem que no domínio do Estado Moderno, muito mais do que na Antiguidade, o sistema democrático é mais inclusivo, tanto por ter alargado o conceito de cidadão, como pelas formas de participação efetiva, sejam elas formal ou conjuntural.

A participação solidária nos processos de decisão, gestão e consecução de políticas públicas ambientais leva em consideração três questões principais:

- i) A quem é conferida a legitimidade?
- ii) Como caracterizar responsabilidade?
- iii) Como decidir?

Ao relacionar-se democracia e meio ambiente não se pode desconsiderar qual a cultura política vigente. Em uma sociedade que não tem bem sedimentado os direitos fundamentais³⁵ ou não os garante e oportuniza, não há como ter referências acerca do papel da legitimidade. Assim a “[...] legitimidade é o conjunto de características com fundamentos na ética, na razão ou na justiça. [...]. É a legitimidade que, acima de tudo, respalda a Autoridade” (MELO, 2011, p. 23).

A legitimidade tem um viés metasocial e jurídico. Nas lições de Telles Júnior (2003b) há a caracterização de que uma norma é legítima por ser compatível com a normalidade ambiente, por harmonizar concepções éticas em uma coletividade.

Nesse contexto, uma norma só possui o atributo da legitimidade, quando de fato corresponde às concepções vigentes e dominantes de uma determinada sociedade, em

³⁵ Os direitos fundamentais dão sustentáculo à ordem jurídica estabelecida, como também auxiliam na ponderação, reflexão e reflexividade socioambiental. A definição do que vêm a ser os direitos fundamentais remonta à ideia de direitos humanos, direito natural, direitos do homem. Na doutrina nacional quanto internacional, inúmeras são as denominações. Bonavides (2005) alude que os direitos fundamentais se traduzem numa carga de valores, valor esses da ordem democrática do Estado de Direito. Esses direitos são a síntese da liberdade explicitados nas Constituições de cada Estado, mas também representam a igualdade e a fraternidade (solidariedade) tripé do Estado Moderno.

observância a uma normalidade que conduz a soluções. Se proveniente de uma “anormalidade”, resta ilegítima.

Tal constatação leva a concluir que se for fruto de uma normose, a lei padece de uma legitimidade enviesada de conteúdo, a qual não alcançará a harmonia almejada, mas tão somente aguçará sintomas, conflitos e riscos; quiçá patologias e letalidade. Esses, quando imbuídos do aspecto ambiental, denotam que a norma pode ser válida, pois passou pelo processo legislativo (aspecto formal) e não contraria norma superior (aspecto material), como por exemplo onde buscam a validade, na Constituição, o que não descaracteriza que a norma sofra de teor, por não se ajustar de forma integral à realidade.

No entanto, a norma que carece de legitimidade, também a confere àqueles que a solidariedade aponta como destinatários diretos e indiretos. E não há de se reputar o aspecto formal, e sim o material. A norma aponta a quem de dever ou direito se colima a obrigação.

A Constituição Federal do Brasil no *caput* do art. 225 alude que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo [...], impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo [...]”. Desta feita, a legitimidade foi conferida ao Poder Público, mas também à coletividade. Essa é representada por todos aqueles que direta ou indiretamente estão interligados ao ambiente que se busca defender, proteger e preservar: uma rede ecossistêmica, interdependente e intrínseca.

Uma vez conhecidos aqueles a quem se reputa a legitimidade, segue-se para como caracterizar a responsabilidade. A responsabilidade é além da consequência de uma escolha, decisão ou ato; um valor *a priori*. É uma condicionante que relaciona o que é justo e necessário, como forma de garantir um mínimo ético, a manutenção de uma tradição que se busca fazer mérito de um resultado e a intenção daquele que pratica o ato.

Do ponto de vista jurídico, segundo Gagliano e Pamplona Filho a responsabilidade “[...] tem sua origem no verbo latino *respondere*, significando a obrigação que alguém tem de assumir com as consequências jurídicas de sua atividade[...]

” (2017, p. 866). Sendo assim, a responsabilidade é uma obrigação, um dever posterior, sucessivo e com relação direta, ligados pelo atributo da causalidade.

A responsabilidade tem além de sua carga jurídica um conteúdo moral, esse desprovido de coercitividade (consequência concreta empregada pelo uso da força ou do aparato estatal). Há também os modelos éticos relacionados com as consequências dos atos (resultado) e a intenção de quem os pratica.

Jonas (2006) traz que a responsabilidade como princípio não se vincula a ideia de culpa ou ilicitude (delito), mas tem caráter causal, pois independente do resultado, a causa já

torna responsável em grau de proporcionalidade à medida da representatividade do risco e da ameaça. Ele a denomina de imputação causal dos atos cometidos. A responsabilidade repousa no ser ou objeto que reivindica a ação que debelaria o dano.

O direito de existir já presume a essência e a exigibilidade de quem tem o poder causal. A responsabilidade provém do externo, como se aquele que depende da proteção emitisse uma ordem para outrem que tem o poder de ação e de forma paradoxal se vê obrigado a agir, em virtude de seu poder causal, o que pode dar causa (JONAS, 2006).

Jonas (2006) complementa ao alinhar que o ato de obrigar encontra no sentimento seu nexos com a vontade subjetiva. O sentimento repousa na concepção do reconhecimento do valor intrínseco do objeto, algo que provém da interioridade e não um imperativo externo.

A participação solidária transparece em ato e potência, o sentimento e a carga axiológica do consenso persuasivo. Pois, ainda que seja contestável a legitimidade, é pelo atributo da responsabilidade que a legitimidade da norma em obrigar determinada conduta faz com que o consenso persuasivo utilize como recurso, o seu respectivo colateral subsequente, o consenso impositivo.

O consenso repousa na circunscrição da legitimidade, seja perante aqueles a quem se atribui, seja pelo mandamento ou lei que o Estado impõe, ou ainda pela entrega de parte da liberdade dos legitimados, para que esse ente abstrato, que a todos se dirige, corrobore as bases dos seus elementos em prol da não negação e fenecimento desses.

O povo legitima a soberania, cede a essa o elemento regulador e impositivo em um dado território, para que nele, onde se estabelecem suas relações (culturais, político-sociais e ambientais) tenha o alcance de uma finalidade que retroalimenta o legitimar primeiro, em direito-dever e o dever ser.

O dever ser do objeto vem em primeiro lugar, depois o dever de agir do sujeito que daquele deve cuidar. Há uma responsabilidade ontológica em assegurar o direito a própria vida de permanecer e continuar a existir de modo autêntico. O bem comum se vê resguardado nessa íntima correspondência, pois o bem se torna a causa do meio em que se vive, a casa (*oikos* na acepção do termo em grego), o ambiente habitado.

A Natureza tem como fundamento do ser, o existir. O ser humano tem como causa do agir, o bem. O bem praticado não visa prioritariamente o individual, mas o próprio bem. O poder repousa nessa correlação com a responsabilidade; exige-se essa em virtude da abrangência daquele. Em suma, quanto maior o poder de agir ou de maior relevância é aquele que se objetiva proteger, a responsabilidade aglutinará maior dever.

Boff compreende que além do elo epistemológico há um liame passional, ele afirma que “[...] Daí se conclui que o dado original não é o *logos*, a razão e as estruturas de compreensão, mas sim o *pathos*, o sentimento, [...] É ele que nos faz sensíveis e re-ativos a tudo que nos envolve” (2001, p. 12)

Esse sentimento de compaixão aproxima o ser humano de todos os outros seres, pois a concepção de integralidade e de interação sistêmica implicam um alto grau de responsabilidade e dever. Nessa linha, Souza (2013) compreende que aquele que é provido de maior capacidade ou aptidão é a esse que se exige maior comprometimento.

Denota-se uma responsabilidade ontológica, um dever de agir, planejar, compreender e fornecer, pois, ela tende a se direcionar aos que ainda virão. Assim, é às gerações futuras, muito embora, há algo que confere uma extensão das conclusões de Jonas (2006). A herança material e imaterial amplia o legado a ser deixado para as gerações e coletividade vindouras.

A tradição e os valores dela advindos carregam uma carga de legitimidade distinta. Essa que foi conferida pela norma, que se encontra desde o passado até sua vigência, encontra-se permeada de valores que se lançam no tempo. A responsabilidade se impõe ao homem como um mandamento ético e um dever ontológico, entre a liberdade e o valor do ser.

Para propiciar que essa responsabilidade se converta em atos e mecanismos que não apenas atribuam uma carga de responsabilidade (responsabilização³⁶) aos legitimados, sejam eles o Poder Público, a sociedade civil ou os diretamente interessados em decidir e determinar como se fará a participação, é primordial trazer a lume os caracteres da governança ambiental.

A governança ambiental pressupõe uma dimensão de compartilhamento baseada na participação ampliada, na transformação das formas de governo e regulação que transcende as tradicionais categorias e hierarquizações do Estado e dos sistemas de mercado. É a governança que mostra as estruturas e as formas de como decidir, as quais irão delinear o caminho final da participação solidária, em seu aspecto concretista.

A tomada de decisão na execução de políticas públicas carece de governabilidade, a qual difere do sentido de governança³⁷. Segundo Bresser Pereira (1998), governabilidade refere-se ao articular na política de governar que provém da relação de legitimidade do Estado e do governo com a sociedade. Frise-se que a legitimidade que a sociedade atribui ao governo,

³⁶ O conceito de Governança foi definido pelo Banco Mundial ao destacar como “[...] maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais do país, com vistas ao desenvolvimento” (WORLD BANK, 1992). Ademais, esse mesmo relatório de 1992 destaca quatro dimensões da governança: administração do setor público; quadro legal; participação e prestação de contas (*accountability*), informação e transparência.

pode ser espelhada na própria sociedade quando do instituir de regras, as quais proporcionam fontes de poder aos atores estatais, não estatais e às instituições.

O pluralismo político que envolve o conceito de governança tem por objetivo propiciar eficiência e transparência nas escolhas e decisões públicas. A governança insere os atores sociais e processos, sendo aqueles formados por indivíduos (MCFARLAND, 2007). O conjunto de indivíduos com características semelhantes formam uma comunidade. As comunidades integram a sociedade. A sociedade tem como principal característica a diversidade e a pluralidade, as quais se traduzem em diferenciação social.

A governança abarca a maneira pela qual se exerce o poder e o administrar dos grupos, instituições públicas e privadas, as comunidades e sociedades os temas que lhes são pertinentes. A governança ambiental expressa dimensão e compartilhamento ao ampliar a participação e perseguir a cooperação e o consenso na consecução de ações que proporcionem sadia qualidade de vida e a perenidade dos processos ecossistêmicos.

A perenidade anseia por paradigmas ou princípios que apresentem proposta teleológica e concretista de como o Estado, os mercados e a sociedade civil se alinham como parceiros em uma mesma lógica, sem desconsiderar as dicotomias existentes. Uma proposta que revigore as acepções e significado da natureza, sem olvidar dos avanços tecnológicos e dos princípios básicos do desenvolvimento sustentável.

Como forma de revigorar e possivelmente reescrever o paradigma da participação, Latour (2004) traz como contributo a importância da contenda pública acerca dos problemas ecológicos. Ele cita a necessidade de se pautar a agenda pública tendo como ponto de convergência a atividade científica e política, uma vez que a ciência constrói conhecimentos capazes de incrementar e selecionar as políticas públicas do meio ambiente e do desenvolvimento no cerne da tomada de decisões.

Latour (2004) indica uma nova constituição moderna, fazendo alusão ao mito da caverna de Platão³⁷ e que o ser humano precisa sair dela. Nessa nova constituição, organizar-se-ia a vida pública em duas câmaras: uma representada pelo mundo dos humanos desprovidos de conhecimento ou de poder e outra composta por não-humanos alheios às

³⁷ A responsabilidade é atributo, enquanto a responsabilização é o ato ou efeito de imputar ou levar a assunção da responsabilidade àqueles que o atributo destacou como capazes e com o dever de agir. Repise-se que a omissão reputa a incidência da responsabilização, exceto quando a responsabilidade for o dever de não fazer.

³⁸ Mito da caverna é uma metáfora criada pelo filósofo grego Platão, também conhecida como Alegoria ou Parábola da Caverna. A narrativa está na obra “República”, onde o filósofo discute a teoria do conhecimento e tenta explicar a condição de ignorância em que vivem os seres humanos e aponta o que seria necessário para atingir o “mundo real”, para além dos sentidos, através da razão. A obra alude à construção de um Estado ideal. Ela reflete a distinção entre o mundo sensível, o qual dá a falsa sensação da realidade, e o mundo inteligível conquistado através da razão, do pensamento crítico e racional.

disputas, ignorâncias e limites das representações humanas. Uma câmara tem autoridade e não possui a palavra, a outra seria justamente o oposto. Entre elas, haveria um pequeno grupo de pessoas capazes, escolhidas e sábias que podem passar de uma a outra câmara, às quais caberia o poder de falar, já que possuem notável capacidade política, dizendo a verdade sem discussões e pondo fim a debates e celeumas intermináveis.

Nesse diapasão, compreende-se que Latour (2004) se aproxima de um ponto de convergência entre algumas concepções da natureza³⁹, tais como: o ecocentrismo, a ecologia profunda e a aceção da natureza ser sujeito de direito. As três concepções destacadas configuram a ideia de representação, por um coletivo: a associação de humanos e não-humanos integrados por três poderes fundamentais: consideração organização e acompanhamento. A consideração objetiva conhecer a diversidade de propostas, enquanto a organização hierarquiza o mundo comum (bem comum). O acompanhamento articularia os outros poderes, de forma a governar, não dominando, legitimando a ação dos demais poderes.

Latour (2004) metaforicamente compreende que para construir uma vida pública seria preciso “inventar uma democracia” libertando as ciências de servir politicamente à Ciência, a qual é a politização das ciências pela epistemologia. Essa torna débil a vida política comum sobre a ameaça de uma natureza indiscutível.

Considerando todas essas ponderações, a participação auspicia propiciar interpretação, aplicação e articulação integrada dos atores sociais, uma vez que eles detêm de forma concreta, autoridade que lhes foi cediça pela tradição e relação direta com os bens socioambientais. Imbuídos de autoridade e propriedade diante da relação e elo geracional, como a herança imaterial, a possibilidade de decidir e como decidir se entrelaça com o objetivo de alcançar efetividade.

Muito embora se busque, pelo ideário de justiça ambiental, estabelecer uma releitura que possa concatenar a responsabilidade como algo que vai além da responsabilização, pressupõe-se ativismo e protagonismo daqueles a que o direito e o dever se dirigem. Desde o caráter formal e programático da norma até os efeitos que ela produz, como também a conotação da outorga legítima, necessária e premente participação.

Como proposta para um consenso concretizador entre governança e gestão ambientais, a articulação tem papel *sine qua non* em todo processo, já que possuem diferenças em suas bases conceituais. A gestão é a forma de execução composta por métodos, diretrizes e metas. A governança é mais do que a execução, mais que um planejamento, porque passa por

³⁹ Essas concepções estão descritas no capítulo 1 deste relatório de tese.

acordos, por uma participação equitativa de diversos grupos sociais num propósito de fortalecer ou de fazer funcionar as políticas públicas.

No entanto, a gestão ambiental é um processo complexo e sistêmico que se dirige aos bens ambientais, que representa uma nova concepção acerca da classificação do patrimônio, pois se dirige a bens materiais e imateriais. Para a consecução eficaz, efetiva e eficiente a implementação de processos de gestão ambiental pressupõe a concatenação de políticas públicas, que gerem a articulação de atores através de diretrizes de governança ambiental.

A articulação dos interesses, anseios e condições, no âmbito da comunidade necessita de recursos em comum. Nesse contexto surgem as competições e conflitos, de origem ideológica ou para suplantar diferenças materiais. Um dos mecanismos de dirimir conflitos é a política pública.

A Política Pública para ser desencadeada precisa de uma lei, norma ou regulamento que a legitime. Deve provir de um conjunto de procedimentos oriundos do Estado, para depois desembocar em um planejamento. Esse é integrado por diversas ações estrategicamente selecionadas que culminarão no implemento das decisões a serem tomadas. Os atos de gestão ambiental, para serem implementados de forma efetiva, necessitam de planejamento que contemple a tríade: meio-homem-sociedade.

E no planejamento ambiental pauta-se na integração e interação dos sistemas que compõem o ambiente, de forma que se estabeleçam as relações entre os sistemas ecológicos, os processos sociais, as necessidades socioculturais, atividades e interesses econômicos mantendo-se a máxima integridade possível dos elementos componentes do meio ambiente.

A decisão tende a ser interdisciplinar e está intrinsecamente relacionada com o grau de sensibilização dos administrados e as repercussões sobre os bens públicos em questão. A solidariedade socioambiental ganha tónus de concretista.

As decisões são o proferir de atos administrativos e de gestão obtidos após a confrontação das múltiplas preferências de diferentes atores, as condições materiais exequíveis, a observância dos limites legais e a legitimidade proveniente da participação dos representantes do Estado, da sociedade civil e da iniciativa privada.

Como na gestão da coisa pública, a gestão ambiental e a aplicação de políticas públicas ambientais necessitam agregar de forma sistêmica tradição, cultura e sensibilização dos grupos sociais, diretamente envoltos na peculiar relação com o seu meio. Nessa relação

são caracterizados os bens imateriais dispostos, os quais são de difícil e controversa mensuração.

A integração dos valores não visa desconstruir bases ou raízes culturais. Consequentemente essa é uma das vertentes do desenvolvimento sustentável, que depende das práticas dos atores (estatais e não-estatais) e do êxito de estratégias que possam fazer uma transição que redirecione o desenvolvimento sem olvidar da manutenção dos bens materiais e imateriais da natureza.

O território, um dos elementos constituintes do Estado, é a manifestação do próprio meio, como adverte Souza (2013) ao tratar que, macular a natureza e o próprio meio ambiente fulmina e põe em via de risco letal o próprio Estado. Uma dicotomia que obriga o Estado a ser agente provocador das soluções mediante suas normas e princípios. Ademais, há a possibilidade de se proporcionar uma abertura participativa que permita a todos integrantes, providos de capacidade para tal, contribuir nas tomadas de decisão e dar significado concreto às normas a que estão submetidos.

Resta caracterizada a solidariedade socioambiental intergeracional, amparada pelos valores, já explicitados, os quais se desenvolvem no território, exercidos pelo povo que o integra, no exercício da soberania que estabelece a fonte de legitimação dos atores, fortalecendo a participação democrática solidariamente. Em um Estado Socioambiental de Direito é imperioso buscar a efetivação da Justiça Socioambiental.

Por intermédio de uma abertura hermenêutica há a possibilidade de se proporcionar a solução de conflitos, correlacionando os aspectos culturais, econômicos, políticos, sociais e ambientais, sem abrir mão da ética ambiental. Um novo caminho já começou a ser trilhado. Uma alternativa ao desenvolvimento antropocêntrico e desarticulado, a qual traz mais que um conceito de vida ou uma nova filosofia: O Bem Viver.

4. A HERMENÊUTICA DO BEM VIVER

4. A HERMENÊUTICA DO BEM VIVER

A construção, conformação e configuração do Estado Socioambiental de Direito é um novo paradigma estatal que denota a relação intrínseca entre o social e o ambiental, sob a égide da terceira dimensão de direitos fundamentais. Essa dimensão contempla os direitos de solidariedade e fraternidade, como também o patrimônio da humanidade, o desenvolvimento e o meio ambiente.

Empreender uma abertura hermenêutica que possa auxiliar na interpretação, compreensão, integração e exercício de direitos e deveres que coadunem com esse novo modelo estatal é tarefa de cunho interdisciplinar e (trans) paradigmática. Interdisciplinar, haja vista a necessidade de reestruturar o diálogo entre as concepções da natureza encontrando um ponto de convergência e intersecção, em atenção aos aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos e a ética.

O viés (trans) paradigmático se faz eminente, pois não há como contemplar uma releitura intergeracional e concretista em que não se vislumbre a probabilidade de novas crises, transições e novos paradigmas. O caminho hermenêutico deve permanecer como instrumento axiológico de buscas perene, lógica, conexa, sistêmica, coerente, como também inebriada pelo senso ambiental (sensibilização), uma vez que esse também passa pelo crivo da ciência. Assim, as pautas e objetivos das políticas públicas ambientais a serem desenvolvidas e os processos decisórios, em especial na solução de conflitos, terão melhores perspectivas no alcance da eficácia e da efetividade.

A premência em se estabelecer uma abertura hermenêutica ambiental pautada em uma alternativa ao desenvolvimento posto pelo paradigma antropocêntrico, ainda dominante, não descaracteriza outras hermenêuticas ambientais. Essa alternativa é caracterizada por trazer novas perspectivas no plano das ideias e das práticas, mas também dos conceitos convencionais de desenvolvimento, sem estar atrelada ao consumo e necessidades estritamente materiais. É nova proposta de interpretação calcada também na herança imaterial, na tradição, no resgate das contribuições advindas de saberes e práticas tradicionais.

A ordem jurídica ambiental, os princípios que lhes são peculiares, o planejamento e gestão ambientais são envoltos de vários conceitos indeterminados e complexos, cuja amplitude se dirige às mais variadas situações e circunstâncias. Esses conceitos e diretrizes influenciam diretamente na formação da sensibilização ambiental, seja de forma persuasiva ou impositiva, como também orientam quais os objetivos a serem alcançados e as fontes de onde promanam as soluções modelares que se lhes pertinentes.

Para que se possa propiciar a sensibilização, antes dos processos ou consensos, deve-se munir o sujeito cognoscente, aquele dotado de racionalidade, dos valores a serem perquiridos. O valor é fator essencial para a conduta, uma vez que ele preexiste ao objeto e é ele que dirige para a interpretação. O ato de interpretar é dinâmico e está diretamente ligado à captação de sentido e a formação do conhecimento.

A hermenêutica ganhou tónus de cientificidade, enquanto a interpretação é um ato inerente a todo ser capaz de raciocínio, sem exercer qualquer processo. Assim como um paralelo entre o senso comum primeiro e a prática científica, estão a interpretação e a hermenêutica. Enquanto a interpretação provém do conhecimento existente para a extração de sentido, a hermenêutica integra a filosofia, sugerindo um processo de tornar compreensível.

Palmer (1989) lembra que a origem etimológica da palavra hermenêutica provém do grego *hermeios*, referência ao sacerdote de Delfos (oráculo) e ao verbo *hermeneuein* e o substantivo *hermeneia*⁴⁰, os quais podem ser traduzidos como interpretação. Desse modo, a hermenêutica ao tornar algo compreensível dirige-se por primeiro à linguagem, haja vista as referências que se faz aos termos gregos e suas categorias.

Para Gadamer (1997) a hermenêutica é a arte do compreender e não se limita ao conjunto de métodos e formas de interpretação. A hermenêutica se coloca como meio de busca de tudo aquilo que objetiva interpretar; significado e sentido, na consecução da compreensão mediante procedimentos para que se opere a interpretação e haja entendimento. O entendimento pode ser subjetivo, uma vez que depende do sujeito, por isso o papel de relevância da hermenêutica ao encontrar sentido que melhor se dirija ao conjunto e significado coletivo. E essa abrangência, no âmbito das ciências ambientais, é de suma importância para o alcance de valores como a justiça socioambiental.

⁴⁰ A palavra “hermenêutica” remete à história mitológica do deus Hermes, mensageiro responsável pela mediação entre deuses e homens. Hermes, filho de Zeus, traduzia as mensagens vindas do meio divino para os homens, pois a linguagem dos deuses não era passível de compreensão pelos mortais.

Para que se possa contemplar de forma mais ampla um dos objetivos desta pesquisa, que é a possibilidade de se cultivar um caminho interdisciplinar e uma matriz hermenêutica socioambiental concretista no encontro da solução de conflitos ambientais, é necessário que se balize quais os eixos de valores que se tomarão como base para uma melhor interpretação.

Nessa linha de confluência, a abertura hermenêutica que se erige tem como lastro a releitura da solidariedade ambiental intergeracional, perquirindo uma concepção concretista, em que se possa revitalizar o senso ambiental, por intermédio de consensos que conduzam à sensibilização. Segundo tal diretriz, o intuito é que se possa trazer valores das gerações ancestrais, os quais contribuam para a garantia de padrões mínimos de existência para as gerações presentes e futuras. No entanto, há a necessidade de se apresentar, trazer à lume uma alternativa ao desenvolvimento que coadune com o novo paradigma estatal do Estado Socioambiental de Direito.

4.1 O Bem Viver: uma alternativa bem possível.

A noção de desenvolvimento é uma das construções axiológicas fundantes da modernidade, por estar associada a ideia de evolução, com base em modelos que privilegiam o aspecto econômico em detrimento das demais acepções, tais como a social e a ecológica. Desse ponto, erige-se o conceito de desenvolvimento sustentável, no qual se busca equilibrar minimamente os vértices: social, econômico e ecológico (ambiental); o chamado tripé da sustentabilidade.

No entanto, seguindo a concepção estritamente antropocêntrica, o desenvolvimento é compreendido como sinônimo de crescimento, especialmente quando associado ao aspecto econômico, e deveria ser um padrão a ser seguido por todos os países, independente de suas reais condições. O meio ambiente foi relegado à fonte de recursos, até pouco tempo compreendidos como inesgotáveis ou de difícil esgotamento.

Com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento ocorrida em 1992 no Rio de Janeiro, ocorreu o despontar para um discurso de intersecção entre meio ambiente e desenvolvimento. De acordo com Rodriguez e Silva (2013), a construção da concepção de desenvolvimento sustentável passou por quatro etapas:

- a) a da preocupação com a problemática ambiental aliada à crítica do desenvolvimento sob a ótica ambiental;
- b) a da conceitualização, permeada por conceitos técnicos e doravante adaptada pela Nações Unidas, ganhado uma caracterização politicamente flexível para se adaptar aos sistemas políticos existentes;
- c) a institucionalização (pós Eco-92), quando é elaborado o conceito de desenvolvimento sustentável – na qualidade de paradigma posto, com a politização da problemática ambiental. A agenda política passa a ser integrada pelo discurso ambientalista.
- d) a gestão ambiental, onde as ideias se materializavam em projetos e atividades com o objetivo de debelar a falta de sustentabilidade.

Rodriguez e Silva (2013) enfatizam que, paralelamente, organizações não governamentais editaram o Tratado do Modelo Econômico Alternativo, o qual tinha como princípios: *i*) sistema de distribuição baseado na autonomia, igualdade, democracia e de inspiração nos modelos nativos de comunidades de base; *ii*) incorporar sistemas alternativos de produção e processos de decisão provenientes de comunidades nativas; *iii*) autossuficiência dos países e comunidades; *iv*) promoção da formação e da solidariedade; e *v*) organizar a vida e os indivíduos de acordo com os recursos disponíveis no planeta.

Esse tratado se constitui em uma expansão ao conceito de desenvolvimento sustentável, pois propugnava por um desenvolvimento equitativo, ecologicamente equilibrado e viável, autônomo, autogerenciado e que trouxesse melhora na qualidade de vida dos grupos e populações (RODRIGUEZ; SILVA, 2013).

Como forma de revigorar e reescrever as bases conceituais que determinam que o crescimento é sinônimo de desenvolvimento; o desenvolvimento sustentável ao contemplar os aspectos econômico (viável), social (justo) e ecológico (correto) ainda serve ao paradigma dominante. Assim, a proposta do Tratado de Modelo Econômico Alternativo deriva de uma proposta maior, a qual carrega uma carga axiológica que contempla outros pilares além do econômico, social e ambiental. Ela é uma proposta que revigora a tradição e a cultura, o político e o ético. Deste modo, integraliza a interpretação e assimilação do desenvolvimento, o qual está além do conceito de crescimento, discussão anacrônica das ciências econômicas.

Surge assim o Bem Viver, uma alternativa aos conceitos convencionais de desenvolvimento. Essa tende a inserir a qualidade de vida, resgatando a dimensão comunitária

do existir (bom conviver), desvinculando a ideia de bem-estar dos níveis e padrões de consumo e buscando a harmonia do material com o espiritual, interpretando e valorizando a natureza, rompendo com o antropocentrismo ocidental. Ademais, surge como uma conduta ética de manter a identidade de povos e nações (MURAD, 2016).

As caracterizações do Bem Viver emergiram a partir das Constituições do Equador de 2008 e da Bolívia de 2009, denotando-se que houve o respaldo jurídico para com a ética ecológica e a moral. Houve o reconhecimento dos direitos da natureza na Constituição do Equador, tendo-a como sujeito de direito, conforme fora abordado no primeiro capítulo.

Alberto Acosta, principal responsável pela positivação dos direitos da Natureza na Constituição do Equador, ex-presidente da Assembléia Nacional Constituinte que elaborou a Carta Equatoriana de 2008⁴¹, elucida o termo Bem Viver que:

O Bem Viver é, por um lado, um caminho que deve ser imaginado para ser construído, mas que por outro já é uma realidade. [...] O Bem Viver será então uma tarefa de (re) construção que passa por desarmar a meta universal do progresso em sua versão produtivista e do desenvolvimento enquanto direção única, sobretudo em sua visão mecanicista do crescimento econômico e seus múltiplos sinônimos. [...] O Bem Viver apresenta-se como uma oportunidade para construir coletivamente novas formas de vida. Não se trata simplesmente de um receituário materializado em alguns artigos constitucionais, como no caso do Equador e da Bolívia. Tampouco é a simples soma de algumas práticas isoladas e, menos ainda, de alguns bons desejos de quem trata de interpretar o Bem Viver à sua maneira (ACOSTA, 2016, p.69).

O Bem Viver é uma proposta e busca perene por alternativas de vida alicerçadas em lutas populares, em especial a dos povos e nacionalidades indígenas. É uma categoria em permanente construção e reprodução, além de estar pautada numa proposta holística, cujos elementos detêm uma diversidade e estão envoltos no conhecimento, nos códigos de conduta ética e espiritual do entorno; valores humanos e a visão de futuro.

Há uma propositura diferente da ocidental, haja vista partir de origens comunitárias invertendo a lógica antropocêntrica capitalista centrada no consumo, sem analisar as verdadeiras motivações e necessidades básicas e existenciais. O Bem Viver, segundo Acosta, “[...] reivindica o passado e o presente dos povos e nacionalidades indígenas. É em essência parte de um processo sustentado no princípio de continuidade histórica” (2016, p.73).

⁴¹ Alberto Acosta renunciou ao cargo de presidente da Assembléia Nacional Constituinte, um ano antes da aprovação da Constituição, por divergência com o presidente Rafael Correa. A Constituição Equatoriana foi aprovada em referendo popular, com mais de 60 por cento dos votos válidos, em 28 de setembro de 2008.

Resta claro que o Bem Viver auspicia os ensinamentos, valores, aprendizados experiências e conhecimentos das comunidades indígenas (tradicionais) e suas formas de produzir conhecimento. Assim, promana dos princípios da interculturalidade, das práticas econômicas e solidárias, construindo alternativas para os setores deixados à periferia, os pobres e marginalizados, advindo de setores de baixo e interiormente das raízes comunitárias, emancipando-as por intermédio de lógicas democráticas.

Murad (2016) destaca que o Bem Viver é um conceito multicultural em construção, repleto de imagens e que de alguma forma ele também existe junto a comunidades tradicionais ao lembrar dos povos do Pacífico da Colômbia e dos seringueiros e castanheiros da Amazônia. Para ele:

Bem Viver é uma expressão plural que não se limita à compreensão de uma cultura indígena no continente latino-americano. Radica-se nos termos *sumak kawsay*, da língua quéchua, do Equador, e *suma qamaña*, dos aymaras da Bolívia. Articula-se com um “modo de ser” (*ñade reko*, na tradição guarani) manifestado em virtudes como liberdade, felicidade, o festejo na comunidade, a reciprocidade e o convite. (MURAD, 2016, p.54 *conforme o autor*).

Acosta (2016) complementa que há noções similares entre outros povos de origem indígena, como os *mapuches* no Chile, os *kunas* do Panamá, os *shuar* e *achuar* da Amazônia equatoriana, além dos *maias* da Guatemala e os *Chiapas*, no México. Ele ainda contribui ao descrever quais as variações da expressão Bem Viver: *Buen Vivir* ou *sumak kawsay* (em kichwa), *Vivir Bien* em *suma qamaña* e *nhandereko* em Guaraní. Por fim, há um destaque às reflexões efetuadas pela comunidade *Sarayaku*⁴², na Província de Pastaza no Equador, a qual elaborou um plano de vida⁴³ que sintetiza os princípios fundamentais do Bem Viver.

O Bem Viver se manifesta como uma oportunidade de se obter uma sociedade sustentada, amparada em valores como a participação e convivência cidadã, em diversidade e equilíbrio com a Natureza. Isso a partir do conhecimento multicultural, no seio da comunidade permitindo que todos os integrantes partilhem de ganhos e perdas. O Bem Viver

⁴² Loureiro (2015) relata os caracteres dessa comunidade seus antecedentes e como se organizam, seguindo os fundamentos do Bem Viver.

⁴³ A sentença da CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS – Caso do Povo Indígena *Kichwa de Sarayaku* vs. Equador - SENTENÇA DE 27 DE JUNHO DE 2012, traz dados jurídicos acerca da comunidade e do deslinde do processo junto à Corte. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/jurisprudencia-corte-interamericana-direitos-dos-povos-indigenas.pdf, p. 429 - 507 > Acesso em 05 de jan de 2019.

recolhe o melhor das práticas, experiências, sabedorias e conhecimentos das comunidades tradicionais. Há um resgate das diversidades, valorização e respeito pelo outro.

Importante destacar que o Bem Viver não pretende negar o indivíduo, a diversidade, a igualdade e a liberdade. Ele anseia organizar a comunidade (conjunto de indivíduos) a viver em harmonia e como parte da Natureza. É um ponto de partida para se reconstruir o elo entre a diversidade cultural, ecológica e a política, mas sem se sustentar na ética do progresso ilimitado, competição e doravante na degradação ambiental e passivos sociais. Dessa forma, não há um apelo a uma alternativa de desenvolvimento, mas sim de *alternativa ao desenvolvimento*.

Por não se confundir com o bem-estar ocidental, o Bem Viver começa por restaurar os saberes e as culturas dos povos e nacionalidades, sem negar o progresso, êxitos e modificações trazidos pelos avanços tecnológicos, os quais contribuem com a edificação do Bem Viver. Há o objetivo claro de recuperar e inventar novos meios de vida, de forma que sejam assegurados padrões dignos, existenciais e de qualidade de vida; bons conviveres.

O retorno às tradições e saberes antepassados não minimiza ou deprecia o grau de importância dessa alternativa. Ela expressa conceitos que promovem a interação, correlaciona saberes, suscita sensibilidades e compartilha marcos análogos desde a crítica ao desenvolvimento antropocêntrico à busca pelos direitos da natureza. Desse modo, revela-se que as memórias, experiências e práticas dos integrantes comunitários são reconhecidas como estilos de vida que não provêm do conceito de desenvolvimento e progresso vigente.

Segundo Murad, o Bem Viver tem quatro fundamentos principais, os quais estão em comum com conteúdos essenciais da Carta da Terra⁴⁴ como o “[...] respeito e cuidado para com a comunidade vida, integralidade ecológica, justiça social e econômica, democracia, não violência e paz” (2016, p. 195-196). Segundo o autor são esses fundamentos:

- a) Relacionalidade – demonstra-se que tudo está conectado numa rede cósmica entre o espaço, o tempo, a natureza, a história, os antepassados. A Carta da Terra convida a respeitar a terra e a vida, toda a diversidade e cuidar da comunidade;

⁴⁴ Esses fundamentos estão em perfeita consonância com o que explicita a Carta da Terra, Disponível em <<http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta_terra.pdf>> acessado em 10 de janeiro de 2019. Em 1992, por ocasião da Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro na Eco’92, fora proposta a Carta da Terra, um documento que não fora aceito naquela ocasião, sendo adotada a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Assim, Agenda 21, o documento resultante da Eco’92, não a traz em sua fundamentação. A Carta da Terra foi lançada no ano 2000 no Palácio da Paz em Haia, capital da Holanda. Em 2005, foi publicada a “Carta da Terra em Ação” com 62 artigos de especialistas de todo o mundo.

- b) Conexão – busca-se harmonia e equilíbrio, faz-se o convite a proteger e restaurar os ecossistemas, respeitando a biodiversidade e os processos naturais, evitando danos, reconhecendo como se inter-relacionam os ecossistemas;
- c) Complementariedade – uma relação de integração entre pessoas, comunidades, ecossistemas e a biodiversidade. Eis uma tarefa para a justiça social e econômica a partir dos diversos países, balizados pelas esferas ética, social e ambiental;
- d) Reciprocidade – princípio representado pela solidariedade, cooperação, cuidado e felicidade, formando habilidades e competências, conhecimentos e valores no humano como forma de viver amigavelmente com as formas de vida, concepções e formas de pensar humanas.

Os fundamentos do Bem Viver revelam a necessidade de se estabelecer indicadores, em um futuro próximo, não como forma de compartimentalizar o conhecimento, mas gerar referenciais que balizem os avanços desta alternativa. Dentro de cada contexto, há a possibilidade de manter a coerência da proposta e de sua apropriação à cada realidade. Deslinda-se a perspectiva de uma projeção global, migrando de uma visão antropocêntrica para sociobiocêntrica e que sejam assumidas as consequências políticas, culturais, econômicas e sociais da transição.

O compartilhamento, como abordado outrora, tem seu espectro de abrangência ampliado, pois a cosmovisão ecossistemicocêntrica se vê reinterpretada e revisada corroborando que o ser humano se encontra inserido no conjunto Natureza e essa possui limites biofísicos bem delineados. O desenvolvimento humano, elemento desse grande conjunto, deve andar *pari passu* com os limites da Natureza.

Acosta (2016) relembra que esta constatação não é nova:

Em meados da segunda metade do século 20, o mundo enfrentou uma mensagem de advertência: a Natureza tem limites. No informe do Clube de Roma ou *Relatório Meadows*, publicado em 1972, também conhecido como os limites do crescimento, o planeta foi confrontado com essa realidade indiscutível. O problema daquele relatório encomendado pelo Massachusetts Institute of Technology é que previu uma série de situações críticas provocadas pelo crescimento econômico. Como elas não se cumpriram, o *Relatório Meadows* acabou injustamente deslegitimado. [...] Algo parecido pode estar acontecendo com a “mudança climática” e os diferentes adereços que foram submetidos à realidade para que passe a se encaixar com a teoria. [...] A questão é clara, a Natureza não é infinita, tem limites e esses limites

estão a ponto de ser superados. [...] Assim o *Relatório Meadows*, que desatou diversas leituras e suposições, embora não tenha transcendido na prática plantou uma dupla constatação: não podemos seguir pelo mesmo caminho; necessitamos de análises e respostas globais. (ACOSTA, 2016, p.114 – 115).

A crise instaurada pela superação dos limites da Natureza põe em dúvida a institucionalidade e a organização sociopolítica. Há um colapso dos sistemas sociais, haja vista a ampliação dos riscos, como destacados anteriormente. Deve-se repensar a sustentabilidade em função do uso e da capacidade de recuperação da Natureza.

Acosta (2016) lembra Latour (2004) ao revigorar o pensamento desse quando explicita a premência de se reatar o “nó górdio” fazendo atravessar tantas quantas vezes se fizerem necessárias a separatividade dos conhecimentos e o exercício do poder. A relação entre Natureza e culturas (plural) por meio da política deverá adquirir renovada atualidade.

O Bem Viver reinaugura o debate público acerca dos direitos da natureza, em especial naquilo que as Constituições equatoriana e boliviana positivaram como sujeito de direito; a Natureza. É uma resposta de vanguarda à crise civilizatória, naturalizando o humano e humanizando a Natureza. A Natureza possui valor independente do uso que se lhe atribua, pois se insere como um ente coletivo e ecossistêmico representado por pessoas, comunidades, povos e nações. Emerge uma nova definição de cidadania social e ambiental.

Acosta (2016) suscita a reconceitualização profunda dos direitos humanos em termos ecológicos, em que:

Os Direitos Humanos e os Direitos da Natureza, que articulam uma ‘igualdade biocêntrica’, sendo analiticamente diferenciáveis, se complementam e transformam em uma espécie de direitos da vida e dos direitos à vida. É por isso que os Direitos da Natureza, imbricados cada vez mais com os Direitos Humanos, instam a construir democraticamente sociedades sustentáveis a partir de cidadanias plurais pensadas também desde o ponto de vista da ecologia [...] É necessário entender os Direitos da Natureza como uma “reação ao choque de visões, não [com o objetivo de provocar uma] fratura, mas de costura de estéticas, emoções, desejos conhecimentos e saberes, que são elementos consubstanciais do Bem Viver (ACOSTA, 2016, p.140 – 141).

A abordagem dada, acerca da premência de se estabelecer cidadanias plurais, coaduna com a concepção finalística do Bem Viver. Ele enfatiza a democracia comunitária, pois aí residem as soluções integradoras possíveis para os problemas socioambientais. Haja vista, deve-se frisar que o Bem Viver se faz presente, com outras denominações, em outros pontos

do planeta levando em consideração os caracteres territoriais, inclusive por apontar soluções através dos atores sociais, instituições e entidades em cada localidade.

A inter-relação entre a releitura da solidariedade intergeracional, um dos objetos desse estudo, está em alta consonância com os fundamentos e caracteres do Bem Viver, como proposta alternativa ao desenvolvimento cartesiano e antropocêntrico ainda dominante nos Estados. A insurgência de uma construção de um Estado plurinacional e intercultural já se mostrou exequível, quicá os exemplos advindos com as Constituições equatoriana e boliviana. Acosta (2016) denota que a plurinacionalidade não nega a nação, ao contrário, propõe uma nova concepção de nação, de organização social, a qual resgata a diversidade de visões étnicas e culturais, como uma nova forma de se relacionar com a Natureza, afirmando uma cidadania cultural e ecológica.

O êxito da participação, seguindo inclusive caracteres da governança ambiental, com a inclusão nos processos de como decidir dos atores envolvidos corrobora que os processos deliberativos, no âmbito de uma comunidade na tomada de decisões coletivas, são mais democráticos, apesar de um certo assembleísmo, quando se tratar de comunidades muito numerosas. Nesse instante, pode-se valer das boas práticas de governança, na qual os atores são classificados em conjuntos menores, comissões que levantam as questões principais e as levam para a decisão final coletiva de maneira inclusiva, participativa e continuada. Acosta explica que a:

plurinacionalidade e interculturalidade nos remeta a uma noção de Estado formado por nações unidas e por identidades culturais vigorosas, com um passado histórico e, principalmente, com uma vontade de integração que supere a marginalização exploradora dos povos e nacionalidades. Foi assim que, em uma tradição democrática de intolerância com abusos e corrupção, os povos e nacionalidades, que muitas vezes lideraram os enfrentamentos aos governos neoliberais nos últimos anos, propuseram a construção do Estado plurinacional (ACOSTA, 2016, p.149).

A necessidade de novas formas de comunidade, de expressões da diversidade social e política auspiciam solidariedade e reciprocidade. O Estado poderá propiciar autonomias territoriais aos povos, mas não soberanias, uma vez que isso confrontaria um dos elementos essenciais da formação do Estado.

Um exemplo claro é a constituição boliviana que no seu art. 304, como destacado outrora, concedeu autonomia aos povos e territórios indígenas para exercer certas competências como: elaborar um estatuto para exercer sua autonomia em conformidade com a Constituição; gerir e administrar os recursos naturais; planejar e ordenar seu próprio território,

resguardar o patrimônio cultural; promover acordos com povos, entidades públicas e privadas; elaborar mecanismos de consulta prévia para aplicar medidas legislativas, executivas e administrativas que afetem esses povos; dentre outros.

A Constituição Brasileira de 1988 pontua essa perspectiva de abertura à plurinacionalidade, ao tratar das relações internacionais quando no seu art. 4º rege-se por alguns princípios tais como: independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Isso sem olvidar que o parágrafo único desse mesmo artigo destaca que “[...] a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (BRASIL, 1988).

As Cartas Políticas dos Estados poderão cotejar a plurinacionalidade, mas devem subsidiar meios e legitimar os processos de tomada de decisão para produção, interpretação, compreensão e assimilação democrática. Desse modo, os métodos integradores e hermenêuticos, a serem utilizados, terão papel primordial junto às comunidades. Portanto, desenvolver uma abertura hermenêutica diante da complexidade da Natureza e da solidariedade intergeracional para o Bem Viver suscita uma aglutinação paradigmática nova.

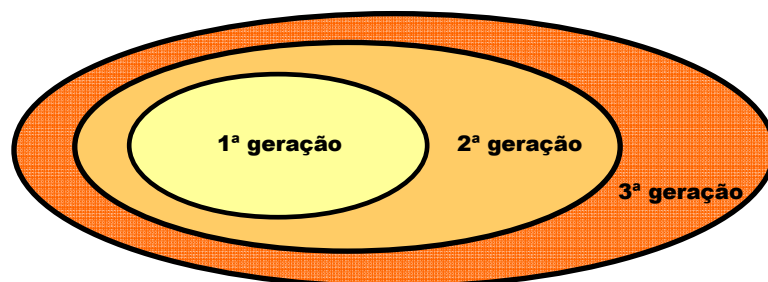
4.2 Um novo caminho e abertura socioambientais.

O desenvolver de um caminho ou abertura hermenêutica tem por objetivo ampliar e incrementar os processos de compreensão para que o ato de interpretar seja mais integrativo e corresponda às reais necessidades daqueles que o executam. A interpretação constitucional é a base de todas as interpretações no âmbito de um ordenamento jurídico. Como se caracteriza o Estado (liberal, social ou socioambiental), os efeitos do processo hermenêutico deverão se dirigir e buscar fonte de legitimação e efetividade na norma maior, a Constituição.

Não se pode desconsiderar e descaracterizar os aspectos que até então representam a alicerce de todo o ordenamento. O movimento mundial dos últimos setenta anos, mais especificamente do pós-guerra, produziu a constitucionalização dos direitos fundamentais. No entanto positivar esses direitos, explícitos ou implícitos, não acarreta na sua efetividade e eficácia. Há a necessidade de se empreender a interpretação e compreensão para que se conduza à consecução desses direitos.

Como já exposto, o meio ambiente se inclui entre os direitos fundamentais de 3ª dimensão ou geração. Esses direitos fazem parte de um processo gradativo⁴⁵ de abrangência dos direitos fundamentais. Essa abrangência é representada conforme a figura 02 a seguir:

FIGURA 02 – Abrangência das Gerações de Direitos Fundamentais



Fonte: Bonavides, 2005.

As gerações de direitos fundamentais não se excluem, mas se complementam e ampliam suas cargas axiológicas. É esse movimento que auspicia o emergir de processos hermenêuticos que acompanhem a evolução dos direitos fundamentais, por conseguinte os deveres deles decorrentes. Portanto, quando uma Constituição vem a inserir uma nova categoria de direitos ou de sujeitos, quando funda uma nova ordem jurídica, democrática e de valores, faz-se necessário que os mecanismos e abordagens a serem utilizados na compreensão das normas, sempre em atenção à norma maior, devam ansiar pela máxima eficácia, efetividade e aplicabilidade. Acosta (2016) destaca que:

A Constituição não é apenas o documento jurídico mais político de todos e o documento político mais jurídico de todos. A Constituição é fundamentalmente um projeto de vida em comum. Eis a essência de uma constituição transformadora. No caso de Equador e Bolívia trata-se de um projeto plurinacional, uma caixa de ferramentas onde estão os direitos, as obrigações e as instituições, em suma os elementos básicos para construir a plurinacionalidade. [...] ‘Sua aplicabilidade, sua construção e o exercício são o grande desafio’ de toda a sociedade, recorda a advogada equatoriana Nina Pacari. Uma tarefa que consequentemente, não recai apenas sobre os povos e nacionalidades indígenas (ACOSTA, 2016, p. 153).

⁴⁵ Bonavides (2005) descreve que os direitos de 1ª geração, de cunho liberal, objetivam uma postura negativa do Estado, na qualidade de não intervir. Nessa geração ou dimensão estão os direitos civis e políticos, os quais historicamente representam a fase inicial do constitucionalismo ocidental e a formação dos Estados. Os direitos de 2ª geração são os direitos sociais, econômicos e culturais que conformam o que se denomina Estado Social ou Estado de Bem Estar Social (Welfare State). Os direitos de 3ª geração incluem a solidariedade e fraternidade, à paz, ao patrimônio comum da humanidade, ao desenvolvimento, ao meio ambiente. Lenza (2008) insere ainda a 4ª geração ou dimensão, na qual se inserem os direitos à democracia, à informação e ao pluralismo.

A exposição anterior demonstra que a tarefa de interpretar, aplicar, e construir se dirige a toda a sociedade, quiçá a toda a comunidade. A apropriação de um valor constitucional e normativo geral não só os legitima perante os integrantes de uma determinada sociedade, mas corporifica e reinterpreta o elemento finalidade do Estado. Esse elemento precisa estar alinhado às finalidades socioambientais, como forma de se reunificar os demais elementos: povo, território e soberania.

Sendo assim, parte-se para erigir um caminho que inclua como interpretes e aplicadores todos aqueles que a solidariedade ambiental colima como munidos de capacidade de fato. A capacidade se refere tanto para a representação do coletivo ecossistêmico, como para aqueles considerados responsáveis diretos na consecução da manutenção da qualidade do ambiente e na proteção dos valores materiais e imateriais advindos de outras gerações para as gerações futuras.

Um novo caminho hermenêutico que coadune com a participação solidária, envolva pela sensibilização, que possa reafirmar o senso ambiental desde às ciências até a política ecológica e contemple as variáveis culturais e geracionais.

4.2.1 A Hermenêutica menos hermética: a abertura constitucional

O direito constitucional tende a superar as dificuldades para sua efetividade através da concretização dos direitos fundamentais. Neste caso, anseia-se pela concretização do direito ao meio ambiente equilibrado e que proporcione sadia qualidade de vida, com a máxima perenidade de seus processos ecológicos, para as presentes e futuras gerações.

Para uma concatenação com a ideia do Bem Viver, junto das comunidades e dos atores sociais, integrantes do processo de participação solidária, faz-se necessário ampliar o rol, não taxativo, de possíveis interpretes das normas constitucionais. Para Häberle⁴⁶, a teoria da interpretação constitucional deve deslindar profundamente o tema “Constituição e realidade constitucional” (1997, p.12), na qual os métodos interpretativos devem atender ao interesse público e ao bem-estar geral.

⁴⁶ Na linha da hermenêutica concretista não se pode olvidar das contribuições de Konrad Hesse e Friedrich Müller. Para o primeiro a hermenêutica concretizante baseia-se no entendimento da interpretação como processo criativo proveniente da confluência sujeito-intérprete e norma-objeto, partindo desses num contexto histórico,

Cunha Júnior (2014) destaca que, uma sociedade pluralista e aberta dos intérpretes é protagonista de um processo no tempo que capta as experiências (abertura para o passado) e do mesmo modo capta as mudanças (abertura para o futuro), cujo objetivo é atualizar a obra constitucional. A Constituição é um processo público de interpretação, onde os participantes não são necessariamente *experts* doutrinadores, mas integrantes de grupos que participam na comunidade política, os quais através de audiências e “intervenções” podem contribuir e participar ativamente no processo constitucional⁴⁷.

Desse modo, a sociedade aberta é composta pelos atores sociais (estatais, não-estatais, instituições, dentre outros) que integram a comunidade, independente de suas origens ou caracteres. Häberle (1997) pontua que:

a interpretação constitucional é, em realidade mais um elemento da sociedade aberta. Todas as potências públicas, participantes materiais do processo social, estão nela envolvidas, sendo ela, a um só tempo, elemento resultante da sociedade aberta e um elemento formador e constituinte dessa sociedade [...] Os critérios da interpretação constitucional hão de ser tanto mais abertos quanto mais pluralista for a sociedade” (HÄBERLE, 1997 p. 13).

A concretização das normas constitucionais depende da inclusão democrática da interpretação constitucional, o que não substitui a responsabilidade da jurisdição constitucional, por parte do Poder do Estado (Judiciário), o qual fornece a última palavra sobre a interpretação. Assim, “[...] a teoria da interpretação constitucional deve ser garantida sob a influência da teoria democrática” (HÄBERLE, 1997, p.14).

Ao observar-se a concepção do Bem Viver, pode-se integrar que o bem-estar geral, apregoado por Häberle (1997), passa por uma releitura que no contexto do Estado Socioambiental de Direito pode ser entendido como a fundamentação do bem-estar socioambiental. A busca daquela concepção por uma alternativa ao desenvolvimento coaduna com a premência de se obter métodos interpretativos, perante os quais se possam colocar os integrantes do processo de interpretação constitucional, não como responsabilidade única de uma sociedade fechada de intérpretes, mas sim de uma sociedade aberta e participativa.

similarmente a Gadamer. Müller, por sua vez, vincula a norma à realidade social devendo essa ser produzida no caso concreto.

⁴⁷ Cunha Júnior (2014), nessa passagem, lembra do papel processual do *amicus curiae*. Figura processual que não integra o processo como parte, mas como terceiro com profundo interessado na causa, a ser decidida pelo Poder Judiciário. Os efeitos da decisão podem direta ou indiretamente repercutir no âmbito da sociedade da qual àquela pessoa, entidade, órgão e porquê não dizer, sujeito de direito representado.

A concepção de um direito constitucional comum se inclui diretamente na idéia de um Estado constitucional cooperativo que se dirige ao coletivo, similar ao Estado plurinacional, possivelmente pluriparticipativo. Destaca-se que, segundo Häberle (1997), todas as forças da comunidade política, as potências públicas, participam do processo, na medida em que a interpretação diz respeito a todos. Nessa linha de raciocínio, a concretização da normatividade constitucional, no viés pluralista, implica na concretização do princípio democrático, condição *sine qua non* para a concretização dos direitos fundamentais.

O juízo democrático se desenvolve também por intermédio de formas apuradas de intervenção do processo público e pluralista da política e das práxis cotidianas, especialmente mediante a realização dos Direitos Fundamentais. A concepção de tornar concretos o exercício e a fruição de direitos, faz-se, por oportuno, trazer as lições de Lassale (2001) segundo o qual, há uma Constituição Jurídica e uma Constituição Social.

Lassale (2001) adverte em sua obra, “A essência da Constituição”, que se a Constituição escrita (jurídica) não corresponder à constituição real (social), a primeira torna-se tão somente uma folha de papel. É uma concepção sociológica, através da qual, a Constituição encontra sua origem na realidade social, como também se pode expressar na realidade socioambiental.

Tal constatação é observada sobejamente nas constituições equatoriana e boliviana, onde os auspícios da sociedade, as necessidades prementes de releitura e valorização da cultura, tradição e história daquelas nações foi preponderante para a promulgação das novas Cartas Políticas. Essas corporificaram e deram fundamento para que todo o ordenamento jurídico posto se voltasse para realidade política, social e ambiental.

A sociedade é a fonte na qual se encontra a essência axiológica mais profunda daquilo que a Constituição traduz como mandamento, e quando esse não deixar claro na sua expressão normativa o conteúdo axiológico que se lhe colima, caberia à própria sociedade traduzir e pronunciar quais os objetivos, sujeitos e valores. A sociedade tem normas próprias, isto é, as forças sociais têm suas próprias regras, que podem reinterpretar as normas jurídicas.

Seguindo por esse entendimento Donoso Cortés no século XIX dispôs que:

As Constituições são as formas com que se revestem os povos nos distintos períodos de sua existência e de sua história, e como as formas não existem por si mesmas, não tem uma beleza que lhes seja própria, nem podem ser consideradas senão como a expressão das necessidades dos povos que as recebem [...]. As Constituições, pois não devem ser examinadas em si mesmas, mas em relação às sociedades que as adotam. Se a razão nos dita essa verdade, a história nos ensina que as sociedades tendem a revestir-se

das formas que lhes são próprias e dar-se a Constituição de que necessitam para repousar em um todo consistente e harmonioso (*Apud* TEIXEIRA, 1991, p.44).

Lassale revela que os fundamentos sociológicos das constituições são os fatores reais de poder, os quais regem uma determinada sociedade. Os fatores reais de poder “[...] são essa força ativa e eficaz que informa todas as leis e instituições jurídicas vigentes determinando que não possam ser em substância, a não ser tal como elas são” (2011, p.10-11). Em suma, a Constituição é resultado das infraestruturas sociais.

Interpretar as normas é também, antes de tudo, buscar compreender a Constituição, pois as demais normas encontram nela sua validade. A tarefa de conformar a realidade socioambiental com os mandamentos constitucionais, desde a elaboração das normas constitucionais até sua aplicação, externaliza o quanto o processo de sensibilização, sua introjeção, faz-se presente e pauta a agenda política.

Ampliar o número de interpretes da constituição maximiza a integração de diferentes perspectivas hermenêuticas, em especial na prevenção e solução de conflitos. Há uma característica essencial na formação da interpretação constitucional, especialmente quando no contexto que Häberle (1997) traz de sociedade aberta aos interpretes que é a construção. A Constituição é a Carta que funda um Estado, mas como vai ser interpretada, compreendida e aplicada reflete um processo de construção no aceite e integralização da norma à realidade. Um processo de aglutinação e recepção dos anseios dos atores sociais, mas que não olvide de sua história e cultura.

4.2.2 Da Hermenêutica gadameriana à diatópica: da tradição à cultura.

O aspecto cultural de todas as sociedades carrega em si uma forte carga axiológica, herdada de gerações milenares ou criada mediante as condições materiais que se lhes apresentam. A transmissão dessas características no decorrer das gerações mostra como o universo cultural, suas doutrinas e crenças podem ser percorridos pelo método hermenêutico.

Gadamer (1997) discorre duas tarefas hermenêuticas diferentes, a reconstrução e a integração. Como o objetivo da hermenêutica é compreender a verdade que provém do texto, ela tende a integrar a verdade à vida. Já o intérprete deve, também, recriar o processo criativo do autor compreendendo o significado intentado por esse. Para Gadamer (1997) compreender

um texto do passado deslinda na autocompreensão para futuras possibilidades. Sempre há uma pré-compreensão, pois, qualquer ato de compreensão começa com estruturas prévias.

Registra-se que dificilmente os intérpretes não estarão eivados de preconceitos⁴⁸, pois para a hermenêutica filosófica o preconceito tem um papel central e neutro. De acordo com Schmidt:

Em qualquer momento particular, nossos preconceitos, como nossas estruturas prévias de compreensão herdadas, incluem tudo que sabemos consciente e inconscientemente. Eles incluem o significado de palavras, nossas preferências, os fatos que aceitamos, nossos valores e juízes estéticos, nossos juízos sobre a natureza humana e o divino, e assim por diante. Na maior parte do tempo não percebemos a maior parte de nossos preconceitos, apesar de podermos trazer alguns deles para a nossa percepção consciente [...]. Toda compreensão parte de nossos preconceitos. O caráter arremessado da compreensão implica que todos os nossos preconceitos são herdados de nosso passado no processo de aculturação. (SCHMIDT, 2006, p.147)

O estabelecimento de um novo método para fundamentar o conhecimento anseia a reconciliação com o cerne da tradição, pois é ela que apresenta e sustenta toda atividade cultural. Eis importante contributo da hermenêutica filosófica de Gadamer: que a tradição é uma força vital inserida na cultura e não pode ser relegada ou diminuída. A tradição não é um processo que a experiência ensina a conhecer e dominar, mas sim a linguagem.

No entender de Gadamer (1997), o ser que é passível de compreensão é a linguagem. O viés universal da hermenêutica reside na confirmação do fato de que qualquer compreensão do ser que os intérpretes vêm a concordar, ocorre na linguagem. A compreensão da linguagem requer interpretação e aplicação, tarefas precípuas da hermenêutica.

A linguagem é que estruturaliza o modo como os seres humanos compreendem reflexivamente, pensam e interpretam. O modo de ser da tradição é a linguagem. Desse modo, todas as relações que se desenvolvem em determinado lugar se manifestam pela linguagem. O diálogo é fruto da linguagem exercida, pois aquele que compreende consecutivamente é levado para um evento através do qual o significado se afirma (GADAMER, 1997).

Para se empreender uma hermenêutica concretista socioambiental, pautada na alternativa do Bem-Viver é necessário revigorar e verificar quais seriam as premissas de um

⁴⁸ Gadamer (1997) emprega a palavra preconceitos (*Vorurteile*) para denominar coletivamente as estruturas prévias de compreensão de Heidegger. O emprego do termo por Gadamer tende a gerar uma provocação, pois a partir do Iluminismo, o qual valorizava a própria razão em detrimento da autoridade, como uma reação emancipatória, é que o termo preconceito ganhou conotação negativa.

diálogo intercultural que priorize e dê relevância aos fundamentos daquela proposta, como também reverencie o aspecto ontológico da solidariedade ambiental intergeracional.

Ao tratar do diálogo intercultural, Santos (2010) destaca que a troca ocorre entre diferentes saberes provenientes de diferentes culturas ou universos de sentido, os *topoi*⁴⁹. Ele elucida que:

Os *topoi* são os lugares comuns retóricos mais abrangentes de determinada cultura. Funcionam como premissas de argumentação que, por não se discutirem, dada sua evidência, tornam possível a produção e a troca de argumentos. Topoi fortes tornam-se altamente vulneráveis e problemáticos quando usados numa cultura diferente. O melhor que lhes pode acontecer é serem despromovidos de premissas de argumentação a meros argumentos. (SANTOS, 2010, p.447)

Como proposta para compreensão de culturas e no estabelecer desse diálogo intercultural, Santos (2010) sugere levar a cabo a hermenêutica diatópica. Essa lastreia-se na ideia de que os *topoi*, apesar da força axiológica que possuam, são tão incompletos quanto a cultura de que fazem parte. A hermenêutica diatópica tende a ampliar a consciência de incompletude, através do diálogo de uma cultura e outra, por isso denominar-se “dia-tópica”.

Caso destaque de aplicação da hermenêutica diatópica é o diálogo entre uma sociedade que reputa à natureza a qualidade de bem de uso e usufruto, apartada do homem e uma sociedade que compreenda que ambos fazem parte de um todo ecossistêmico. Haverá conflito entre a dignidade da pessoa humana e a dignidade da natureza.

Há a possibilidade de se encontrar alguma incompletude em ambas as culturas, como por exemplo, na primeira, de viés estritamente antropocêntrico, o que culturalmente não possuir valor de uso ou usufruto seria descaracterizado como ser ou até mesmo pessoa. Haja vista que se um componente da natureza não tiver valor de mercado ou não servir para atender alguma demanda que supra as necessidades básicas e existenciais do ser humano seria caracterizada como um “nada” integrante do meio.

Por outro lado, a outra cultura de viés ecocêntrico, proteger um determinado ambiente para que se mantenha fatores abióticos em estado de equilíbrio, sem conseguir conotar qual a interligação daqueles fatores com um todo ecossistêmico, não encontra completude em um juízo dialético, pois a não manutenção daqueles fatores não afetará o ecossistema.

⁴⁹ *Topoi* em grego significa ponto comum de partida em uma argumentação.

Para Santos (2010) “[...] A hermenêutica diatópica é um trabalho de colaboração intercultural e não pode ser levado a cabo a partir de uma única cultura ou por uma só pessoa” (2010, p.454). Ele complementa ainda, as dificuldades de hermenêutica diatópica poder realizar trocas e produzir interconhecimento, por conta da necessidade de reciprocidade, haja vista ela privilegiar conhecimento-emancipação à conhecimento-regulação.

Outros doutrinadores empenharam aplicabilidade um pouco distinta à hermenêutica diatópica, a exemplo de Theodor Viehweg. Miranda (2007) apresenta o método por ele empregado como a hermenêutica tópico-problemática. Uma técnica de investigação e resolução prática de problemas concretos, mediante a articulação de pontos de vista argumentativos (*topoi*), abrangendo premissas ou verdades consensuais do senso comum (*doxa*⁵⁰).

Segundo Miranda (2007), Theodor Viehweg propõe uma abordagem de resolução de problemas concretos diferente da visão cartesiana sistemático-dedutiva; enquanto o pensamento sistemático prioriza o fator cognitivo e instrumental no processo lógico-dedutivo, a proposta tópica de Viehweg inclui volitivos, ligados ao problema, trazendo uma contextualização histórica para a resolução prática. Essa converge vários pontos de vista argumentativo, sobre o valor justo em dado problema, com fito a exercer justiça social material.

4.2.3 A concretização da hermenêutica do Bem-Viver: justiça socioambiental.

Após a exposição das principais características das três hermenêuticas anteriores e evidenciadas as peculiaridades e delineamentos do Bem Viver como proposta e alternativa ao desenvolvimento antropocêntrico dominante, pode-se denotar como se revelará a Hermenêutica do Bem Viver. Sinônimo de uma abertura hermenêutica socioambiental intergeracional, ela se desvenda como uma postura aglutinante e plural, com contornos de um postulado⁵¹, em que se pode observar:

⁵⁰ *Doxa* é uma palavra grega que significa crença comum ou opinião popular. Sua origem epistemológica é a mesma de palavras como ortodoxo e heterodoxo.

⁵¹ Segundo Ávila (2009), os postulados se situam em um metanível que orientam a aplicação e a formação dos princípios. Os postulados carregam coerência substancial e aplicação que partem do local para o global. Os postulados não descrevem um comportamento, estabelecem diretrizes metódicas de aplicação estruturante. São estruturas que definem a hermenêutica, a aplicação e a conformação de valores.

- a) O caráter ontológico: por valorizar práticas, experiências, sabedorias e conhecimentos das comunidades tradicionais;
- b) O viés diatópico - por privilegiar a interculturalidade, práticas econômicas e solidárias, diálogo e convivência cidadã;
- c) A postura concretista – por apresentar pluralidade participativa e democrática nas tomadas de decisão, interpretação e aplicação de normas e políticas públicas.

O Bem Viver reafirma a diversidade ao suscitar a pluralidade; a igualdade por inserir todos os indivíduos na tomada de decisão; e a liberdade, pois o exercício democrático proporciona a interpretação objetiva e subjetiva de quais os melhores caminhos, políticas e práticas. Resta claro que, essa abertura hermenêutica não é um método fechado em vista de apenas encontrar soluções ou identificar problemas tópicos. Há a convocação da comunidade para realizar a experiência de viver em harmonia e como parte da Natureza, reescrevendo os fundamentos da Justiça Ambiental, promovendo uma verdadeira Justiça Socioambiental.

Isso se confirma quando os princípios que são atinentes à promoção da Justiça Ambiental se coadunam com os aspectos ontológico, diatópico e concretista. A apropriação desses aspectos subvenciona medidas concretas de lidar, inclusive com as crises e transições paradigmáticas suscitadas pela ciência e pela tecnologia. Há a nítida perspectiva de reescrever a Justiça Ambiental ancorando-se na releitura da solidariedade ambiental intergeracional.

Herculano conceitua Justiça Ambiental como sendo:

o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas [...] Complementarmente, entende-se por Injustiça Ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis. (HERCULANO, 2008, p. 02).

Desse modo, a definição de justiça ambiental, apresentada por Herculano (2008), permaneceria similar, ao se reportar para o cerne socioambiental. A diferença incremental

residiria na participação democrática e concretista, onde os atores sociais participariam ativamente dos processos decisórios, paralelamente, evitando formas de exclusão social e na busca constante em adotar posturas para debelar os riscos e danos ambientais.

A concretização de direitos e deveres, tomando-se como referência a solidariedade ambiental intergeracional, deve estar alinhada a princípios que declarem e proporcionem instrumentos de garantia para a efetividade e fruição de direitos, como também o cumprimento de deveres ambientais. Dessa feita, toma-se por oportuno destacar a Teoria da Equidade Geracional e os princípios dela decorrentes.

Essa teoria foi concebida no domínio do Direito Internacional. Sua aplicação se dirige aos patrimônios natural e cultural. Carvalho (2009) afirma que a teoria, elaborada por Edith Brown Weiss, professora de Direito no *Gerorgetown University Law Center*, assume que cada geração recebe o planeta em fideicomisso⁵² para as gerações vindouras. Isso significa que, as gerações presentes, e doravante as futuras quando essas assumirem o lugar das gerações atuais, lhes são impostos compromissos e obrigações planetárias, como forma de manter a qualidade e diversidade dos recursos naturais e culturais.

A teoria tende a manter um círculo perene e virtuoso no quesito herança intergeracional, em que cada geração lança para a que lhe irá suceder um planeta onde se possa ter acesso razoável aos recursos. Desse modo, as gerações contemporâneas deverão (re)estabelecer a qualidade dos recursos naturais e culturais, se possível em níveis melhores do que os entregues pelas gerações ancestrais ou em níveis similares aos recebidos.

Weiss (1990) sugere três princípios básicos da equidade intergeracional:

- a) Princípio da conservação das opções – cada geração deve conservar as bases materiais e culturais o máximo possível, para que as gerações futuras tenham opções disponíveis para solucionar seus conflitos e suplantar seus valores;
- b) Princípio da conservação da qualidade – cada geração deve manter a qualidade do planeta, e não o passar a próxima geração em condições piores que quando o recebeu;
- c) Princípio da conservação do acesso – cada geração deve prover e promover para seus membros o direito equitativo de acesso ao patrimônio material e imaterial.

⁵² Gagliano e Pamplona Filho lecionam que “o *Fideicomisso* consiste em uma forma indireta ou derivada de substituição testamentária, que visa a beneficiar, em seqüência, mais de um sucessor” (2017, p. 1629).

No tocante à geração atual, há princípios jurídicos que se articulam em conjunto com a releitura da solidariedade intergeracional, os quais remetem à Justiça Socioambiental. Eles declaram e viabilizam perspectivas de como a hermenêutica do Bem Viver pode lastrear na consecução, de maneira concreta, a garantia da efetividade e fruição de direitos, como também a observância e o cumprimento de deveres ambientais. Dentre esses princípios pode-se destacar:

a) o princípio da precaução: orientado pelo postulado *in dubio pro* natureza. Esse princípio já aplicado no âmbito da maioria das abordagens e comovisões, tais como a biocêntrica e a ecocêntrica, cujo objetivo é impedir a consecução de atividades lesivas ao meio ambiente, em virtude de um inafastável e incalculável risco abstrato;

b) o princípio da prevenção: segue a diretriz similar ao da precaução, pois decorrem do mesmo postulado, pois busca debelar processos iminentes de dano ambiental. Em uma releitura socioambiental, há estreita correlação entre o dano ambiental e o social, assim esse princípio coaduna, em um juízo dialético, impactos ambientais e exclusão social com a chancela científica do nexo causal entre os danos e o que os provoca⁵³;

c) o princípio da participação comunitária: também conhecido como princípio da participação cidadã, princípio da participação popular e princípio democrático. Esse princípio assegura aos integrantes de toda comunidade, o direito à informação e de participação nas políticas públicas ambientais. A informação, de natureza científica, política ou proveniente da tradição, é de suma importância, pois ela auxiliará na formação do consenso que condicionará os subsídios necessários para a efetivação da participação;

⁵³ Incidentes como os ocorridos, recentemente, em Mariana e Brumadinho poderiam ter sido evitados, caso houvesse uma melhor aplicação desse princípio em conjunto com os fundamentos básicos da governança ambiental, os quais, como abordado outrora, estão inseridos na participação solidária integrante do Bem Viver.

d) Princípio da participação ou cooperação entre os povos: busca efetivar a promoção e proteção da existência humana, inter-relacionada com a proteção do meio ambiente, uma vez que ao se estruturar as condições prementes para saúde e qualidade de vida, não há como se desarticular da ideia de equilíbrio ambiental. Registra-se que esse princípio coaduna com a perspectiva de pluralidade ou plurinacionalidade característicos do Bem Viver;

e) o princípio da proibição do retrocesso ecológico (socioambiental): proporciona segurança jurídica, pois uma vez reconhecido o direito fundamental, tomada a decisão ou executada a política pública benéficos ao conjunto Natureza, não há a possibilidade de que norma ou decisão ulterior retroceda em prejuízo da natureza e da sociedade;

f) o princípio do mínimo existencial ecológico: a depender da cosmovisão a que determinado Estado conceba como determinante; garante respeito à dignidade humana ou ainda respeito à dignidade ecológica. Segundo Souza (2013), a dignidade da pessoa humana, conjuntamente com a vida não humana e a toda a Natureza comportariam de forma conglobante a dignidade da Natureza. Assim, elevar-se ia a considerabilidade jurídica para um todo ecossistêmico, proporcionando um mínimo de equilíbrio capaz de manter e sustentar o que se retira da natureza e o que a ela se devolve;

g) o princípio da ponderação: estabelece um barema na resolução de conflitos aparentes entre valores. Quando há conflito entre os direitos da natureza com algum direito fundamental humano, buscar-se-á harmonizar os valores, sem olvidar que sem há uma relação de interdependência. Havendo a predominância de um valor, esse não faz fenecer o outro, apenas é feita uma opção temporária diante do risco iminente;

h) o princípio da justiça interespecies: como citado por Sarlet e Fensterseifer (2011), anuncia a existência de deveres para com todos os elementos constituintes dos ecossistemas. Há a projeção de tais deveres nas relações que se traçam com a

Natureza, podendo ser cotejado, juntamente com a concepção intergeracional, desde o viés espacial e material até o temporal, na sucessão das gerações humanas e não humanas.

Esses princípios revigoram a matriz socioambiental e dão sustentáculo à hermenêutica do Bem Viver, desde a transição de formas de desenvolvimento tradicionais (antropocêntrica) ao desenvolvimento sustentável e direcionada para uma alternativa interdisciplinar e multicultural. Como exemplo, tem-se o caso citado do Povo Indígena *Kichwa de Sarayaku* vs. Equador⁵⁴, decidido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos ao determinar reparação àquele povo e determinar que fosse consultado prévia, adequada e efetivamente caso se pretendesse realizar alguma atividade ou projeto de extração de recursos naturais em seu território, entre outras determinações.

Pode-se vislumbrar na sentença que a consulta prévia⁵⁵ à comunidade tem o intuito de alinhar as práticas da governança ambiental, como também respeito às bases culturais e à autonomia do povo indígena daquela região seguindo a diretriz da inserção e análise naquela cultura (*topoi*), sem descurar da matriz dos costumes, da tradição, dos costumes quanto ao uso do espaço e da propriedade e autoridade dos conviveres.

O conflito instaurado relaciona-se com o uso do território para a exploração petrolífera, por empresa privada, inicialmente com uso de explosivos de alta potência no território indígena, inserindo aquele povo em situação de alto risco. Além disso, durante as

⁵⁴ A sentença da Corte Interamericana (Corte ou Tribunal) de Direitos Humanos, em questão, demonstra parte das características de conjunção hermenêutica proposta, sem citar o Bem Viver e a hermenêutica concretista como mérito e método respectivamente. Citam-se casos similares tais como: Caso do Povo Saramaka Vs. Suriname, Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicarágua, Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai, entre outros. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/jurisprudencia-corte-interamericana-direitos-dos-povos-indigenas.pdf> p. 429 - 507 > Acesso em 05 de jan de 2019.

⁵⁵ Na Bolívia, a Constituição de 2009, reconhece o direito dos povos indígenas de serem consultados “mediante procedimentos apropriados e, em especial, mediante suas instituições, cada vez que se disponham medidas legislativas, ou administrativas, suscetíveis de afetá-los” (artigo 30.II.15). Há o respeito e garantia ao direito de consulta prévia obrigatória, realizada pelo Estado, de boa-fé e concertada, com relação à extração dos recursos naturais não renováveis no território que habitam. Já o art. 57 da Constituição do Equador de 2008 dispõe que: “reconhece-se e garantir-se-á às comunas, comunidades, povos e nacionalidades indígenas, em conformidade com a Constituição e com os pactos, convenções, declarações e demais instrumentos internacionais de direitos humanos, os seguintes direitos coletivos: 1. Manter, desenvolver e fortalecer livremente sua identidade, sentido de pertencimento, tradições ancestrais e formas de organização social; [...] 6. Participar do uso, usufruto, administração e conservação dos recursos naturais renováveis que se encontrem em suas terras; 7. A consulta prévia, livre e fundamentada, em prazo razoável, sobre planos e programas de prospecção, extração e comercialização de recursos não renováveis que se encontrem em suas terras e que possam afetá-los ambiental, ou culturalmente; participar dos benefícios que esses projetos acarretem e receber indenizações por prejuízos sociais, culturais e ambientais que lhes causem” A consulta deve ser realizada pelas autoridades competentes, oportunamente, pois sem o consentimento da comunidade deve-se proceder conforme a Constituição e a lei.

explosões, a comunidade foi impedida de buscar meios para subsistência e foi limitada a circulação e a expressão cultural, sem garantia ou observância aos direitos fundamentais.

A Corte Interamericana, ao diligenciar, ouviu todos os atores (estatais e não estatais) incluindo o Secretário de Assuntos Jurídicos da Presidência da República do Equador e os membros do *Povo Sarayaku*, buscando compreender, no âmbito de cada cultura, as motivações que levaram à provocação da Corte. Quanto ao direito, restou claro conforme a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a violação dos direitos à propriedade, à vida, à circulação e residência, à integridade pessoal e a responsabilidade do Estado em garantir a consecução desses direitos conforme a Convenção Americana de Direitos Humanos.

A Corte destacou a existência da relação dos povos e comunidades indígenas com suas terras tradicionais, incluindo algumas formas de expressão dessa relação desde o uso ou presença tradicional, por intermédio de laços espirituais ou cerimoniais, assentamentos ou cultivos esporádicos, às formas tradicionais de subsistência e uso de recursos naturais ligados a seus costumes ou outros elementos característicos de sua cultura. O impedimento por causas alheias à comunidade afronta aos direitos fundamentais ao coibir que se realizassem atividades que revelam a persistência da relação com suas terras tradicionais.

Desse modo, a nova abertura hermenêutica proporciona, além das reais perspectivas de concretização de direitos e deveres para com a natureza; levar em consideração, no contexto da agenda pública, a relevância da sensibilização e senso ambientais como norte balizador. É o reconhecimento que as matrizes e valores elencados no decorrer desse relatório de tese, os quais se corroboram no caso concreto exposto.

A hermenêutica do Bem Viver alinha a observância e suscita como direito e dever a participação solidária a vir interpretar, construir e dar continuidade ao viver bem e em harmonia. Desse modo, é uma abertura interdisciplinar, (trans) paradigmática e inclusiva, que anseia reafirmar o comprometimento e a responsabilidade interespecies e intergerações, de maneira que se obtenha uma justiça socioambiental comprometida com as políticas públicas ambientais e possa dar soluções eficazes e efetivas aos conflitos ambientais.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

As concepções e abordagens acerca da natureza permeiam os discursos e direcionamentos que cada sociedade reputa como relevantes, desde a condução das práticas científicas, demandas sociais e a agenda política. A temática ambiental é fortemente influenciada por aquilo que se atribui como eixo central, como valor preponderante, em virtude da considerabilidade moral, e, por conseguinte, a jurídica.

As crises ambiental e paradigmática suscitam a todo instante soluções, métodos, teorias e práticas que possam direcionar as políticas públicas a apresentarem resultados eficazes e efetivos. Em meio a essa busca perene por soluções, vê-se ampliado o grau de abrangência dos riscos, os quais podem gerar consequências gravosas desde a geração atual até às gerações vindouras.

Nesse dinamismo, os maiores entraves para que se alcance a efetividade das políticas públicas ambientais, especialmente, na condução dos conflitos ambientais são: a falta de diálogo entre as ciências e a política, a redefinição do papel do Estado e da sociedade como fiadores co-responsáveis da tutela do meio ambiente, o estabelecer do senso ambiental, conjuntamente, com o suscitar de uma sensibilização independente ou não atrelada à alguma concepção de natureza e a emergência de métodos capazes de interpretar e correlacionar os aspectos social, econômico, político, cultural e ético.

Diante desse contexto, a solidariedade ambiental intergeracional como princípio de maior expressão, no que se refere à herança material e imaterial da natureza, é revisitado e proposta uma releitura, a qual visa contemplar além da equidade, a justiça interespecies. Além do mais, essa releitura remonta às gerações ancestrais para que por meio da tradição e autoridade, dela decorrente, sejam resgatados valores, os quais auxiliarão a conglobar a sensibilidade ambiental, o conteúdo sistêmico e os caracteres culturais.

O senso ambiental denota seu grau de importância por demonstrar que quanto mais internalizados e introjetados os valores a que se busca proteger, a tarefa de sensibilização ambiental se mostra mais concreta, porque ela influencia na participação solidária de cada integrante e ator social envolvido. Contudo, o grau de compreensão levantado pelo senso ambiental encontra óbice diante da *normose* a que se submete o meio ambiente.

A Normose ou patologia da normalidade inscreve um quadro de apatia diante dos riscos potenciais, dos impactos e danos ao meio ambiente. A dificuldade no despertar para a sensibilização ambiental é resultado de um quadro normótico permeado pelo discurso da (pseudo) normalidade. Inculca-se que a natureza passa por um processo comum e que por si só tem capacidade de regeneração e homeostase adequadas para debelar efeitos letais e patogênicos. Embute-se a crença de que ao sopesar os efeitos danosos com os benefícios da atividade lesiva, aqueles se justificam como um sacrifício em prol da modernidade.

Desde as atitudes simples do cotidiano até as mais complexas que envolvem condutas, posicionamentos, decisões e atitudes pode-se suscitar uma atitude terapêutica. A coletividade ao se abrir para o diálogo intercultural e a pluralidade de saberes amplia o universo do senso ambiental. A interdisciplinaridade conduz a novos caminhos, dentre eles o da complexidade dos riscos e da necessidade de seu compartilhamento.

Os consensos impositivo e persuasivo remetem à legitimidade, ao papel do Estado em proporcionar direitos e avocar deveres, inclusive da coletividade que pode representar a Natureza. Celebra-se o acordo entre a coletividade e o Estado como forma de que além de caracterizar o compartilhamento, venha a assunção dos riscos, suscitando a participação solidária e democrática de todos os atores envolvidos.

Eis o nascedouro da solidariedade ambiental intergeracional, aliada a outros princípios. Ela refestela a perspectiva de alcançar uma alternativa ao desenvolvimento sem deixar de lado valores advindos com os saberes tradicionais, a cultura (incluídas as expressões religiosas), as ciências e a ética como solução aos conflitos ambientais. Independente da concepção de natureza, os valores são objetivos; a subjetividade reside em como esses valores são politicamente empregados.

Ao se detectar os entraves à consecução do Estado Socioambiental de Direito, percebe-se que os riscos se prolongam e projetam no decorrer das gerações. A releitura do princípio da solidariedade (socio)ambiental sob o enfoque intergeracional de perquirição, desde as gerações ancestrais e como os valores se instalam no presente e se projetam para as gerações futuras, mostram que o paradigma posto não debela satisfatoriamente a perenidade dos riscos ambientais, quiçá os socioambientais instaurados.

A premência de se estabelecer uma conjunção hermenêutica reinaugura a condição preponderante de se introjetar valores para uma sensibilização ambiental. Uma vez que o indivíduo ou a coletividade estão imersos em um panorama cultural de consensos, reflete-se de maneira concreta a legitimidade e a efetividade das políticas públicas socioambientais, as

quais carecem de normas fruto do clamor e da necessidade precípua básica da finalidade socioambiental estabelecida, intrínseca e paralela à finalidade do Estado.

A convergência de concepções se inicia no processo de sensibilização, que foi provocado pelo resgate cultural de tradições, as quais são corroboradas ou apreciadas pela ciência. Essa auspícia do diálogo pluriparticipativo, promovido pela política, para eleger metas, valores e ações. Assim, aprovam-se normas, cujo objeto e valor não se perde no tempo, apesar dos objetivos que lhes deram causa possam mudar, sem, contudo, haver a perda da segurança jurídica e socioambiental temporal. A análise tem que cotejar quais as metas e valores a que se reportaram, por intermédio de um resgate e juízo dialético próprio de garantias e procedimentos.

No âmbito dessa proposta, o consenso persuasivo inscreve a solidariedade ambiental no tempo para com aquele resgate de valor, que a interpretação tornará efetiva e estruturante – releitura concretista – uma busca perene de reconciliação com a natureza. Vislumbra-se o ontem, o hoje e o doravante reconectando a cultura, com o aspecto socio-normativo, político-econômico, ambiental e a ética de forma sistêmica. Caso restem entraves, socorre-se do consenso impositivo.

Erige-se o comprometimento junto à verdadeira sensibilização, elo entre o consenso persuasivo e a identificação em um conjunto. Há o compartilhar com as futuras gerações, não somente com o que é deixado ou entregue pelas gerações ancestrais. Desse modo, aí reside a releitura, uma sincronia entre as gerações e a natureza; o risco do passado se projeta no futuro. A sociedade atual é filha da geração passada e mãe da geração futura.

A releitura suscita participação solidária ampliando a concepção da democracia, a qual elege quem pode participar do processo. A solidariedade condiciona ao existir e a potencialidade do existir para ser integrante e parte do processo. A inclusão auspícia proteger o conjunto e o legado deixado; o bem comum é atemporal e se insere em uma ação reflexiva – dá-se legitimidade para a criação da norma em prol de uma necessidade e a norma confere a legitimidade de ação, além de atribuir a responsabilidade, não só pelos efeitos danosos, mas pelo grau e proporcionalidade do bem, do valor e do sujeito.

O Bem Viver é essa proposta que reintegra valores e sujeitos, sejam eles reais ou abstratos, denotando seres passíveis de responsabilidades ou representantes que do mesmo modo também são cômicos, aos quais se outorga a capacidade e pertença ao todo, do conjunto chamado Natureza. Na articulação dos atores envolvidos, o Bem Viver é a alternativa e busca perene de qualidade de vida sob o manto das origens comunitárias, da cultura, da ética e da

identidade dos povos em *prol* do bom conviver – harmonia material e espiritual – que anseia integrar pessoas e ecossistemas.

O Bem Viver objetiva uma sociedade sustentável, aumentando a participação e convivência cidadãs, propiciando o conhecimento cultural, a partilha de práticas e sabedorias tradicionais, a não negação das tecnologias que com ele compactuem e a reafirmação do indivíduo, da diversidade, da igualdade e da liberdade; bases do Estado Moderno. O Bem Viver é o seio, entrelaçar e concatenar na instauração e consecução de um caminho efetivo do Estado Socioambiental de Direito. Traduz-se no elo entre a política e as ciências, com vistas a padrões dignos existenciais, na correlação de saberes que suscitem sensibilidades – sensibilização ambiental – e no estabelecer de cidadanias plurinacionais para encontrar soluções integradoras para os problemas ambientais.

Os Interpretes e aplicadores que a solidariedade determinou como capazes vão redefinir o bem-estar geral aliando a concepção do bem viver no bojo da norma criada, seja por necessidade social, ambiental ou econômica e de retorno reflexivo, reatando o laço do homem com a natureza e articulando matrizes para além do tripé da sustentabilidade.

A Hermenêutica do Bem Viver é uma passagem, não a linha de chegada, a qual suscita a participação solidária e até de forma trans(paradigmática) anseia alcançar a consecução da justiça socioambiental efetiva. Revela-se uma conjunção hermenêutica de metodologias que se interpenetram dialeticamente: a constitucional concretista, filosófica ontológica (gadameriana) e diatópica (*topoi*).

A Hermenêutica do Bem Viver é um caminho a ser trilhado, construído e projetado para o futuro. Contudo, como toda estrada tem que ser completa e transitável qualitativamente, ela deve levar adiante, mas também propiciar que se faça o caminho de volta. Um movimento cíclico aos moldes dos processos naturais e espiralar como deve ser todo processo humano de êxito. Assim, mais do que bem viver é “preciso saber viver”.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O Bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Universitária, Elefante, 2016.
- ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência** introdução ao jogo e suas regras. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. Loyola, 2005. v. IV.
- ARAÚJO, R.M. de; FERREIRA, L.F.; FERREIRA, D.D.M.; CAMINHA, R.G.. **Governança Ambiental**: Análise da Produção Científica em Periódicos entre 2002 e 2014. UFBA-CSEAR: Salvador, 2015
- ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 10 ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BACHELARD, Gaston. **A Terra e os devaneios da vontade**: ensaio sobre a imaginação das forças. 10 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco** - rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BELCHIOR, Germana Parente Neiva. **Hermenêutica jurídica ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BELLO FILHO, Ney de Barros. **Sistema constitucional aberto**: teoria do conhecimento e da interpretação do espaço constitucional. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: Para uma teoria geral da política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 12 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- BOFF, Leonardo. **A opção terra**: a solução para a terra não cai do céu. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- BOFF, Leonardo. **Princípio de compaixão e cuidado**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BOLÍVIA. **Constitución Plítica del Estado (CPE)** (de 07 de fevereiro de 2009), Disponível na Internet no site: < https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Bolivia.pdf. > Acesso em: 10 de dez. 2018.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.
- BOOTH, W.C. et. Al. **A arte da Pesquisa**. Tradução de Henrique A. Rego Monteiro. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BOSELTMANN, Klaus. **Environmental rights and duties**: the concept of ecological human rights. Artigo apresentado no 10º Congresso Internacional de Direito Ambiental, em São Paulo, 5-8 de junho de 2006.

BOSELDMANN, Klaus. Direitos humanos, meio ambiente e sustentabilidade. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.) **Estado Socioambiental e direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (de 05 de outubro de 1988), Disponível na Internet no site: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ >. Acesso em: 01 de dez. 2018.

_____. **Código de Defesa do Consumidor**. Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 10 out. 2012.

BREDA, Tadeu. **O Equador é verde: Rafael Correa e os paradigmas do desenvolvimento**. São Paulo: Elefante, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do Estado para a cidadania**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

BRITTO, Carlos Ayres. **O Humanismo como categoria constitucional**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

BUNGE, Mario. **La investigacion cientifica**. Coleccion Convivium. Ariel, 1969.

CALLICOTT, J. B; Naess, A; WARREN, K. J. **Environmental Ethics**. Encyclopedia of Bioethics. W. T. Reich. Simon & Shuster Macmillian NG, 1998. v. 2 *apud* PARREIRA, Fernanda. Holismo ético - uma emergência social. **Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia**. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação Atelier: Lisboa: Ambiente, 2008.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. 3. ed. Campinas, Papirus, 2007.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Tradução de Maria Thereza Redig Carvalho Barrocas. 6ª ed. Forense Universitária, 2009.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Estado Constitucional Ecológico e Democracia Sustentada. In: **Estado de Direito Ambiental: Tendências**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a, p. 31-44.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Orgs.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2010b.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos seres vivos**. Tradução de Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARSON, Rachel. **Silent spring**. Fortieth Anniversary Edition. Boston/New York: Mariner Book, 2002.

CARVALHO, Antônio César Leite de; SANTANA, José Lima de. **Direito ambiental brasileiro em perspectiva: aspectos legais, críticas e atuação prática**. Curitiba: Juruá, 2009.

CARVALHO, Edson Ferreira de. **Meio ambiente e direitos humanos**. Curitiba: Juruá, 2009.

COELHO, Inocêncio Mártires. As idéias de Peter Häberle e a abertura da interpretação constitucional no direito. **Revista de informação legislativa**. 137, Jan/Mar 1998: 157-164.

COSTA, Vania Luiz da Costa. Interdisciplinaridade e Sociedade. In: **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. Vários Colaboradores. São Paulo: Signus, 2000.

COSTA, Sandro Luiz da. **Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos: Aspectos Jurídicos e Ambientais**. Aracaju: Evocati, 2011.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Direito Constitucional**. 2 ed., rev. e ampl. Salvador: Juspodivm, 2014.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado**. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Tradução Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2010.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. Trad. de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. Série “Os Pensadores”. Seleção de textos de José Arthur Gianotti. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DWORKIN, Ronald. **Domínio da Vida: aborto, eutanásia e liberdades individuais**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FALCÃO, Raimundo Bezerra. **Hermenêutica**. São Paulo: Malheiros, 2004.

FERRY, Luc. **A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem**. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2000.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Princípios do direito processual ambiental**. 5ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Laudato Si’** (Sobre o cuidado da casa comum). São Paulo: Paulinas, 2015.

GADAMER, Hans-Georg. **Gadamer in conversation: reflections and commentary**. New Haven, Connecticut: Yale University Press, 2001.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de direito civil**. Vol. único. São Paulo: Saraiva, 2017.

GARCIA, Maria da Glória Ferreira Pinto dias. **O lugar do direito na proteção do ambiente**. Coimbra: Almedina, 2007.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GONÇALVES, Alcindo. O conceito de governança. In: XIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI. **Anais...** Fortaleza, 3, 4 e 5 de novembro de 2005. Disponível em: <<http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/Anais/Alcindo%20Goncalves.pdf>>.

HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional, A sociedade aberta dos interpretes da Constituição**: Contribuição para a Interpretação Pluralista e 'Procedimental' da Constituição. Trad.: Gilmar Ferreira MENDES. Ed. Sergio Antonio Fabris, Porto Alegre: 1997.

HARDIN, Garrett. **The Tragedy of the Commons**. *Science*, vol. 162, No. 3859 (13 de dezembro de 1968), pp. 1243-1248

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Tradução de Márcia Sá Cavalcante. Parte I. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

HERCULANO, Selene. O Clamor por Justiça Ambiental e Contra o Racismo Ambiental. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v.3, n.1, Artigo 2, jan./abril 2008, p. 01-20. Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/BR/artigos.asp?ed=6&cod_artigo=113>. Acesso em 02 dez. 2018.

_____. Desastres Ambientais, vulnerabilidade social e pobreza. **Revista Nova América**, n. 111, s.d. Disponível em: <<http://www.novamerica.org.br>>. Acesso em 02 dez. 2018.

_____. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. In: In: **I Encontro Nacional da Anppas. ANAIS...**, 2002, Indaiatuba-SP, p. 01-15. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/teoria_meio_ambiente/Selene%20Herculano.pdf>. Acesso em 02 dez. 2018.

HERKENHOFF, João Baptista. **Como aplicar o direito: a luz de uma perspectiva axiológica, fenomenológica e sociológica-política**. 12 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

HESSEN, Johannes. **Filosofia dos valores**. Coimbra: Almedina, 2001.

HOEFEL, João Luiz. Arne Naess e os oito pontos da ecologia profunda. **Temáticas**. Campinas, 4(7), p.69-89, 1996.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta Encíclica Mater et Magistra** (Sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã). Disponível na Internet no site: <http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html> acessado em 04 de dezembro de 2018.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura e outros textos filosóficos**. Coleção Os Pensadores. Tradução de Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

KUNH, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 10 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

LARRÈRE, Catherine. Atualidade do contrato natural. In: SANTOS, Antonio Carlos dos Santos; BECKER, Evaldo (orgs.). **Entre o homem e a natureza: abordagens teórico-metodológicas**. Porto Alegre: Redes Editora, 2012, p. 15-33.

LATOUR, Bruno. Arrachement ou attachement à la nature. In: **Écologie politique**, número 5, hiver 1993.

LASSALE, Ferdinand. **A Essência da Constituição**. 6 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Tradução de Carlos Aurélio Mota de Souza. São Paulo/Bauru: Edusc, 2004.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, Enrique. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In: **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. Vários Colaboradores. São Paulo: Signus, 2000.

LEITE, José Rubens Morato. Sociedade de risco e Estado. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LEIS, Hector Ricardo. **A modernidade insustentável**: As críticas do Ambientalismo à sociedade contemporânea. Montevideu: Coscoroba Ediciones, 2004, p.9 – 131.

LEOPOLD, Aldo. **A Sand County Almanac**: And sketches here and there. Oxford: Oxford University Press, 1989.

LEVI-STRAUSS, Claude **O pensamento selvagem**, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

LOUREIRO, Silva Maria da Silveira; ASSY, Bethânia de Albuquerque; TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **A reconstrução da subjetividade coletiva dos povos indígenas no Direito Internacional dos Direitos Humanos**: o resgate do pensamento da Escola Ibérica da Paz (Séculos XVI e XVII) em prol de um novo Jus Gentium para o Século XXI . 2015. 325 f. Tese (Doutorado)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2015.

MCFARLAND, A. **Neopluralism**. Annual Review of Political Science, v. 10, p. 45-66, 2007.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, Osvaldo Ferreira de. **Repensar a democracia**. In: CRUZ, Paulo Márcio. Da soberania à transnacionalidade: democracia, direito e Estado no século XXI. Itajaí: Universidade do vale do Itajaí, 2011.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**: doutrina, jurisprudência, glossário. 4 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MIRANDA, Ana Elizabeth Bastos de. Hermenêutica Constitucional Concretista: implicações para a efetividade do direito à educação. **Revista Opinião Jurídica**. Fortaleza, n 9. 2007, p. 28-50.

MURAD, Afonso. Ecologia, Consciência planetária e bem viver. In: MURAD, Afonso. **Ecoteologia**: um mosaico. São Paulo: Paulus, 2016.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 34ª ed. Revista e atualizada. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

NAESS, Arne. **Ecology, community and lifestyle**. New York: Cambridge University Press, 1989.

NASH, James A. The case of biotic rights. **Yale Journal of International Law**. 1993. v. 18, p. 235-249.

NUNES, Rizzatto. Manual de introdução ao estudo do Direito. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

OST, François. **A natureza à margem da lei**: a ecologia à prova do direito. Tradução Joana Chaves. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

OST, François. **O tempo do direito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

OSTROM, Elinor, BURGER, Joanna, FIELD, Christopher B., NORGAARD, Richard B. e POLICANSKY, David. "Revisiting the Commons: Local Lessons, Global Challenges", In: **Science**, vol. 284, 9 de abril, pp. 278-282, 1999.

PALMER, Richard. **Hermenêutica**. Tradução de Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: 70, 1989.

PESSOA, Flávia Moreira Guimarães. **Manual de Metodologia Científica**: como fazer uma pesquisa em direito comparado. Aracaju: Evocati, 2009.

PHILIPPI JR, Arlindo. TUCCI, Carlos E. Morelli; HOGAN, Daniel Joseph; NAVEGANTES, Raul. **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. Vários Colaboradores. São Paulo: Signus, 2000.

POPPER, Karl Raymund. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. 13.ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável**: problemática, tendências e desafios. 3 ed. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Tradução Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2007.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; VALADAO, Maria Izabel. **O Estudo da Política**: Temas Seleccionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SAGOFF, Mark. Is the economy too big for the environment? In: DALLMEYER, Dorida G.; IKE, Albert F. (eds.) **Environmental ethics and the global marketplace**. Athens: University of Georgia Press, 1998. p. 31-61.

SANTOS, Antônio Carlos dos (Org.). **Filosofia & natureza: debates, embates e conexões**. 2 ed. São Cristóvão/SE: Editora da UFS, 2010.

SANTOS, Antonio Carlos dos Santos; BECKER, Evaldo. **Entre o homem e a natureza**: abordagens teórico-metodológicas. Porto Alegre: Redes Editora, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza **As tensões da modernidade**. In: Fórum Social Mundial. Porto Alegre, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4 ed. São Paulo: Graal, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista crítica de ciências sociais**. 78, Outubro 2007: 3-46.

- SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as Ciências**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, volume 40, nº 3, 1997. pp. 335-376.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito constitucional ambiental**. São Paulo: RT, 2011.
- SCHMIDT, Lawrence K. **Hermenêutica**. 2ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.
- SCRUTON, Roger. **Filosofia Verde**: como pensar seriamente o planeta. Tradução Maurício G. Righi. São Paulo: É realizações editora, 2016
- SERRES, Michel. **O Contrato natural**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SGANZERLA, Anor. Responsabilidade. In: OLIVEIRA, Jelson; MORETTO, Geovani; SGANZERLA, Anor. **Vida, Técnica e Responsabilidade**: três ensaios sobre a filosofia de Hans Jonas. São Paulo: Paulus, 2015.
- SILVA, José Afonso da Silva. **Direito ambiental constitucional**. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
- SINGER, Peter. **Ética Prática**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- SOUZA, Roberto Wagner Xavier de. **Por uma teoria das normas ambientais sob a ótica da natureza como sujeito de direito**: quebra de paradigmas. 2013. 125 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão 2013.
- STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica jurídica em crise**. Porto Alegre: Livraria e editora do advogado, 1999.
- TAYLOR, Paul W. **Respect for Nature**. A Theory of Environmental Ethics. Studies in Moral, Political, and Legal Philosophy. New Jersey: Princeton University Press, 1986.
- TEIXEIRA, J. H. Meirelles. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Forense Universitária, 1991.
- TELLES JÚNIOR, Goffredo. **O povo e o poder**: O conselho do planejamento nacional. São Paulo: Malheiros, 2003a.
- TELLES JÚNIOR, Goffredo. **Direito Quântico**: Ensaio sobre o fundamento da ordem jurídica. 7ª ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003b.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo S., **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.

VIDAL, Vera. Filosofia, ética e meio ambiente. In: **Filosofia & natureza: debates, embates e conexões**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2010, p. 128-146.

WEIL, Pierre. A normose informacional. **Ci. Inf.** Brasília, v. 29, n. 2, p. 61-70, agosto de 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652000000200008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 de novembro de 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652000000200008>.

WEIL, Pierre; LELOUP, Jean-Yves; CREMA, Roberto. **Normose: A patologia da normalidade**. 5 ed. São Paulo: Vozes, 2014.

WORLD BANK. World Development Report 1992: development and the environment. 1992.